



Processo SES 00165670/2024

Dados da Autuação

Autuado em: 11/07/2024 às 14:32

Setor origem: SES/DPGC/NAENF/PLAN - Planejamento Estratégico

Setor de competência: SES/DIAC - Diretoria de Aquisição e Contratos

Interessado: FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

Classe: Processo sobre Aquisição de Materiais

Assunto: Aquisições e Contratações

Detalhamento: Dispensa de Licitação de materiais de enfermaria e cirurgia GEBER.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Requisitante: DPGC	
Responsável pela Demanda: Crystian Gonçalves Martins	Matrícula: 369.495-0-01
E-mail: dpgc@saude.sc.gov.br	Telefone: (48) 3664-8788

Aquisição **emergencial** de materiais de enfermaria e cirurgia para atendimento de demandas de materiais de bens regulares GEBER da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES/SC.

2. Descrições e quantidades

Conforme **ANEXO I** do ETP (Relação de Compras do SCCD com estimativas de orçamento e quantidades).

3. Justificativa da necessidade da aquisição, considerando o Planejamento Estratégico (se for o caso)

Descrição do objeto a ser adquirido e justificativa detalhada da aquisição:

- Os bens a seres adquiridos serão utilizados pela SES para abastecimento das suas unidades hospitalares e administrativas a fim de permitir o funcionamento das mesmas.
- Os quantitativos foram definidos de acordo com o histórico de consumo e previsão de consumo devido a aumento de serviço.
- Os beneficiários diretos serão os pacientes atendidos pelas unidades da SES.

4. Previsão de data em que devem ser adquiridos os materiais e/ou serviços

O quantitativo solicitado deverá atender a demanda por um período de aproximadamente 6 meses.

5. O objeto a ser adquirido está previsto no Plano Anual de Compras?

(X) Sim () Não

Responsável pela Formalização da Demanda	Chefia Imediata
Nome: Vanessa Soares Matrícula: 623.843-2-02 Função: Técnico administrativo Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais de Enfermaria e Cirurgia (NAENF) [assinatura digital]	Nome: Patricia Follador Karam Matrícula: 390.250-1-01 Função: Coordenadora do Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais de Enfermaria e Cirurgia (NAENF) [assinatura digital]

Florianópolis, [data da assinatura digital]



Assinaturas do documento



Código para verificação: **FDV4498C**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CRYSTIAN GONÇALVES MARTINS (CPF: 888.XXX.369-XX) em 11/07/2024 às 15:42:46

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:34:43 e válido até 13/07/2118 - 13:34:43.

(Assinatura do sistema)



PATRICIA FOLLADOR KARAM (CPF: 063.XXX.109-XX) em 12/07/2024 às 08:10:23

Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2020 - 13:49:16 e válido até 02/01/2120 - 13:49:16.

(Assinatura do sistema)



VANESSA SOARES (CPF: 003.XXX.019-XX) em 12/07/2024 às 08:15:18

Emitido por: "SGP-e", emitido em 06/12/2023 - 13:30:30 e válido até 06/12/2123 - 13:30:30.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfRkRWNDQ5OEM=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **FDV4498C** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

I – INFORMAÇÕES GERAIS

O Estudo Técnico Preliminar foi realizado de acordo com os elementos previstos no §1º do art. 18 da Lei nº 14133, de 1º de abril de 2021.

PSES 165670/2024

Assunto: Aquisição de bens de consumo

Classe: Aquisições e contratações de materiais

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
Crystian Gonçalves Martins	Diretor DPGC	369.495-0-01	dpgc@saude.sc.gov.br
Patricia Follador Karam	Coordenadora NAENF	390.250.1-01	naenf@saude.sc.gov.br
Vanessa Soares	Tec. Administrativo NAENF	623.843-2-02	naenf@saude.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Secretaria do Estado da Saúde, dentre outras atribuições, é responsável pela administração de quatorze unidades hospitalares e unidades administrativas, o que inclui o suprimento de bens de consumo. A aquisição de bens de consumo como materiais comuns e àqueles de enfermagem e cirurgia decorre da necessidade dos mesmos para o funcionamento das unidades hospitalares e administrativas, permitindo o atendimento das unidades, contribuindo para o tratamento, prevenção e promoção da saúde da população catarinense.

A ausência da aquisição dos materiais poderá ocasionar a impossibilidade do atendimento dos serviços de saúde prestados pelos estabelecimentos, resultando em consequências danosas à população, incluindo risco de perda de vida. A Dispensa de Licitação faz-se necessária em virtude ao risco de desabastecimento causado por editais frustrados e/ou consumo acima do planejado.

Os quantitativos previstos foram planejados pelo responsável almoxarife de cada unidade com a supervisão de suas respectivas Diretorias, e com o auxílio da Diretoria de Planejamento e Gestão em Compras (DPGC). A análise ocorre baseada em um relatório contendo o consumo dos últimos 12 meses de cada bem de consumo, a proporção do consumo pelas unidades de acordo com o centro de custo, a previsão de aumento de leitos ou abertura de serviços e os valores unitários e totais. O planejamento 2024 para cada unidade pode ser encontrado no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe), processo digital SES 234036/2023.

A aquisição ocorre de forma centralizada para todas as unidades e é planejada para 12 meses. No

mais, é realizado o monitoramento contínuo dos contratos vigentes, consumo mensal com análise de saldo, estoque no almoxarifado e nas unidades para cálculo e previsão das aquisições, conforme torna-se necessário.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Compras (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Os itens desta aquisição foram padronizados para uso pelos estabelecimentos através de análise e aprovação pela Superintendência dos Hospitais Públicos, considerando aspectos de necessidade do insumo, dados de eficácia, segurança e eficiência. Tanto os itens, como os quantitativos desta aquisição constam na listagem do Planejamento GEBER 2024, realizados em meados de 2023 e lançados no programa de gestão de estoques e movimentações utilizado pela SES. O planejamento foi aprovado pelas diretorias das unidades hospitalares e pela Superintendência dos Hospitais Públicos (processo digital SES 234036/2023). Assim, demonstram o alinhamento entre a aquisição e o planejamento desta Secretaria.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O bem de consumo a ser adquirido deverá seguir rigorosamente os requisitos contidos no Termo de Referência, no qual constam as características do bem a ser adquirido e as obrigações da contratada necessárias para o atendimento da demanda.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), bem como unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo (art. 40, III da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

As estimativas das quantidades para contratação podem ser encontradas no ANEXO I (Relação de compras SCCD)

A estimativa de consumo para o exercício de 2024 foi originada com base no relatório extraído do sistema de controles de estoques e movimentações utilizado pela SES que fornece informações do consumo dos últimos 12 meses de cada bem de consumo, a proporção do consumo pelas unidades de acordo com o centro de custo, a previsão de aumento de leitos ou abertura de serviços e os valores unitários. Os dados para cada unidade podem ser encontrados no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe), processo digital SES 234036/2023. Os quantitativos desta aquisição são correspondentes ao somatório da necessidade de todas as unidades hospitalares e administrativas.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e custos e benefícios quando da possibilidade de compra ou locação de bens (art. 44, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O levantamento mercadológico foi realizado baseado em contratações anteriores da Secretaria de Estado da Saúde, além do levantamento através de editais de outros órgãos do governo que

selecionaram soluções similares ou equivalentes.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A estimativa de valor foi realizada através do cálculo do quantitativo solicitado pelo valor unitário da última aquisição no SCCD e pode ser encontrado no ANEXO I. No caso de itens sem registro de aquisições pela SES, foi utilizado o valor de orçamento ou pesquisas de aquisições semelhantes de outros órgãos públicos para o cálculo da estimativa.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A aquisição dos bens de consumo, permitindo uma disputa entre diversos fornecedores, permitirá analisar os possíveis fornecedores e as qualificações técnicas dos produtos disponíveis no mercado, com um valor que traga maior vantajosidade para a administração pública.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e atendimento aos princípios do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 40, V, alínea b, § 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Em exame da natureza dos itens que se pretende adquirir neste processo, não se verifica quaisquer especificidades que venham exigir seu agrupamento, devendo prevalecer a regra geral de parcelamento como forma de garantir a ampla concorrência.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Para esta aquisição não há aquisições/contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

11. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Para a plenitude da solução contratada, não se aplica condições prévias à celebração do contrato.

12. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verificam riscos ambientais relevantes, visto que o cuidado com os resíduos e o descarte dos mesmos ocorre através de empresa contratada.

13. Resultados pretendidos (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A contratação do objeto nas quantidades estimadas irá atender as demandas de materiais das

unidades SES aproximadamente nos próximos 6 meses, conforme sustentadas no planejamento 2024 (processo digital SES 234036/2023) ou média de consumo.

14. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Conforme exposto neste Estudo Técnico Preliminar, a contratação da solução mostra-se necessária para resolver a demanda apresentada. Os valores e os quantitativos estão previstos no plano anual de compras, demonstrando ser uma aquisição economicamente viável; já a contratação da proposta, com o objetivo de atender a demanda SES demonstra ser uma solução tecnicamente viável.

Os itens abaixo encontram-se, quando couber, no Termo de Referência:

1. indicação do processamento da aquisição por meio do sistema de registro de preços (SRP) ou apontamento de que o SRP é impertinente no caso concreto (art. 40, II da Lei 14.133/2021);
2. indicação de condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado (art. 40, I da Lei 14.133/21);
3. indicação das condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material (art. 40, IV, da lei 14.133/2021);
4. atendimento ao princípio da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho (art. 40, V, alínea a, da Lei 14.133/2021);
5. atendimento ao princípio da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento (art. 40, V, alínea c, da Lei 14.133/2021);
6. se houver indicação de uma ou mais marcas ou modelos, justificativa de incidência das hipóteses previstas no art. 41, I da Lei 14.133/2021;
7. se houver exigência de amostra ou de prova de conceito, justificativa de sua necessidade, conforme art. 41, II, da Lei 14.133/2021;
8. se houver vedação a contratação de marca ou produto, indicação do processo administrativo no qual se comprovou que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atenderam os requisitos contratuais;
9. se houver exigência de carta de solidariedade emitida por fabricante em relação ao revendedor ou distribuidor, motivação indicando que a apresentação da carta de solidariedade é necessária para assegurar a execução do futuro contrato (art. 41, IV, da lei 14.133/2021)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **2KUV324R**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CRYSTIAN GONÇALVES MARTINS (CPF: 888.XXX.369-XX) em 11/07/2024 às 15:42:46

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:34:43 e válido até 13/07/2118 - 13:34:43.

(Assinatura do sistema)



PATRICIA FOLLADOR KARAM (CPF: 063.XXX.109-XX) em 12/07/2024 às 08:10:23

Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2020 - 13:49:16 e válido até 02/01/2120 - 13:49:16.

(Assinatura do sistema)



VANESSA SOARES (CPF: 003.XXX.019-XX) em 12/07/2024 às 08:15:18

Emitido por: "SGP-e", emitido em 06/12/2023 - 13:30:30 e válido até 06/12/2123 - 13:30:30.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfMktVVjMyNFJl> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **2KUV324R** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Peça Desentranhada

As páginas 7 até 7 desta peça foram desentranhadas pelo usuário 00380201909 em 19/07/2024.

Motivo: retificada



Peça Desentranhada

As páginas 8 até 29 desta peça foram desentranhadas pelo usuário 00380201909 em 19/07/2024.
Motivo: Retificado



Peça Desentranhada

As páginas 30 até 30 desta peça foram desentranhadas pelo usuário 00380201909 em 19/07/2024.
Motivo: retificada



GEBER - GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Requisição Nº: 3879/2024 Emitida em: 11/07/2024

Cd CIASC	Descrição do Material	Quant.	UN/TP	Tipo Fornec	Unitário	Total Item	Situação
071382039	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada, para aspiração de átrio esquerdo, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação do produto, procedência, tipo e data de esterilização, data fabricação, validade, nº do lote e registro no MS	144	peca/MC	Unico	596,64	85.916,16	vinculado
071382015	Cânula femoral venosa em poliuretano, aramada, com sistema de punção percutânea, com guia, com conector 3/8 – diâmetro de 21 á 24 Fr, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação de produto, procedência, data de esterilização, data da fabricação, validade e número do lote, registro RMS	48	peca/MC	Unico	3.550,00	170.400,00	vinculado
Itens	2						Total Geral 256.316,16



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SGPe SES 165670/2024

REQUISITANTE

Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras

1. OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A”; ART. 18º, II, e ART. 40, §1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)

Solicitação de aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

- As condições de vigência e prorrogação constam no item 12.

1.1. Especificações e quantidades

1.1.1. Conforme ANEXO I (Requisição nº 3879/2024) e ANEXO IV.a (Relação de Compras Total nº 811/2024);

1.2. Do catálogo eletrônico de padronização de compras (art. 19º, II, da Lei nº 14.133/2021)

1.2.1. As especificações contidas nos anexos supracitados, respeitam o Catálogo de Materiais e Serviços do Governo de SC (NUC). A consulta pode ser feita pelo [link](#)

1.2.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no presente Termo de Referência e no Catálogo, prevalecem as primeiras.

1.3. Da natureza do objeto (art. 20º da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 2355/2021)

1.3.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características técnicas e funcionais, definidas por meio de especificações usuais existentes no mercado;

1.3.2. Não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022;

1.3.3. Não se enquadram como bens de luxo, conforme definição do art. 2º, II, Resolução TCU nº 341/2022, como aquele “de consumo ostentatório, opulento, de abordagem personalizada ou refinada, de elevado grau de sofisticação, de distribuição seletiva, alto preço, escassez, raridade e exclusividade, com forte apelo estético, de tradição ou história, cuja qualidade supera a das demandas ordinárias das unidades do Tribunal, por haver substitutos com características técnicas e funcionais equivalentes de qualidade comum”.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “B” DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, esta aquisição se justifica por:

A Secretaria do Estado da Saúde, dentre outras atribuições, é responsável pela administração de quatorze unidades hospitalares e unidades administrativas, o que inclui o suprimento de bens de consumo. A aquisição de bens de consumo como materiais comuns e àqueles de enfermaria e cirurgia decorre da necessidade dos mesmos para o funcionamento das unidades hospitalares e administrativas, permitindo o atendimento das unidades, contribuindo para o tratamento, prevenção e promoção da saúde da população catarinense.

A ausência da aquisição dos materiais poderá ocasionar a impossibilidade do atendimento dos serviços de saúde prestados pelos estabelecimentos, resultando em consequências danosas à população, incluindo risco de perda de vida. A Dispensa de Licitação faz-se necessária em virtude ao risco de desabastecimento causado por editais frustrados e/ou consumo acima do planejado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Os quantitativos previstos foram planejados pelo responsável almoxarife de cada unidade com a supervisão de suas respectivas Diretorias, e com o auxílio da Diretoria de Planejamento e Gestão em Compras (DPGC). A análise ocorre baseada em um relatório contendo o consumo dos últimos 12 meses de cada bem de consumo, a proporção do consumo pelas unidades de acordo com o centro de custo, a previsão de aumento de leitos ou abertura de serviços e os valores unitários e totais. O planejamento 2024 para cada unidade pode ser encontrado no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe), processo digital SES 234036/2023.

A aquisição ocorre de forma centralizada para todas as unidades e é planejada para 12 meses. No mais, é realizado o monitoramento contínuo dos contratos vigentes, consumo mensal com análise de saldo, estoque no almoxarifado e nas unidades para cálculo e previsão das aquisições, conforme torna-se necessário.

Com relação a situação de cada item, apresenta-se abaixo a justificativa detalhada:

Item 71382039, sem ata vigente, sem AF pendente, com Estoque GEBER zerado;

Informamos que este item é essencial por se tratar de insumo indispensável à assistência e o desabastecimento prejudicará significativamente o atendimento à pacientes.

O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual (processo digital SES 234036/2023, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM²:

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO				EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:12:35	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.		
71382039 UN		PECA			
CÂNULA DE VENT EM SILICONE COM PONTA ARAMADA					
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	6,0000	
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	4,0000	
			PERÍODO	CONSUMO	
			2023/10	3,0000	
			2023/09	5,0000	
			2023/08	18,0000	
			2023/07	22,0000	

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:12:35		
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.		
71382039 UN		PECA			
CÂNULA DE VENT EM SILICONE COM PONTA ARAMADA					
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	6,0000	
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	4,0000	
			PERÍODO	2023/10	
ESTAB	SIGLA	SALDO ESTOQ	SALDO TRANS	PONTO CRÍTICO	MÉDIA MENSAL CONSUMO
241	ICSC	0,0000	0,0000	2,7500	1,8333 3,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 51 (0min 4s 137ms)

Requisição: 3879/2024	Relação de compra: 811/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 165670/2024	Edital nº: ATIVO RC			
Pedido: 144	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 85.916,16		
Qt. autorizada: 144	Qt. Total: 144	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2941/2024	Relação de compra: 572/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 90
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 120139/2024	Edital nº: 656/24 (DL) ATIVO EDT			
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 618,25	Total: 55.642,50		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 362/2024	Relação de compra: 73/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 132
Item nº: 4	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 266038/2023	Edital nº: 209/24 (DL) NÃO COTADO EDT			
Pedido: 132	Veze: 1	Valor item: 561,49	Total: 74.116,68		
Qt. autorizada: 132	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 362/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 4	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 209/24 (DL (não cotado) LIBERADO REQ			
Pedido: 132	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 78.756,48		
Qt. autorizada: 132	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7057/2023	Relação de compra: 1846/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 336
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 244767/2023	Edital nº: 161/24 (PE)(SEA) DESERTO EDT			
Pedido: 28	Veze: 12	Valor item: 613,83	Total: 206.246,88		
Qt. autorizada: 28	Qt. Total: 336	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7057/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 161/24 (PE (deserto)(SEA) LIBERADO REQ			
Pedido: 28	Veze: 12	Valor item: 596,64	Total: 200.471,04		
Qt. autorizada: 28	Qt. Total: 336	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço

Nº Item

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante

Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

TODAS

todas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 51 (0min 4s 137ms)

Requisição: 7037/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº:			LIBERADO REQ
Pedido: 80	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 47.731,20		
Qt. autorizada: 80	Qt. Total: 80	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 5715/2023	Relação de compra: 1529/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 120
Item nº: 3	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 187724/2023	Edital nº: 1412/23 (DL)			NÃO COTADO EDT
Pedido: 120	Veze: 1	Valor item: 618,32	Total: 74.198,40		
Qt. autorizada: 120	Qt. Total: 120	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 5715/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 3	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1412/23 (DL (não cotado))			LIBERADO REQ
Pedido: 120	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 71.596,80		
Qt. autorizada: 120	Qt. Total: 120	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4989/2023	Relação de compra: 1373/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 90
Item nº: 2	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 158819/2023	Edital nº: 1154/23 (DL)			NÃO COTADO EDT
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 618,07	Total: 55.626,30		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4989/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1154/23 (DL (não cotado))			LIBERADO REQ
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 53.697,60		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2557/2023	Relação de compra: 877/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 300
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 91754/2023	Edital nº: 1191/23 (PE)			DESERTO EDT
Pedido: 25	Veze: 12	Valor item: 618,07	Total: 185.421		
Qt. autorizada: 25	Qt. Total: 300	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por: Material/Serviço

Nº Item: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada

Executar pesquisa

Ordenar por: Número do item, Código do Material, Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante: Unidade Municipal

Situação: todas

Referência: Ano De: Ano Até:

Item 71382015, sem ata vigente, sem AF pendente, com Estoque GEBER zerado;

Informamos que este item é essencial por se tratar de insumo indispensável à assistência e o desabastecimento prejudicará significativamente o atendimento à pacientes.

O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual (processo digital SES 234036/2023, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM²:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:17:53	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES. FORMA APRES.		
71382015 UN		PECA		
CANULA FEMORAL VENOSA-POLIURETANO ARAM. C/CONC.3/8				
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	2,2500
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	1,5000
			PERÍODO	CONSUMO
			2024/04	1,0000
			2024/03	2,0000
			2024/02	1,0000
			2024/01	3,0000
			2023/12	2,0000
			2023/11	2,0000
			2023/10	2,0000
			2023/09	0,0000
			2023/08	3,0000
			2023/07	2,0000
SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:17:53	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES. FORMA APRES.		
71382015 UN		PECA		
CANULA FEMORAL VENOSA-POLIURETANO ARAM. C/CONC.3/8				
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	2,2500
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	1,5000
			PERÍODO	2024/04
ESTAB	SIGLA	SALDO ESTOQ	SALDO TRANS	PONTO CRÍTICO MÉDIA MENSAL CONSUMO
236	HRHDS	0,0000	0,0000	2,0000 1,3333 1,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 59 (0min 4s 243ms)

Requisição: 3879/2024	Relação de compra: 811/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 165670/2024	Edital nº:	ATIVO RC		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 170.400		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 2577/2024	Relação de compra: 434/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 48
Item nº: 3	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 94178/2024	Edital nº: 490/24 (DL)	NÃO COTADO EDT		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 4.422,83	Total: 212.295,84		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 2577/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 3	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 490/24 (DL (não cotado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 170.400		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 677/2024	Relação de compra: 131/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 23
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 28383/2024	Edital nº: 217/24 (DL)	FRUSTRADO EDT		
Pedido: 23	Veze: 1	Valor item: 4.194,43	Total: 96.471,89		
Qt. autorizada: 23	Qt. Total: 23	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 677/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 217/24 (DL (frustrado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 23	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 81.650		
Qt. autorizada: 23	Qt. Total: 23	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 292/2024	Relação de compra: 52/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 132
Item nº: 8	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 12266/2024	Edital nº: 397/24 (PE)(SEA)	ATIVO EDT		
Pedido: 11	Veze: 12	Valor item: 4.194,43	Total: 553.664,76		
Qt. autorizada: 11	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço

Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com i

Nº item

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante

☐ Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

TODAS

todas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 59 (0min 4s 243ms)

Requisição: 4033/2023	Relação de compra: 1134/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 15	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 129596/2023	Edital nº: 1572/23 (PE)			DESERTO EDT
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.759,19	Total: 270.661,68		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4033/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 15	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1572/23 (PE (deserto))			LIBERADO REQ
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.550	Total: 255.600		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 1588/2023	Relação de compra: 499/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 6	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 44369/2023	Edital nº: 739/23 (PE)			DESERTO EDT
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.646,82	Total: 262.571,04		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 1588/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 6	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 739/23 (PE (deserto))			LIBERADO REQ
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.550	Total: 255.600		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7130/2022	Relação de compra: 2783/2022	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 17	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 219568/2022	Edital nº: 20/23 (PE)			DESERTO EDT
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.224,66	Total: 232.175,52		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7130/2022	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 17	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 20/23 (PE (deserto))			LIBERADO REQ
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 1.475,70	Total: 106.250,40		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço N° item

Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante ☐ Unidade Municipal

Situação

TODAS todas

Referência Ano De Ano Até



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ART. 6º, XXIII, “C” e ART. 18º, §1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, a contratação da solução mostra-se necessária para resolver a demanda apresentada. Os valores e os quantitativos estão previstos no plano anual de compras, demonstrando ser uma aquisição economicamente viável; já a contratação da proposta, com o objetivo de atender a demanda SES demonstra ser uma solução tecnicamente viável.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº 14.133/2021)

- 4.1. Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta (item 6.) e as especificações e quantidades do objeto (item 1.1.);
- 4.2. Atendimento aos critérios de habilitação (item 7.);
- 4.3. E atendimento as condições de execução do objeto (item 9.).

5. DOS PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO

5.1. **Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:**

5.1.1. Não aplicável nas dispensas de licitação, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei 123/2006.

5.2. **Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):** não será exigida.

5.3. **Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):** Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

5.4. **Subcontratação:** Não será admitida.

5.5. **Do agrupamento de itens em lotes:** não há itens em lote para esta aquisição.

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

- 6.1.1. Preço unitário do item;
- 6.1.2. Marca/fabricante;
- 6.1.3. Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento;
- 6.1.4. Apresentação do produto com detalhamento de cada item, modelo (se houver) e necessariamente a forma de apresentação e quantidade;
- 6.1.5. País de origem do produto;
- 6.1.6. Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;
- 6.1.7. Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;
- 6.1.8. Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com este, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;



6.1.9. Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;

6.1.10. Se aplicável, a referência do produto.

6.2. A critério da equipe técnica poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, nas hipóteses em que se entenda que a documentação apresentada não seja suficiente para comprovar o atendimento às especificações técnicas, em especial aos padrões mínimos de eficiência, qualidade e desempenho, conforme portaria vigente (ANEXO V).

6.3. As amostras e/ou prospectos deverão ser providenciados no prazo de até 03 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação;

6.4. A entrega de amostras deverá ocorrer no endereço: R. Esteves Junior, 160, Térreo – Protocolo, Centro, Florianópolis -SC, 88015-130; em dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 e 18:30h;

6.5. As amostras serão avaliadas de acordo com o Formulário de Análise de Qualidade Técnica (ANEXO V).

7. DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.1. Habilitação Jurídica

7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Qualificação econômico-financeira (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.4. Qualificação-técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

7.4.1. **Licença de Funcionamento Sanitária** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o protocolo de revalidação;

7.4.2. **Autorização de Funcionamento (AFE)** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União e/ou documento obtido a partir da página da ANVISA);

7.4.3. Para os objetos que, de acordo com os regulamentos vigentes, forem dispensados da obrigatoriedade de **Licença de Funcionamento Sanitária e Autorização de Funcionamento**, deverão ter justificativas apresentadas pelo fornecedor.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, “H” DA LEI Nº 14.133/2021)

8.1. A forma de seleção se dará por meio de DIPENSA DE LICITAÇÃO;

8.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO;

8.3. Será considerado primeiro classificado, o fornecedor que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. O compromisso será firmado por meio de Ordem de Fornecimento (OF) com entrega imediata, conforme especificações e quantitativos previstos no item 1 do presente termo;

9.2. As quantidades informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

9.3. A entrega deverá ser efetuada diretamente à Gerência de Bens Regulares (GEBER) conforme especificação do objeto no endereço: Rua Judite Melo dos Santos, nº 251, galpão 06 e 09 - Distrito Industrial – São José – SC, CEP 88104-765, telefone (48) 3664-7794;



9.4. Quando necessário equipamentos/materiais em comodato, estes deverão ficar à disposição da Unidade Solicitante enquanto houver estoque dos insumos relacionados;

9.5. Quando necessário equipamentos/materiais em comodato a contratada será responsável pela manutenção das condições de funcionamento destes equipamentos/materiais, devendo substituí-los por similares durante o período de manutenção;

9.6. Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição;

9.7. O prazo de entrega será de 10 (dez) após recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

9.8. O objeto será recebido, provisoriamente, no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.9. O objeto será recebido, definitivamente, em 10 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.10. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

9.11. O material deverá indicar na embalagem terciária (transporte) a razão social da Contratada, o número do processo de compra, o número da nota fiscal e o número do documento de fornecimento;

9.12. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

9.13. O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade no momento do recebimento;

9.14. Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;

9.15. A embalagem deverá estar íntegra e em perfeitas condições de utilização;

9.16. O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com as legislações vigentes para cada item;

9.17. Produtos com temperaturas controladas não serão aceitos com divergências, conforme a comprovação da medição realizada na conferência do item;

9.18. Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

9.19. A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

9.20. O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

9.21. A contratada deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas Unidades Solicitantes, mediante demanda da equipe técnica, quando necessário.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, “F” DA LEI Nº 14.133/2021)

10.1. Ao gestor do contrato/ata caberá:

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;



- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à Diretoria de Aquisições e Contratos, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- h) O pedido de prorrogação de Contrato junto à DLIC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes;
- i) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;
- j) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- k) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- l) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- m) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- n) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- o) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- p) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- q) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- r) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- s) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.
- t) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 12).

10.2. Ao fiscal do contrato/ata caberá:

- a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;



- c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;
- e) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- f) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i) Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- j) Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k) Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- l) Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m) Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o) Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q) Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à Diretoria de Aquisições e Contratos, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r) Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- s) Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- t) Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- u) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- v) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- w) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.
- x) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 12).



11. DA OBRIGAÇÕES

11.1. Obrigações específicas da contratada:

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

11.2. Obrigações específicas da contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;



- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
 - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 12.1.5. fraudar a licitação;
 - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1 e 12.1.2 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato lícitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato lícitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 9º do Decreto Estadual nº 441/2024.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DO CONTRATO

13.1. **Instrumento Contratual:** Ordem de Fornecimento.

13.2. **Vigência do contrato:** entrega imediata (10 dias).

13.3. **Gestão e Fiscalização:**

Gestor:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/ EMAIL
GEBER	360.382-2-01	Alexandre de Souza	(48) 3665-5525 souzaa@saude.sc.gov.br

Fiscal:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL	TELEFONE/ EMAIL
-------------	-----------	--------	-----------------



GEBER	377.977-7-01	Rodrigo Figueiredo de Souza	(48) 3665-5513 gerabdamad@saude.sc.gov.br
-------	--------------	-----------------------------	--

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G” e ART. 40º, §1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)

14.1. Prazos:
14.1.1. Prazo de entrega do objeto: 10 dias após recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;
14.1.2. Prazo de recebimento provisório: no ato;
14.1.3. Prazo de recebimento definitivo: 10 dias;
14.1.4. Prazo de troca de bens rejeitados: 10 dias;
14.1.5. Prazo para liquidação do documento fiscal: 5 dias úteis;
14.1.6. Prazo de pagamento: 30 dias após prazo de liquidação do documento fiscal com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

15. DO VALOR ESTIMADO (ART. 6º, XXIII, “I”; ART. 18º, IV, e ART. 23º e 24º DA LEI Nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 16/2022/SEA)

Os valores foram estimados conforme a Planilha de Pesquisa de Preços (ANEXO III) e Relação de Compras Orçamento (ANEXO IV.b).
15.1. Os preços estimados determinados com base em menos de 3 preços, foram devidamente justificados na Planilha de Pesquisa de Preços, com aval do gestor responsável (Diretor) e da autoridade competente (Superintendente), condicionada a assinatura do Termo de Referência.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “J” DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, VII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

16.1. As despesas ocorrerão conforme classificação orçamentária emitida pela Superintendência do Fundo Estadual de Saúde em documento apensado ao processo.

17. ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (ART. 18º, X, DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, III, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA (ANEXO VI).

18. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
b) Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
c) Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Vanessa Soares	623.843-2-02	(48) 3664.7854/ naenf@saude.sc.gov.br

20. GESTOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Crystian Gonçalves Martins	369.495-0-01	(48) 3664.8788/ dpgc@saude.sc.gov.br

21. AUTORIDADE COMPETENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Willian Westphal (Superintendente e.e.)	0616278-9-02	(48) 3664.7266 / sge@saude.sc.gov.br

Data da assinatura digital

A validade deste documento está condicionada às assinaturas digitais no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe.

Versão Jul/2024



Assinaturas do documento



Código para verificação: **7185VMQU**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VANESSA SOARES (CPF: 003.XXX.019-XX) em 19/07/2024 às 09:52:38

Emitido por: "SGP-e", emitido em 06/12/2023 - 13:30:30 e válido até 06/12/2123 - 13:30:30.

(Assinatura do sistema)



CRYSTIAN GONÇALVES MARTINS (CPF: 888.XXX.369-XX) em 19/07/2024 às 10:44:00

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:34:43 e válido até 13/07/2118 - 13:34:43.

(Assinatura do sistema)



WILLIAN WESTPHAL (CPF: 024.XXX.669-XX) em 19/07/2024 às 10:46:12

Emitido por: "SGP-e", emitido em 22/05/2020 - 11:42:05 e válido até 22/05/2120 - 11:42:05.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfNzE4NVZNUVU=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **7185VMQU** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



SOLICITANTE: GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Item	Cd CIASC	Descrição do Material	UN	Quant.	Unitário	Total
1	071382039	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada	peca	144	596,64	85.916,16
2	071382015	Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8	peca	48	3.550,00	170.400,00
Itens	2				Total	256.316,16

TOTAL GERAL: R\$ 256.316,16



DOCUMENTO DE INSTRUÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS

Objeto: Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia - GEBER	
Identificação do responsável: Helena Soares	
E-mail: naenf@saude.sc.gov.br	Matrícula: 86661

Caracterização das fontes consultadas

Fonte 1 - Valor da última aquisição no SCCD + IPCA do período. Se a última aquisição for superior a um período de 12 meses, constará "histórico antigo", exceto em casos excepcionais, na falta de qualquer outra fonte de preço. Se primeira aquisição, no qual não há histórico de compra pela SES/SC, constará "Sem histórico". (Inciso I do art. 5º da IN 16/2022/SEA);
OBS: O método utilizando para coleta dos valores da fonte 1 está devidamente corroborado pelo despacho contido no PSES 147179/2023.

Fonte 2 – Pannel de preços + IPCA do período (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/analise-materiais>). Quando "não localizado", foi devido ao produto não atender ao descritivo do material ou não constar na referida ferramenta de pesquisa. (Inciso I do art. 5º da IN 16/2022/SEA);

Fonte 3 - Banco de Preços + IPCA do período (<http://www.bancodeprecos.com.br>). Quando "não localizado", foi devido ao produto não atender ao descritivo do material ou não constar na referida ferramenta de pesquisa. (Inciso III do art. 5º da IN 16/2022/SEA);

Fonte 4 - Banco de Preços em Saúde (<http://bps.saude.gov.br>). Quando "não localizado", foi devido ao produto não atender ao descritivo do material ou não constar na referida ferramenta de pesquisa. (Inciso III do art. 5º da IN 16/2022/SEA);

Fonte 5 - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, outros portais de compra e/ou pesquisa direta com fornecedores. Utilizada como fonte de pesquisa de preços subsidiária, nos casos em que houver ausência das demais, considerando valores inteiros (desconsiderando promoções). (Incisos IV e V do art. 5º da IN 16/2022/SEA);

2. Série de preços coletados

Estão listados na Planilha de Pesquisa de Preços e documentos em anexo.

3. Método matemático para a definição do preço a ser estimado

A definição do preço estimado foi definida com base na série de preços coletados, listados na Planilha de Pesquisa de Preços, mediante cálculo da média (quando o coeficiente de variação for inferior a 25%, caracterizando uma cesta de preços homogênea), mediana (quando o coeficiente de variação for superior a 25%, caracterizando uma cesta de preços heterogênea) ou menor preço.

4. Justificativas para a metodologia utilizada

Foi utilizada a metodologia determinada no art. 6º (IN 16/2022): a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços.

5. Memória de cálculo do preço estimado e documentos que lhe dão suporte



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS

(anexos)
Planilha de Pesquisa de Preços e documentos em anexo.
6. Justificativa da escolha de fornecedores (no caso de pesquisa direta)
Não se aplica.

Crystian Gonçalves Martins
Diretor de Planejamento e Gestão de Compras
(assinado digitalmente)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **806DSO5Z**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDRÉIA FILIPPI MELO (CPF: 064.XXX.609-XX) em 19/07/2024 às 11:32:22

Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/05/2024 - 13:20:48 e válido até 10/05/2124 - 13:20:48.

(Assinatura do sistema)



CRYSTIAN GONÇALVES MARTINS (CPF: 888.XXX.369-XX) em 19/07/2024 às 11:35:07

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:34:43 e válido até 13/07/2118 - 13:34:43.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfODA2RFNPNVo=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **806DSO5Z** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Pesquisa de Preços referente ao PSES 165670/2024
Data da elaboração: 19/07/2024
Elaborado por: Helena Soares

Item	Código	Material	UN	Quantidade anual de aquisição	Documento de origem do SCCD	Fontes prioritárias						Fonte 5	Média (M)	Mediana	Desvio padrão (DP)	Coeficiente de variação (CV)	Preço estimado unitário	Método de obtenção do preço estimado
						Fonte 1 + IPCA	Fonte 2 + IPCA	Fonte 3	Fonte 3	Fonte 3	Fonte 4							
1	71382039	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada	peça	144	Histórico antigo	-	Não Localizado	616,69	618,78	628,40	Não Localizado	-	R\$ 621,29	R\$ 618,78	R\$ 6,25	1%	R\$ 621,29	MÉDIA
2	71382015	Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8	peça	48	Histórico antigo	-	5042,21	4361,41	4226,80		Não Localizado	-	R\$ 4.543,47	R\$ 4.361,41	R\$ 437,13	10%	R\$ 4.543,47	MÉDIA

Fonte 1 – Valor da última aquisição no SCCD.
Fonte 2 – Pannel de Preços (<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>). Consideradas modalidades de compra e quantitativos semelhantes ao da SES/SC, em um período de 12 meses, priorizando os resultados mais recentes.
Fonte 3 – Banco de Preços + IPCA do período (<http://www.bancodeprecos.com.br>). Consideradas modalidades de compra e quantitativos semelhantes ao da SES/SC, em um período de 12 meses, priorizando os resultados mais recentes.
Fonte 4 – Banco de Preços em Saúde (<http://bps.saude.gov.br>). Consideradas modalidades de compra e quantitativos semelhantes ao da SES/SC, em um período de 12 meses, priorizando os resultados mais recentes.
Fonte 5 - Histórico de aquisições, outros portais de compra e/ou cotações.
Os preços foram atualizados de acordo com o IPCA referente ao período.
O(s) orçamento(s) descrito(s) como "não localizado" contém a negativa inserida nos autos do processo.

FÓRMULAS				
Média	Mediana	Critério	Coeficiente de variação	Desvio Padrão
Soma de todos os valores e orçamentos, dividido pelo número de elementos	Mediana para quantidade de preços pares = dispor os preços de orçamento em ordem crescente e calcular média entre os preços centrais. Mediana para quantidade de preços ímpares = dispor os preços de orçamentos em ordem crescente e a a mediana será o preço	Se CV > 25% considerar preço de referência o valor da Mediana -- Se CV < 25% considerar preço de referência o valor da Média	DP/M	$s = \sqrt{\frac{\sum (x_i - \bar{x})^2}{n - 1}}$
Orçamento estimado foi confeccionado em conformidade com o art. 23 da Lei federal nº 14.133, de 2021, e a instrução normativa vigente de competência da SEA que trata do procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.				



Assinaturas do documento



Código para verificação: **R6R2L6U2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDRÉIA FILIPPI MELO (CPF: 064.XXX.609-XX) em 19/07/2024 às 11:32:31

Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/05/2024 - 13:20:48 e válido até 10/05/2124 - 13:20:48.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfUjZSMkw2VTI=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **R6R2L6U2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

71382039

Pesquisa Avançada					
Registros encontrados: 51 (0min 3s 911ms)					
Requisição: 178/2022	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:		Edital nº: 353/22 (PE (deserto))	LIBERADO REQ	
Pedido: 20	Veze: 12	Valor item: 404,69	Total: 97.125,60		
Qt. autorizada: 20	Qt. Total: 240	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 5459/2021	Relação de compra: 2973/2021	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 144
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 153751/2021		Edital nº: 2861/21 (PE)	DESERTO EDT	
Pedido: 12	Veze: 12	Valor item: 446,17	Total: 64.248,48		
Qt. autorizada: 12	Qt. Total: 144	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 5459/2021	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:		Edital nº: 2861/21 (PE (deserto))	LIBERADO REQ	
Pedido: 12	Veze: 12	Valor item: 404,69	Total: 58.275,36		
Qt. autorizada: 12	Qt. Total: 144	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 3588/2021	Relação de compra: 1993/2021	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 144
Item nº: 4	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 77442/2021		Edital nº: 2180/21 (PE)	ATIVO EDT	
Pedido: 12	Veze: 12	Valor item: 438,48	Total: 63.141,12		
Qt. autorizada: 12	Qt. Total: 144	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 3866/2020	Relação de compra: 1940/2020	Contrato:	Ata: 2159/2020	OF nº:	AF nº: 35/2021 sgm
Requisitante: GEBER	Fornecedor: CARDIOTRONIC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRO		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 110
Item nº: 19	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: PEÇA	PSUS nº: SES 94648/2020		Edital nº: 2344/20 (PE)	ATIVO AF_ATA	
Pedido: 15	Veze: 12	Valor item: 404,69	Total: 72.844,20		
Qt. autorizada: 15	Qt. Total: 180	Qt. AF/OF: 10	Qt. Entregue AF/OF: 10	Saldo AF/OF: 0	
Requisição: 3866/2020	Relação de compra: 1940/2020	Contrato:	Ata: 2159/2020	OF nº:	AF nº: 8639/2021 sgm
Requisitante: GEBER	Fornecedor: CARDIOTRONIC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRO		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 110
Item nº: 19	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: PEÇA	PSUS nº: SES 94648/2020		Edital nº: 2344/20 (PE)	ATIVO AF_ATA	
Pedido: 15	Veze: 12	Valor item: 404,69	Total: 72.844,20		
Qt. autorizada: 15	Qt. Total: 180	Qt. AF/OF: 10	Qt. Entregue AF/OF: 10	Saldo AF/OF: 0	
<div> <div>Procurar por</div> <div>Material/Serviço</div> <div> <div>Cânula de Vent em silicone com ponta aramada</div> <div>Nº item</div> </div> <div> <div>Executar pesquisa</div> <div>?</div> </div> </div> <div> <div> <div>Unidade Solicitante</div> <div> <div>Unidade Municipal</div> <div>Situação</div> </div> <div> <div>Referência</div> <div>Ano De</div> <div>Ano Até</div> </div> </div> <div> <div> <div>TODAS</div> <div> <div>todas</div> <div></div> </div> </div> <div> <div> <div>Ordenar por</div> <div> <div>Número do item</div> <div>Código do Material</div> <div>Descrição do Material</div> </div> </div> <div> <div>Gerar arquivo</div> <div>Fechar</div> </div> </div> </div> </div>					

71382015

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 59 (0min 3s 896ms)

Requisição: 153/2022

Requisitante: GEBER

Item nº: 12

Unidade: peça

Pedido: 5

Relação de compra: 183/2022

Fornecedor:

Código CIASC: 071382015

PSUS nº: SES 6344/2022

Vezes: 12

Contrato:

Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8

Valor item: 1.702,96

Ata:

Ajuste: 0

Edital nº: 498/22 (PE)

Total: 102.177,60

OF nº:

Aditivo: 0

Saldo: 60

AF nº:

DEPERTO EDT

Qt. autorizada: 5

Qt. Total: 60

Qt. AF/OF: 0

Qt. Entrega AF/OF: 0

Saldo AF/OF: 0

Requisição: 153/2022

Requisitante: GEBER

Item nº: 12

Unidade: peça

Pedido: 5

Relação de compra:

Fornecedor:

Código CIASC: 071382015

PSUS nº:

Vezes: 12

Contrato:

Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8

Valor item: 1.475,70

Ata:

Ajuste: 0

Edital nº: 498/22 (PE (deserto))

Total: 88.542

OF nº:

Aditivo: 0

Saldo: 0

AF nº:

LIBERADO REQ

Qt. autorizada: 5

Qt. Total: 60

Qt. AF/OF: 0

Qt. Entrega AF/OF: 0

Saldo AF/OF: 0

Requisição: 5459/2021

Requisitante: GEBER

Item nº: 2

Unidade: peça

Pedido: 5

Relação de compra: 2973/2021

Fornecedor:

Código CIASC: 071382015

PSUS nº: SES 153751/2021

Vezes: 12

Contrato:

Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8

Valor item: 1.626,96

Ata:

Ajuste: 0

Edital nº: 2861/21 (PE)

Total: 97.617,60

OF nº:

Aditivo: 0

Saldo: 60

AF nº:

DEPERTO EDT

Qt. autorizada: 5

Qt. Total: 60

Qt. AF/OF: 0

Qt. Entrega AF/OF: 0

Saldo AF/OF: 0

Requisição: 5459/2021

Requisitante: GEBER

Item nº: 2

Unidade: peça

Pedido: 5

Relação de compra:

Fornecedor:

Código CIASC: 071382015

PSUS nº:

Vezes: 12

Contrato:

Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8

Valor item: 1.475,70

Ata:

Ajuste: 0

Edital nº: 2861/21 (PE (deserto))

Total: 88.542

OF nº:

Aditivo: 0

Saldo: 0

AF nº:

LIBERADO REQ

Qt. autorizada: 5

Qt. Total: 60

Qt. AF/OF: 0

Qt. Entrega AF/OF: 0

Saldo AF/OF: 0

Requisição: 3588/2021

Requisitante: GEBER

Item nº: 6

Unidade: peça

Pedido: 5

Relação de compra: 1993/2021

Fornecedor:

Código CIASC: 071382015

PSUS nº: SES 77442/2021

Vezes: 12

Contrato:

Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8

Valor item: 1.598,92

Ata:

Ajuste: 0

Edital nº: 2180/21 (PE)

Total: 95.935,20

OF nº:

Aditivo: 0

Saldo: 60

AF nº:

ATIVO EDT

Qt. autorizada: 5

Qt. Total: 60

Qt. AF/OF: 0

Qt. Entrega AF/OF: 0

Saldo AF/OF: 0

Requisição: 3866/2020

Requisitante: GEBER

Item nº: 17

Unidade: PECA

Pedido: 4

Relação de compra: 1940/2020

Fornecedor: CARDIOTRONIC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRO

Código CIASC: 071382015

PSUS nº: SES 94648/2020

Vezes: 12

Contrato:

Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8

Valor item: 1.475,70

Ata: 2159/2020

Ajuste: 0

Edital nº: 2344/20 (PE)

Total: 70.833,60

OF nº:

Aditivo: 0

Saldo: 38

AF nº: 19982/2021 sgm

ATIVO AF_ATA

Qt. autorizada: 4

Qt. Total: 48

Qt. AF/OF: 10

Qt. Entrega AF/OF: 10

Saldo AF/OF: 0

Procurar por

Material/Serviço

Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com

Nº Item

Executar pesquisa

?

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante

☐ Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

TODAS

todas

X LIMPAR

Nenhuma seleção aplicada

OCULTAR FILTROS

Ano da Compra

Nome do Material (PDM)

Código Material

Descrição do Item

Descrição do...
Descrição Complementar
Cânula de Vent em silicone com

Objeto da Compra
LIVRO LITERATURA, NÍVEL:INE...

ACESSÓRIOS / EQUIPAMENTO
CNPJ/CPP/NOME do Fornec...
PEÇA MECÂNICA/ELETRICA - V...

Parte da Empresa
SOLDAS, ...

ENOXAPARINA, CONCENTRAÇ...
Unidade de Fornecimento
AMINOFILINA, DOSAGEM:200 ...

Órgão Superior
TIPO:HIDRAT...

ÁGUA MINERAL NATURAL, TIP...
Órgão
ÁGUA MINERAL NATURAL, TI...

UASG

Modalidade da Compra

Período da Compra

Forma da Compra

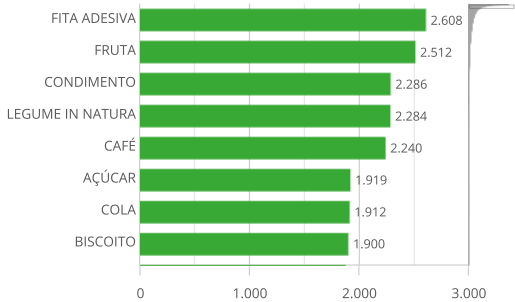
Esfera

PESQUISAR NA WEB

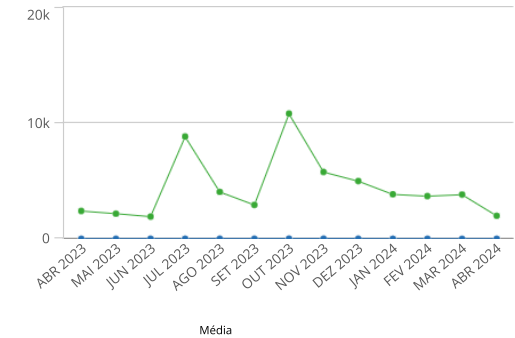
QUANTIDADE DE PROCESSOS DE COMPRA

98.716

QUANTIDADE DE PROCESSOS DE COMPRA POR MATERIAL



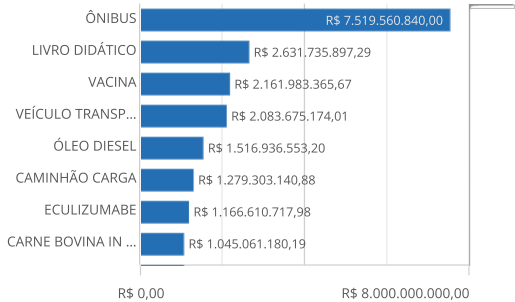
MÉDIA/MEDIANA DE PREÇOS POR PERÍODO



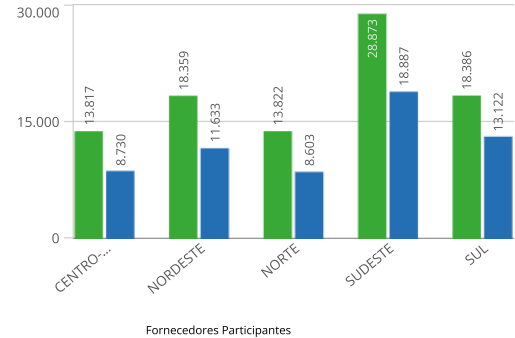
VALOR DAS COMPRAS HOMOLOGADAS

R\$ 84.793.220.095,60

VALOR DE COMPRAS POR MATERIAL



QUANTIDADE DE FORNECEDORES



AVANÇAR ANÁLISE

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R\$ 4.920,00	R\$ 4.920,00	R\$ 4.920

Quantidade total de registros: 1

Registros apresentados: 1 a 1

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Identificação do Item de Compra	Ano da Compra
474622	9430010501520202300003	2023, 2024

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 01520/2023

Número do Item: 00003

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos

Quantidade Ofertada: 82

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 4920

Código do CATMAT: 474622

Descrição do Item: CÂNULA CARDÍACA, TIPO:VENOSA, FEMORAL, TIPO PONTA:PONTA RETA, POLÍMERO, COMPONENTE 1:C/ DISPOSITIVO P/ FIXAÇÃO, HASTE:HASTE POLÍMERO ARAMADA, DIÂMETRO:CERCA DE 20 FRENCH, TIPO CONECTOR:CONECTOR 3/8 POL, COMPONENTE 2:C/ SISTEMA INTRODUTOR, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, USO ÚNICO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: 96880-019

Data do Resultado: 26/01/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: NEW CARDIO MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA

CNPJ/CPF: 13212979000103

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 943001 - GOVERNO DO ESTADO DO CEARA

Órgão: ESTADO DO CEARA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Relatório de Cotação: cotação rápida 6655

Pesquisa realizada entre 16/07/2024 07:27:26 e 16/07/2024 07:29:40

Relatório gerado no dia 16/07/2024 07:31:55 (IP: 200.19.200.175)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: cânula cardíaca

Descrição: cânula cardíaca tipo: cardioplegia anterógrada, óstio coronário , tipo ponta: ponta reta, polímero , componente 1: c/ dispositivo p/ fixação , haste: has te polímero , diâmetro: cerca de 14 french, tipo conector: conector padrão , componente 2: c/ sistema introdutor , esterilidade: estéril, uso único

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 3	1	R\$ 621,29 (un)	-	R\$ 621,29	100%	R\$ 621,29

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	15.126.437/0015-49 - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE MINAS GERAIS	Dispensa de Licitação Nº 182/2023 UASG: 155021	01/11/2023	R\$ 600,00 R\$ 618,78
Valor Unitário				R\$ 618,78

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	15180714000104-1-000061/2023	26/09/2023	R\$ 595,00 R\$ 616,69
2	ESTADO DO CEARA	07954480000179-1-000813/2023	24/08/2023	R\$ 604,90 R\$ 628,40
Valor Unitário				R\$ 622,55

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 618,78

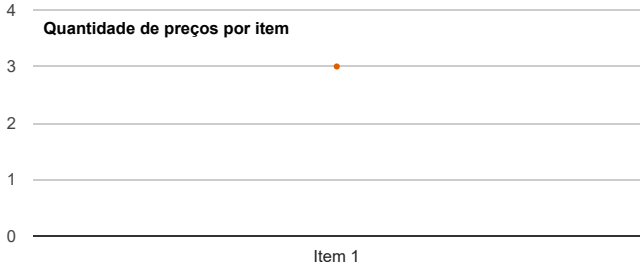
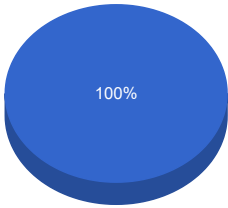
Média dos Preços Obtidos: R\$ 621,29

Valor Global: R\$ 621,29



Valor do item em relação ao total

1) cânula cardíaca



Detalhamento dos Itens

Item 1: cânula cardíaca			
Preço Estimado: R\$ 621,29 (un)	Percentual: -	Preço Estimado Calculado: R\$ 621,29	Média dos Preços Obtidos: R\$ 621,29

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	cânula cardíaca tipo: cardioplegia anterógrada, óstio coronário , tipo ponta: ponta reta, polímero , componente 1: c/ dispositivo p/ fixação , haste: haste polímero , diâmetro: cerca de 14 french, tipo conector: conector padrão , componente 2: c/ sistema introdutor , esterilidade: estéril, uso único	

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

Valor corrigido em 3,13% pelo índice *IPCA*. (Data de atualização: 18/06/2024)

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 600,00

R\$ 618,78

CNPJ: 15.126.437/0015-49	Data: 01/11/2023 00:00
Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE MINAS GERAIS	Modalidade: Dispensa de Licitação
Objeto: Aquisição de telas cirúrgicas e cânulas venosas.	SRP: NÃO
Descrição: CÂNULA CARDÍACA - CÂNULA CARDÍACA, TIPO ARTERIAL, TIPO PONTA PONTA RETA, POLÍMERO, HASTE HASTEPOLÍMERO ARAMADA, DIÂMETRO CERCA DE 10 FRENCH, TIPO CONECTOR CONECTOR 1/4 POL,COMPONENTE 2 C/ SISTEMA INTRODUTOR, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO	Identificação: Dispensa de Licitação Nº 182/2023 / UASG: 155021
CatMat: 474648 - Tipo: Arterial Tipo Ponta: Ponta Reta, Polímero Haste: Haste Polímero Aramada Diâmetro: Cerca De 10 FRENCH Tipo Conector: Conector 1/4 POL Componente 2: C/ Sistema Introdutor Esterilidade: Estéril, Uso Único	Lote/Item: 1/1
	Ata: N/A
	Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
	Quantidade: 4
	Unidade: Unidade
	UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
04.513.900/0001-93 *VENCEDOR*	ULTRA HOSPITALAR LTDA	R\$ 600,00
Marca: MEDTRONIC		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: CÂNULA CARDÍACA, TIPO ARTERIAL, TIPO PONTA PONTA RETA, POLÍMERO, HASTE HASTEPOLÍMERO ARAMADA, DIÂMETRO CERCA DE 10 FRENCH, TIPO CONECTOR CONECTOR 1/4 POL,COMPONENTE 2 C/ SISTEMA INTRODUTOR, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO		
Estado: MG	Cidade: Uberlândia	Endereço: AV MONSENHOR EDUARDO, 235
	Nome de Contato: LADI	Telefone: (34) 3235-4763
		Email: ultrahospitalar@ultrahospitalar.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

Valor corrigido em 3,65% pelo índice *IPCA*. (Data de atualização: 18/06/2024)

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 595,00

R\$ 616,69



Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Objeto: Registro de Preços -65/2023 - para eventual aquisição de ÓRTESE, PRÓTESE E MATERIAL ESPECIAL – OPME visando atender as necessidades do Hospital Ana Nery, unidade integrante do Complexo Hospitalar e de Saúde/UFBA. Informações gerais: Senhores licitantes, ocorrendo divergência entre a descrição do produto constante no código SIASG (CATMAT) e no Termo de Referência (Anexo I).

Descrição: Cânula Cardíaca - Cânula Cardíaca

Data: 26/09/2023 09:00

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 15180714000104-1-000061/2023

Lote/Item: 1/23

Ata: N/A

Homologação: 18/10/2023 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 40

Unidade: Unidade

UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
52.828.936/0001-09	BRAILE BIOMEDICA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA					R\$ 595,00
VENCEDOR						
Marca: Marca não informada						
Fabricante: Fabricante não informado						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
SP	São José do Rio Preto	AVENIDA PRES.JUSCELINO KUBITSCHKE OLIVEIRA, 1505	Maria Cecilia Patricia Braga Braile Verdi	(17) 2136-7000	licitacoes@braile.com.br	

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Preço do Fornecedor Vencedor

Valor corrigido em 3,88% pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 604,90

R\$ 628,40

Órgão: ESTADO DO CEARA

Objeto: O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Descrição: Cânula Cardíaca - Cânula Cardíaca

Data: 24/08/2023 14:30

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 07954480000179-1-000813/2023

Lote/Item: 1/2

Ata: N/A

Homologação: 15/12/2023 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 130

Unidade: Unidade

UF: CE

CNPJ	Razão Social do Fornecedor					Valor da Proposta Final
52.828.936/0001-09	BRAILE BIOMEDICA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA					R\$ 604,90
VENCEDOR						
Marca: Marca não informada						
Fabricante: Fabricante não informado						
Descrição: Descrição não informada						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
SP	São José do Rio Preto	AVENIDA PRES.JUSCELINO KUBITSCHKE OLIVEIRA, 1505	Maria Cecilia Patricia Braga Braile Verdi	(17) 2136-7000	licitacoes@braile.com.br	





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - ComprasNet

www.comprasgovernamentais.gov.br

Data: 19/12/2023 13:30:45

Acessar a fonte [aqui](#)

2 - Portal Nacional de Contratações Públicas

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 16/07/2024 07:30:36

Acessar a fonte [aqui](#)





Relatório de Cotação: cotação rápida 6656

Pesquisa realizada entre 16/07/2024 07:51:24 e 16/07/2024 07:53:04

Relatório gerado no dia 16/07/2024 07:56:26 (IP: 200.19.200.175)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: cânula cardíaca
Descrição: cânula cardíaca, tipo venosa, femoral tipo ponta ponta reta, polímero componente 1 c/ dispositivo p/ fixação haste haste polímero aramada diâmetro cerca de 18 french tipo conector conector 3/8 pol componente 2 c/ sistema introdutor esterilidade estéril, uso único

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
2 / 2	1	R\$ 4.294,10 (un)	-	R\$ 4.294,10	100%	R\$ 4.294,10

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares/Sede Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes	NºPregão:900302024 UASG:155012	19/04/2024	R\$ 4.325,00 R\$ 4.361,40
Valor Unitário				R\$ 4.361,40

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	COMANDO DA MARINHA	00394502000144-1-012510/2023	20/12/2023	R\$ 4.110,00 R\$ 4.226,80
Valor Unitário				R\$ 4.226,80

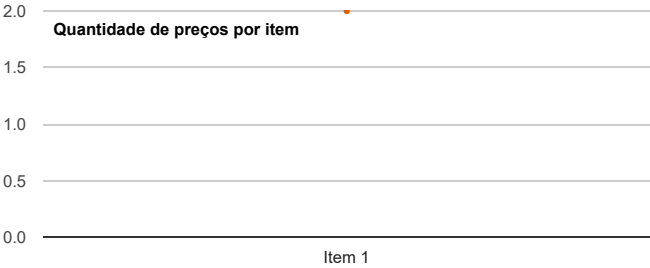
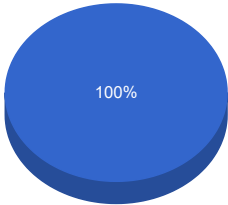
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 4.294,10

Média dos Preços Obtidos: R\$ 4.294,10

Valor Global: R\$ 4.294,10

Valor do item em relação ao total

1) cânula cardíaca



Detalhamento dos Itens

Item 1: cânula cardíaca			
Preço Estimado: R\$ 4.294,10 (un)		Percentual: -	Preço Estimado Calculado: R\$ 4.294,10
		Média dos Preços Obtidos: R\$ 4.294,10	
Quantidade	Descrição		Observação
1 Unidade	cânula cardíaca, tipo venosa, femoral tipo ponta ponta reta, polímero componente 1 c/ dispositivo p/ fixação haste haste polímero aramada diâm etro cerca de 18 french tipo conector conector 3/8 pol componente 2 c/ sistema introdutor esterilidade estéril, uso único		

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

Valor corrigido em 0,84% pelo índice IPCA. (Data de atualização: 18/06/2024)

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 4.325,00

R\$ 4.361,40

Órgão:	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Data:	19/04/2024 00:00
	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares/Sede	Modalidade:	Pregão Eletrônico
	Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes	SRP:	NÃO
Objeto:	Aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA CIRURGIA CARDÍACA.	Identificação:	NºPregão:900302024 / UASG:155012
Descrição:	Cânula Cardíaca - CÂNULA CARDÍACA, TIPO VENOSA, FEMORAL TIPO PONTA PONTA RETA, POLÍMERO COMPONENTE 1 C/ DISPOSITIVO P/ FIXAÇÃO HASTE HASTE POLÍMERO ARAMADA DIÂMETRO CERCA DE 18 FRENCH TIPO CONECTOR CONECTOR 3/8 POL COMPONENTE 2 C/ SISTEMA INTRODUTOR ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO	Lote/Item:	/3
		Ata:	N/A
		Homologação:	07/05/2024 00:00
		Fonte:	www.comprasgovernamentais.gov.br
CatMat:	474621 - Tipo: Venosa, Femoral Tipo Ponta: Ponta Reta, Polímero Componente 1: C/ Dispositivo P/ Fixação Haste: Haste Polímero Aramada Diâmetro: Cerca De 18 FRENCH Tipo Conector: Conector 3/8 POL Componente 2: C/ Sistema Introdutor Esterilidade: Estéril, Uso Único	Quantidade:	15
		Unidade:	Unidade
		UF:	ES

CNPJ		Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Final
01.292.636/0001-17		EMILCARDIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA			R\$ 4.325,00
VENCEDOR					
Marca: GETINGE					
Fabricante: Fabricante não informado					
Modelo: 0002227/HLS					
Descrição: Descrição não informada					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
ES	Vitória	RUA JOAO BASTOS VIEIRA, 131	Fábio Almeida Bastos	(27) 3222-8494	emilcardio@emilcardio.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

Valor corrigido em 2,84% pelo índice IPCA. (Data de atualização: 18/06/2024)

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

R\$ 4.110,00

R\$ 4.226,80

Órgão:	COMANDO DA MARINHA	Data:	20/12/2023 10:00
Objeto:	Aquisição de material médico-cirúrgico consignado para a Clínica de Cirurgia Cardíaca deste Hospital	Modalidade:	Pregão - Eletrônico
		SRP:	SIM
Descrição:	Cânula Cardíaca - Cânula Cardíaca	Identificação:	00394502000144-1-012510/2023
		Lote/Item:	1/17
		Ata:	N/A
		Homologação:	04/03/2024 00:00
		Fonte:	https://www.gov.br/pncp/pt-br
		Quantidade:	40
		Unidade:	Unidade
		UF:	RJ



CNPJ		Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Final
07.171.033/0001-43		RIO TERUMED COMERCIO DE MATERIAL CIRURGICO LTDA				R\$ 4.110,00
		VENCEDOR				
		Marca: Marca não informada				
		Fabricante: Fabricante não informado				
		Descrição: Descrição não informada				
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RJ	Rio de Janeiro	RUA CAPITAO FELIX, 110	Barbara	(21) 3689-0006	fconnection@globo.com	





Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - ComprasNet

www.comprasgovernamentais.gov.br

Data: 16/07/2024 07:51:24

Acessar a fonte [aqui](#)

2 - Portal Nacional de Contratações Públicas

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Data: 21/05/2024 10:03:04

Acessar a fonte [aqui](#)



BPS

Banco de Preços em Saúde

RELATÓRIOS

ALTERAR DADOS

SAIR

Núcleo De Materiais De Enfermária E Cirurgia | V-3.1.33

RELATÓRIO PÚBLICO

(medicamentos, materiais médico-hospitalares e gases medicinais)

PESQUISAR POR

☒ ITEM

☐ MODALIDADE

☐ INSTITUIÇÃO

☐ FORNECEDOR

☐ FABRICANTE

☐ FAIXA

☐ PERÍODO

☐ BASE SIASG(Compras Federais)

☐ TIPO DE COMPRA

ITEM

Código BR:

BR

Descrição CATMAT:

Cânula de Vent em silicone com ponta aramada

Unidade de Fornecimento:

Genérico:

☐ Sim ☐ Não

☐ Dados Agrupados

Adicionar

Grupo:

Todos

Classe:

Todos

PDM:

UF:

Todas

Município:

Selecione

Pesquisar

Limpar

RESULTADO

Os registros exibidos especificam as compras realizadas nos últimos 18 meses, o que corresponde ao seguinte período: 16-01-2023 a 16/07/2024

Base de Dados BPS

Gerar Planilha

Gerar PDF

Mostrar 20

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES				
CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GENÉRICO	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMED - PREÇO REGULADO	COMPETÊNCIA CMED	MÉDIA PONDERADA
Nenhum registro encontrado..																	

Suporte a sistemas: 136 - opção 8

e-mail: suporte.sistemas@datasus.gov.br

Fale conosco: http://datasus.saude.gov.br/fale-conosco

SUS

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL

BPS

Banco de Preços em Saúde

RELATÓRIOS

ALTERAR DADOS

SAIR

Núcleo De Materiais De Enfermária E Cirurgia | V-3.1.33

RELATÓRIO PÚBLICO

(medicamentos, materiais médico-hospitalares e gases medicinais)

PESQUISAR POR

☒ ITEM

☐ MODALIDADE

☐ INSTITUIÇÃO

☐ FORNECEDOR

☐ FABRICANTE

☐ FAIXA

☐ PERÍODO

☐ BASE SIASG(Compras Federais)

☐ TIPO DE COMPRA

ITEM

Código BR:

BR

Descrição CATMAT:

Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8

Unidade de Fornecimento:

Genérico:

☐ Sim ☐ Não

☐ Dados Agrupados

Adicionar

Grupo:

Todos

Classe:

Todos

PDM:

UF:

Todas

Município:

Selecione

Pesquisar

Limpar

RESULTADO

Os registros exibidos especificam as compras realizadas nos últimos 18 meses, o que corresponde ao seguinte período: 16-01-2023 a 16/07/2024

Base de Dados BPS

Gerar Planilha

Gerar PDF

Mostrar 20

DADOS DO ITEM				DADOS DA COMPRA				DADOS DO FABRICANTE/FORNECEDOR		DADOS DA INSTITUIÇÃO			VALORES				
CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	GENÉRICO	DATA COMPRA	MODALIDADE DA COMPRA	DATA INSERÇÃO	TIPO COMPRA	FABRICANTE	FORNECEDOR	NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	UF	QTD ITENS COMPRADOS	PREÇO UNITÁRIO	CMED - PREÇO REGULADO	COMPETÊNCIA CMED	MÉDIA PONDERADA
Nenhum registro encontrado..																	

Suporte a sistemas: 136 - opção 8

e-mail: suporte.sistemas@datasus.gov.br

Fale conosco: http://datasus.saude.gov.br/fale-conosco

SUS

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

bps-legado.saude.gov.br/visao/consultaPublica/relatorios/geral/index.jsf

1/1

67



Item	Cd CIASC	Descrição do Material	UN	Valor	Quant.
1	071382039	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada, para aspiração de átrio esquerdo, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação do produto, procedência, tipo e data de esterilização, data fabricação, validade, nº do lote e registro no MS	peca	621,29	144
2	071382015	Cânula femoral venosa em poliuretano, aramada, com sistema de punção percutânea, com guia, com conector 3/8 – diâmetro de 21 á 24 Fr, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação de produto, procedência, data de esterilização, data da fabricação, validade e número do lote, registro RMS	peca	4.543,47	48
Itens		2			



SOLICITANTE: GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Item	Cd CIASC	Descrição do Material	UN	Quant.	Unitário	Total
1	071382039	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada	peca	144	621,29	89.465,76
2	071382015	Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8	peca	48	4.543,47	218.086,56
Itens	2				Total	307.552,32

TOTAL GERAL: R\$ 307.552,32

Documento Não Conversível

Descrição: Relação de Compra Distribuição e Totalização 811-2024.

Nome do arquivo: Relação de Compra Distribuição e Totalização 811-2024.xls

Emitido em 19/07/2024.



FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE QUALIDADE TÉCNICA (FAT)

INSTITUIÇÃO:

SETOR:

DATA DE ENTREGA:

DATA DE RETORNO*:

PSES:

EDITAL:

LOTE (se houver):

ITEM:

MARCA:

EMPRESA:

FABRICANTE:

ORIGEM:

REFERÊNCIA:

RMS:

RESPONSÁVEL:

CONTATO:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO

Avalie os itens a seguir (assinale com um "X" o campo correspondente): ADEQUADO, INADEQUADO OU NÃO AVALIADO.

PONTOS AVALIADOS	ADEQUADO assinale com um "X"	INADEQUADO assinale com um "X"	SE INADEQUADO, INDICAR O MOTIVO	SE NÃO AVALIADO INDICAR O MOTIVO
Embalagem				
Qualidade				
Funcionalidade				
Aplicabilidade				
Especificações técnica (conforme descritivo)				
Observação/ Outras considerações (utilizar o verso):				

CONCLUSÃO DO TESTE REALIZADO: () APROVADO () REPROVADO () NÃO AVALIADO – JUSTIFICAR

* Conforme Portaria nº 973/2022, as Unidades da SES terão o prazo de 15 (quinze) dias para avaliação das amostras e preenchimento da Ficha de Avaliação Técnica do produto e 7 (sete) dias em casos de possibilidade de desabastecimento. Caso o prazo não seja respeitado, o produto de menor preço será considerado APROVADO para aquisição.

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELO PARECER: _____

Declaração de conflito de interesse: Declaro para os devidos fins que NÃO possuo Interesse financeiro ou de outra natureza em qualquer relação com a empresa indicada, que poderá constituir um real, potencial ou aparente conflito de interesse em relação a indicação do material a ser utilizado nos procedimentos de enfermagem e cirurgia. Durante os últimos cinco anos, NÃO TIVE qualquer emprego ou relação profissional com alguma organização que é fabricante ou fornecedora dos materiais médico-hospitalares.

Assinatura (física ou digital)	Assinatura (física ou digital)	Assinatura (física ou digital)
Carimbo ou nº do registro profissional	Carimbo ou nº do registro profissional	Carimbo ou nº do registro profissional

Após **preenchido** e **assinado**, encaminhar o formulário via SGP-e para **SES/DPGC/NAENF**

Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras
Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais de Enfermagem e Cirurgia (NAENF)
Versão agosto/2023

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 80/2022 (REF. PROCESSO SIE 34922/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 750-0 Jacinto Machado/Criciúma. Cancelar com saída de Jacinto Machado às 13:00 e com saída de Criciúma às 10:00 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856627

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 81/2022 (REF. PROCESSO SIE 34916/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 751-0 Araranguá/Criciúma. Com saídas de Araranguá às 09:15 de segunda a sexta-feira anual, alterar frequência para segunda à sábado; às 10:30 de segunda à sábado, anual, alterar horário para 10:00 de segunda à sexta, anual; e cancelar às 14:15 de segunda a sexta, anual. Com saída de Criciúma, cancelar às 16:30 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856628

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 82/2022 (REF. PROCESSO SIE 34913/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para o cancelamento de horários na linha 619-0 Araranguá/Criciúma, com saídas de Criciúma às 08:30 horas de segunda a sábado, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856629

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 83/2022 (REF. PROCESSO SIE 34912/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 069-0 Araranguá/Florianópolis. Alterar período com saída de Araranguá às 09:00 e com saída de Florianópolis às 09:15 horas, domingos e feriados, de anual para verão. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856630

Saúde

PORTARIA nº 973 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de Junho de 2019;
CONSIDERANDO que o tempo atual de análise de amostras em processos licitatórios corresponde parte significativa do tempo total de aquisição;
CONSIDERANDO que esta análise é realizada nas unidades da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) e;
CONSIDERANDO a necessidade de ações visando a redução do tempo de aquisição e dessa forma, evitando a interrupção do abastecimento das unidades SES, **RESOLVE:**
Art.1º - Nos processos de aquisição de bens, as amostras serão solicitadas quando não houver histórico de aquisição pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) e/ou registro válido no Banco de Marcas, além de registro de queixas técnicas. § 1º Nos casos das amostras entregues pelo fornecedor na Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC), estas serão submetidas à análise preliminar e, se identificadas como inadequadas,

serão reprovadas pela equipe técnica da DPGC sem o envio às unidades SES. As amostras aptas para avaliação nas unidades SES, serão enviadas por meio do setor de Protocolo/SES.
§ 2º Para amostras julgadas como aptas na análise preliminar, descrita no § 1º e a avaliação da amostra não depender do uso em pacientes e/ou da análise pela unidade demandante, e em casos de emergência ou calamidade pública e houver possibilidade de avaliação pelos técnicos da DPGC, o preenchimento do Formulário de Análise de Qualidade Técnica (FAT) poderá ser realizado pelo núcleo pertinente, sem a necessidade de envio às unidades SES.
§ 3º Para amostras em que a DPGC considerar pertinente a avaliação pelas unidades SES, a DPGC encaminhará o FAT e as amostras para a unidade SES com maior demanda. Caso necessário, a DPGC poderá encaminhar para até 3 (três) unidades SES.
§ 4º Em caso de divergência de análise nas Unidades SES, conforme § 3º, caberá a Superintendência responsável pela Unidade SES a decisão final sobre o resultado da análise da amostra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos.
Art. 2º - As unidades da SES terão o prazo de 15 (quinze) dias consecutivos para avaliação das amostras e devolução do processo digital (SPGe) do FAT e 7 (sete) dias consecutivos em casos de possibilidade de desabastecimento.
§ 1º Em caso de não cumprimento do prazo estabelecido no Art. 2º, caberá a Superintendência responsável pela Unidade SES a decisão sobre o resultado da análise da amostra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos.
§ 2º As amostras serão automaticamente aprovadas, no descumprimento dos prazos descritos nos Art 2º e seu § 1º.
Art. 3º - Os critérios estabelecidos no FAT serão definidos pela DPGC, conforme a natureza do bem.
§ 1º A unidade deverá, obrigatoriamente, descrever as razões de possível inadequação do produto avaliado, segundo os critérios estabelecidos no FAT.
Art. 4º - A guarda e conservação da amostra ficará sob responsabilidade do representante legal da unidade SES em posse. § 1º Será de responsabilidade da unidade SES a devolução das amostras não utilizadas à DPGC, quando esta for o local de origem do envio, ou ao fornecedor, quando as amostras forem entregues por este diretamente às unidades SES.
Art. 5º - O início da contagem dos prazos contidos nesta portaria inicia a partir do envio do processo digital.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.
Cod. Mat.: 856550

PORTARIA nº. 970 – 15/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860/2022 e conforme processo SES 165497/2022, resolve **REMOVER** a servidora **IVANA TONON**, matrícula nº. 0665398-7-01, ocupante do cargo de Enfermeira, originária do Hospital Governador Celso Ramos - HGCR, nível GEPRO-SES-16/E, para atuar no Hospital Nereu Ramos - HNR, a contar de 01/10/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856594

PORTARIA nº 983 de 19/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso III, artigo 7º do Decreto nº 1.860 de 13 de abril de 2022 e tendo em vista os termos constantes no processo SES 132852/2022, para fins de regularização funcional da servidora **MARIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0175627-3-01, RESOLVE:

RETIFICAR na Portaria nº 532/SES/2008, publicada no D.O.E. nº 18.436 de 01/09/2008, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-B, leia-se: 11-E;

RETIFICAR na Portaria nº 762/SES/2009, publicada no D.O.E. nº 18.652 de 22/07/2009, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-C, leia-se: 11-F;

RETIFICAR na Portaria nº 695/SES/2011, publicada no D.O.E. nº 19.157 de 23/08/2011, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-D, leia-se: 11-G;

RETIFICAR na Portaria nº 521/SES/2013, publicada no D.O.E. nº 19.628 de 31/07/2013, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-E, leia-se: 11-H.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856598

PORTARIA nº. 975 – 16/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos Decreto nº. 1860/2022, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde emitido pela Gerência de Perícia Médica da Secretaria de Estado da Administração em 11/08/2022 e conforme processo SES 134172/2022, resolve **REMOVER** o servidor **IVAM MACHADO**, matrícula nº. 0377744-8-01, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, lotado no Hospital Regional São José Dr. Homero de Miranda Gomes - HRSJ, nível GEPRO-SES-12/J, para atuar na Gerência de Patrimônio - GEPAT, a contar de 23/09/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856657

PORTARIA nº. 979 – 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860 e conforme processo SES 70160/2022, resolve **REMOVER** a servidora **KARINE SILVANA DE SOUZA COUTINHO**, matrícula nº. 0377723-5-01, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, lotada na Gerência de Saúde de Tubarão, nível GEPRO-SES-12/J, para atuar na Unidade Descentralizada de Controle, Avaliação e Auditoria - UDECA de Tubarão.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856680

PORTARIA nº 984 de 19/09/2022.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 291 de 12/05/2020, **RESOLVE CONSIDERAR DEMITIDOS** nos termos do artigo 11 da Lei Complementar nº 260/2004, os contratos com data fim no mês de **Julho de 2022**, dos servidores lotados nas unidades pertencentes à Secretaria de Estado da Saúde SC, como segue.

NOME	Matrícula	Data de- missão
CENTRAL DE REGULACAO DE INTERNACOES HOSPITA- LARES		
TECNICO EM ENFERMAGEM		
ALINE FATIMA BANCK	610903-9-01	01/07/2022
CENTRO CATARINENSE DE REABILITACAO		
FONOAUDIOLOGO		
JOSEANE DOS SANTOS DE LIMA	639507-4-01	01/07/2022
DO NASCIMENTO		
CONSULTORIA JURIDICA		
FARMACEUTICO		
ANGELA PATRICIA FRANCA	633043-6-02	27/07/2022
ELAINE LEOCADIA ANTON AMA- RANTES	611050-9-02	12/07/2022
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
SILVIA EMILY SCHAFASCHEK DE ANDRADE	989993-6-02	30/07/2022
DIRETORIA DE EDUCACAO PERMANENTE EM SAUDE		
ENFERMEIRO - SAUDE PUBLICA		
CAMILA BELTRAME BAGIO	630652-7-01	01/07/2022
DIRETORIA DE GESTAO DE PESSOAS		
PSICOLOGO		
ANDRESA DAROSCI SILVA	631647-6-01	01/07/2022
RIBEIRO		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
MARINA DAUX FRANCO	996031-7-02	01/07/2022
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
MATHEUS AMARAL DA COSTA	642163-6-01	02/07/2022
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO DE COMPRAS		
FARMACEUTICO - SAUDE PUBLICA		
EDNEIA LUZIA SANTOS BRITO	690630-3-02	11/07/2022
VIEIRA		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
PAOLA ALINE AMARANTE BORBA	644301-0-01	08/07/2022
DIRETORIA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		
MEDICO - INFECTOLOGIA		
PATRICIA DE ALMEIDA VANNY	612001-6-02	31/07/2022
DIRETORIA DE VIGILANCIA SANITARIA		
ENFERMEIRO		
VANESSA MORENO BLANCO	634177-2-01	09/07/2022
GERENCIA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E MANU- TENCAO		
ENGENHEIRO ELETRICISTA		
RODRIGO TETSUO BURDA	626982-6-01	07/07/2022
SENZAKI		
ENGENHEIRO MECANICO		
JOSE ALMIR COIMBRA	618298-4-01	01/07/2022
GERENCIA DE ANATOMIA PATOLOGICA		
TECNICO EM ENFERMAGEM		
EDUARDO DA SILVA BISPO	616304-1-01	01/07/2022
GERENCIA DE CONTRATUALIZACAO DOS SERVICOS DO SUS		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		

PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL. FLORIANOPOLIS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2022. THIAGO AUGUSTO VIEIRA
Secretário de Infraestrutura

Cod. Mat.: 855927

Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA.

A DIRETORA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 44 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.793/94 e o inciso III do artigo 64 da Lei Estadual nº 6.320/1983 e o artigo 53 do Decreto Estadual nº 23.663/1984, notifica o autuado identificado no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência quanto ao **Auto de Imposição de Penalidade abaixo relacionado**. Poderá ser interposto recurso contra a autuação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da efetiva notificação, na forma do art. 69 da Lei Estadual nº 6.320/1983. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado na Diretoria de Vigilância Sanitária, na Av. Rio Branco, 152, Centro, Florianópolis/SC. E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

Florianópolis, 14 de setembro de 2022

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

1. AUTUADO:SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CNPJ/CPF: 74.047.341/0001-59
PROCESSO: SES 00154462/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006524/22

2. AUTUADO:LEANDRO APARECIDO DE PAULA
CNPJ/CPF: 19.634.481/0001-15
PROCESSO: SES 00061032/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006577/22

3. AUTUADO:ESPORTE CLUBE INTERNACIONAL
CNPJ/CPF: 75.323.907/0001-90
PROCESSO: SES 00139443/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006708/22

4. AUTUADO:K.N.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS LTDA
CNPJ/CPF: 17.127.400/0001-65
PROCESSO: SES 00014476/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006396/22

Cod. Mat.: 855516

PORTARIA nº 967/2022 de 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o dispositivo no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei nº 741, de 12 de Junho de 2019, **RESOLVE**:
Art. 1º – Nomear Comissão para normatização e procedimentos para a implantação do veículo motocicleta/motolância nos atendimentos de urgência, no âmbito do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU em Santa Catarina.
I - Representantes da Secretaria de Estado da Saúde - Superintendência de Urgência e Emergência:
a) Adrina Maria Martins, matrícula nº 372597901, Coordenação de Metas e Fiscalização
b) Francine N. Teixeira de Oliveira, matrícula nº 372598701, Coordenadora de Enfermagem;
c) Hedileia da Rosa e S. Arcenio, matrícula nº 0256989203, Coordenadora de Patrimônio e Qualificação;
d) Juliana Brasil Rodolfo Simas, matrícula nº 3725891, Diretora do APH Móvel;
e) Marcos Antônio Fonseca, matrícula nº 30705002, Coordenador das CRU's de SC;

f) Sandra Mariza de Brida, matrícula nº 37730802, Coordenadora de Farmácia.
Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar a partir da data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855766

PORTARIA nº 966 de 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, § 2º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 741 de 12 de junho de 2019 e conforme o Art. 4, inciso II, do Decreto nº 1.860/2022, **RESOLVE DESIGNAR**, de acordo com o art. 38, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº SES 172424/2022, **ANDRÉIA MULLER PEREIRA**, mat. nº 397723-4-01, Gerente de Enfermagem, para responder, cumulativamente, pelo cargo de **DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ DR. HOMERO DE MIRANDA GOMES**, nível FG-1, da SES, em substituição ao titular, Daywson Pauli Koerich, matrícula nº 375618-1-03, durante o usufruto de férias, no período de **08/09/2022 a 17/09/2022**.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 855789

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 107231/2022** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **SEPAT MULTI SERVICE LTDA**, CNPJ nº 03.750.757/0001-90, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 2.119,91 por descumprimento do Contrato nº 382/2020 – Edital nº 517/2020.

Cod. Mat.: 855814

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR000453.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Beneficência Camiliana do Sul, mantenedora do Hospital São Bernardo, com sede no município de Quilombo. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: "Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência": O prazo do Convênio nº 2021TR000453 fica prorrogado até 30 de janeiro de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 08 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Antônio Mendes Freitas, pelo Hospital.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2022TR000745.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Nova Erechim, com sede no município de Nova Erechim. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: "Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência": O prazo do Convênio nº 2022TR000745 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2022, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 14 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Alfredo Carlos Merigo, pela Fundação.

Cod. Mat.: 855826

PORTARIA nº 976 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de Junho de 2019;
CONSIDERANDO que o tempo atual de análise de amostras em processos licitatórios corresponde uma parte significativa do tempo total de aquisição e a necessidade de ações que visem a redução do tempo de aquisição, evitando a interrupção do abastecimento das unidades SES/SC, o Banco de Marcas (BM) configura-se uma ferramenta que visa a otimização do tempo de processo de compra, devido ao histórico de registros de avaliações de amostras, **RESOLVE**:
Art. 1º - Normatizar nos processos de aquisição de bens, no qual haja avaliação de amostras, o cadastro de marcas de insumos para abastecimento da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) será realizado na plataforma digital <http://sistemases.saude.sc.gov.br/marcas/listaPublica>.
Art. 2º - O BM SES/SC pode ser utilizado para gerar um catálogo de marcas aprovadas e reprovadas que permite embasar a administração nos processos de compras públicas SES/SC.
§ 1º Os insumos serão avaliados e o resultado definido por meio de Formulário de Análise de Qualidade Técnica (FAT), conforme portaria específica.
§ 2º Caberá a equipe técnica da Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC) a inserção de dados na plataforma BM.
Art. 3º - As marcas aprovadas serão reavaliadas em caso de alteração nas características do produto, como por exemplo: composição, apresentação e/ou registro.
§ 1º Em caso de queixa técnica e/ou evento adverso durante a utilização do produto, o mesmo poderá ser reprovado pela área técnica da DPGC.
Art. 4º - A reprovação da marca ficará vigente pelo prazo de cinco anos.
§ 1º Se comprovado por parte do fabricante a melhoria e/ou correção necessária do produto, o mesmo poderá ser reavaliado antes do prazo estipulado no Art. 4º.
Art. 5º - O fornecedor que possuir a marca do produto qualificada na SES/SC obriga-se a comunicar formalmente à DPGC, as eventuais alterações de fabricação e fusões de empresas que levem a alterações na nomenclatura da marca.
Art. 6º - A Listagem Pública de Marcas Aprovadas estará disponível para consulta na plataforma BM.
Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855892

PORTARIA nº 951 de 09/09/2022.

CONCEDER PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO, de acordo com o Decreto nº 1863/13 e conforme processo nº SES 107705/2021, à servidora **ALICE HENRIQUE DOS SANTOS SUMAR**, matrícula nº 673048-5-01, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, no Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes/HRSJ-HMG, para continuar frequentando curso de pós-graduação stricto sensu, em nível de Doutorado em Ciências Médicas, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, no período de **02/10/2022 a 02/04/2023**, com afastamento parcial de 03 (três) dias na semana.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855905

PORTARIA nº. 968 – 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860/2022, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde emitido pela Gerência de Perícia Médica da Secretaria de Estado da Administração em 19/07/2022 e conforme processo SES 93248/2022, resolve **REMOVER** a servidora **SIRLENE TIVES**, matrícula nº. 0957446-8-01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada no Hospital Infantil Joana de Gusmão - HIJG, nível GEPRO-SES-11/D, para atuar na Escola de Saúde Pública de Santa Catarina - ESPSC, a contar de 23/10/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 855909

PORTARIA nº 977 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no



REFERENCIAL DE PREVENÇÃO **À FRAUDE E DESVIOS** NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

SECRETARIA DE
ESTADO DA
ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA
DE INTEGRIDADE
E GOVERNANÇA

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



FICHA TÉCNICA

Daniela Cristina Reinehr

Governadora em Exercício do Estado de Santa Catarina

Naiara Czarnobai Augusto

Secretária Executiva de Integridade e Governança

Ana Cristina Ferro Blasi

Secretária de Estado da Administração

Elaborado por:

Fernanda Santos Schramm

Diretora de Integridade e Governança

Karen Sabrina Bayestorff Duarte

Diretora de Gestão de Licitações e Contratos

Carla Giani da Rocha

Gerente da Central Estratégica de Compras Públicas

Gilmar Sal Santos

Projeto gráfico

Florianópolis, 2021.

1ª versão.

Este material é de uso interno e a sua reprodução total ou parcial sem a devida referência constitui violação de propriedade intelectual do Estado de Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

RISCOS DE INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Não é novidade que muitos dos riscos de integridade inerentes à gestão pública acabam se materializando nos processos licitatórios e nas contratações. Embora haja uma série de normas legais voltadas à combater fraudes e desvios, o que se verifica é que o viés sancionador tem sido incapaz de evitar a prática de corrupção nos certames públicos.

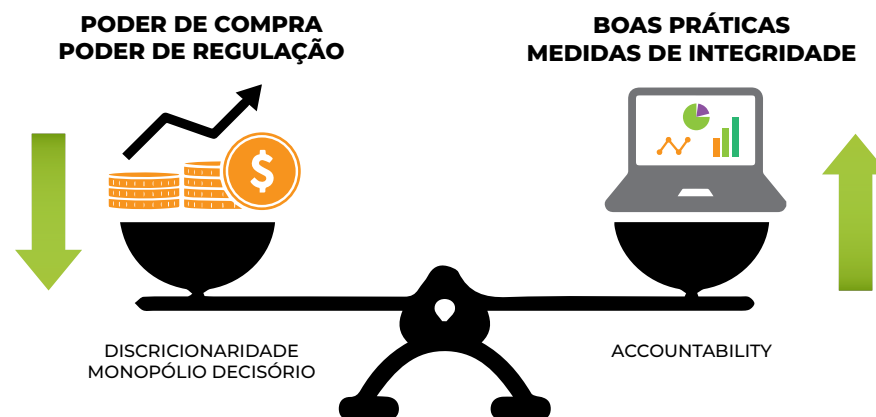
Ainda que não seja possível precisar os custos da corrupção, a OCDE já afirmou que, no Brasil, as fraudes em licitações públicas podem representar um acréscimo de até 50% dos preços dos contratos. Em complemento, pesquisas apontam que 87% das empresas brasileiras afirmam que o pagamento de propina e a prática de nepotismo são frequentes nas aquisições realizadas pela Administração Pública.

ECONOMIA COMPORTAMENTAL

Uma das causas para compreender os números identificados nas pesquisas consiste no grande volume de recursos públicos que são gerenciados por meio das contratações públicas. O Tribunal de Contas da União sugere dois critérios para avaliar os riscos de fraude e corrupção na Administração Pública: alto poder de compra e alto poder de regulação.

Daí porque o alto poder de compra e o alto poder de regulação dos agentes públicos precisam ser contrabalanceados por meio do fortalecimento das estruturas de integridade e do fomento de boas práticas nas rotinas administrativas.

O objetivo é justamente equilibrar a equação: diminuir a discricionariedade e o monopólio decisório dos agentes públicos e promover a accountability e os procedimentos de prestação de contas.



Fonte: Adaptação TCU, 2018

FÓRMULA DA CORRUPÇÃO

A “fórmula da corrupção”, proposta pelo economista Robert Klitgaard, preconiza que a corrupção (C), é o resultado da soma do poder discricionário (D) e do monopólio decisório (M), subtraído de um baixo nível de responsabilização pessoal, ou seja, de uma accountability deficiente (A).

$$C = D + M - A$$

REFERENCIAL DE PREVENÇÃO À FRAUDE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Com o intuito de fomentar a adoção de boas práticas e o fortalecimento das medidas de integridade nas contratações públicas, a Secretaria Executiva de Integridade e Governança (SIG) e a Secretaria de Estado da Administração (SEA), por meio da Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos (DGLC), apresentam o presente Referencial de Prevenção à Fraude nas Contratações Públicas.

Além de elencar os principais riscos de integridade relacionados aos processos licitatórios e contratações públicas, o documento sugere medidas de prevenção e mitigação destinadas a aumentar a segurança jurídica dos gestores públicos.

ABRANGÊNCIA

As recomendações e boas práticas constantes do presente documento se destinam a todos os órgãos e entidades da Administração Pública catarinense, inclusive às empresas estatais. Também é possível aplicar as sugestões apresentadas às gestões municipais, com as devidas adaptações. É importante, no entanto, que sejam levadas em consideração as diferenças em termos de capacidade operacional, técnica e orçamentária dos destinatários deste referencial. De toda sorte, vale registrar que eventuais dificuldades enfrentadas pelos entes públicos não podem ser utilizadas como justificativa para o descumprimento dos comandos normativos que pautam as contratações públicas.

REFERENCIAIS NORMATIVOS

Afora as normas legais, as recomendações e boas práticas apresentadas neste referencial se baseiam nos requisitos técnicos expostos na norma técnica ABNT NBR ISO 37001:2017, que pauta a atuação de todos os setores da SIG. A norma, que se aplica às organizações públicas, elenca medidas para prevenir, detectar e tratar os riscos de suborno, podendo ser utilizada para a melhoria dos processos que envolvem as contratações públicas.

Por fim, vale esclarecer que o conteúdo desse referencial não tem caráter normativo ou vinculante. As sugestões apresentadas ao longo do documento não criam obrigações e não constituem salvaguarda aos agentes públicos. Trata-se, essencialmente, de recomendações de natureza de orientação, que podem ser utilizadas para aprimorar as boas práticas que pautam a gestão dos entes públicos.

A SIG e a SEA esperam, por meio do presente **Referencial de Prevenção à Fraude nas Contratações Públicas**, contribuir para que os entes públicos possam adotar medidas destinadas a evitar a corrupção nas contratações públicas e, consequentemente, aprimorar a qualidade e a entrega dos serviços públicos ofertados à população.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Para facilitar a compreensão das diretrizes expostas no presente documento, serão apresentados os significados atribuídos aos conceitos de fraude, corrupção, riscos e outros vocábulos que podem comportar mais de uma interpretação. O objetivo, antes de propor uma definição terminativa, é garantir a uniformidade de compreensão das recomendações apresentadas ao longo do referencial.

CORRUPÇÃO

Em termos jurídicos, a corrupção está tipificada no Código Penal brasileiro na forma ativa e passiva, podendo ser caracterizada pelo pedido ou solicitação de uma vantagem indevida por um agente público, seja ela financeira ou não.

Ocorre que o termo corrupção acaba sendo utilizado de forma coloquial, em dimensão mais abrangente, abarcando diversas outras condutas. Em termos gerais, sugere-se a utilização do conceito proposto pela Transparência Internacional, que traduz a corrupção como o abuso do poder confiado a alguém para ganhos privados.

O Ministério Público Federal ilustra a amplitude do termo a partir de diversas condutas que se incluem dentro do conceito mais aberto de corrupção, com destaque para aquelas relacionadas às contratações públicas:



Fonte: Adaptação MPF, 2016

FRAUDE

Seguindo a conceituação do TCU, o termo fraude se refere ao ato intencional de “manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos e resultados; apropriação indébita de ativos; supressão ou omissão de transações nos registros contábeis; registro de transações sem comprovação; e aplicação de práticas contábeis indevidas”. A Corte de Contas destaca que a intenção é um elemento importante para diferenciar o erro da fraude. Daí porque o erro, mesmo aquele capaz de causar grande prejuízo ao interesse público, não se confunde com a fraude.

SUBORNO

Em termos jurídicos, o suborno se enquadra na tipificação do crime de corrupção previsto no Código Penal Brasileiro, a partir do desvirtuamento do poder que é confiado ao agente público, mediante a promessa ou recebimento efetivo de uma vantagem indevida - ainda que não seja expressa em pecúnia. Por meio do suborno, por exemplo, o agente público deixa de exercer suas atividades com a imparcialidade esperada, visando privilegiar um terceiro.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

RISCO

O risco é traduzido, pela ABNT NBR ISO 37001:2017 e pelas demais normas técnicas, como os efeitos – positivos ou negativos – da incerteza sobre os objetivos de uma determinada organização. Como regra geral, o risco é classificado de acordo com a sua probabilidade de ocorrência e com o potencial impacto sobre os objetivos da organização. É importante advertir que os riscos podem ter naturezas diversas: operacionais, tecnológicos, patrimoniais, estratégicos e os riscos de integridade, que abarcam os casos de fraude e corrupção.

RISCO DE INTEGRIDADE

A Lei Estadual n. 17.715/2019 define os riscos de integridade como: “a vulnerabilidade institucional que pode favorecer ou facilitar práticas de corrupção, fraudes, subornos, irregularidades e desvios éticos e de conduta” (art. 3º, inciso II). Seguindo a mesma linha, a Portaria CGU n. 1.89/2018 conceitua o risco de integridade como aqueles “que configurem ações ou omissões que possam favorecer a ocorrência de fraudes ou atos de corrupção” (art. 2º, inciso II).

É importante que fique claro, para fins do presente referencial, que o risco de integridade não se restringe à infração de leis e normas legais, mas pode ser caracterizado sempre que houver uma quebra do dever de imparcialidade por parte do gestor público.

CONFLITO DE INTERESSE

O artigo 3º da Lei Federal n. 12.813/2013, define o conflito de interesse como a “situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública”. Em síntese, o conflito de interesse se caracteriza sempre que o gestor público efetivamente não dispuser de condições de atuar com a imparcialidade que lhe é exigida.

É importante destacar que o conflito de interesse pode existir mesmo que o servidor não esteja sendo efetivamente influenciado, desde que as circunstâncias levem a crer que há o risco de as decisões serem indevidamente influenciadas.

DUE DILIGENCE

Representa um processo de apuração de informações e investigação, para avaliar a natureza e a extensão dos riscos de integridade, com o intuito de subsidiar a tomada de decisão pelo gestor público, em relação à contratação de pessoal e designação de equipe, contratos públicos, modelagem de projetos, parcerias público-privadas e propostas normativas.

GESTÃO DE RISCO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Como advertido inicialmente, o presente referencial não substitui a gestão de riscos enquanto etapa do Programa de Integridade e Compliance previsto na Lei Estadual n. 17.715/2019. As diretrizes para a elaboração da gestão de riscos nos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo podem ser consultadas no Manual de Gestão de Riscos e no Guia de Implementação da Gestão de Riscos na Administração Pública Catarinense, ambos documentos disponíveis para download na página da SIG (<http://www.sig.sc.gov.br/>).

O objetivo do presente referencial é mapear os riscos de integridade verificados com maior frequência nas contratações públicas, com o intuito de sugerir medidas de tratamento que possam ser utilizadas e/ou adaptadas internamente pelos órgãos e entidades da Administração estadual.

Para esse propósito, foi construído um mapa de riscos de integridade exemplificativo, a partir de um diagnóstico preliminar que analisou os principais julgados do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, bem como os relatórios de avaliação da Controladoria-Geral da União. Também foram utilizadas informações constantes de mapas de riscos e referenciais de combate à fraude e corrupção disponibilizados por entes públicos de outros Poderes e entes federados. A análise foi feita com base nas informações tornadas públicas pelos órgãos de controle, de modo que os documentos sigilosos não foram avaliados.

Como documento orientativo e abrangente, o presente referencial não tem condições de dialogar com a realidade dos controles internos de cada órgão ou entidade

de vinculado ao Poder Executivo de Santa Catarina. Em função disso, o mapa de riscos foi construído a partir dos riscos inerentes aos processos licitatórios e contratações públicas, sem a avaliação dos riscos residuais.

Pelo mesmo motivo, tendo em vista a inexistência de um banco de dados públicos com o histórico de irregularidades em cada órgão e/ou entidade, não foram estimadas a probabilidade e o impacto dos riscos apontados no referencial. O objetivo, repita-se, é estratificar as situações de potencial risco de integridade e provocar o pensamento crítico dos gestores públicos para o seu tratamento.

MEDIDAS DE TRATAMENTO DE RISCO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Por outro lado, foram sugeridas medidas de tratamento que podem ser utilizadas como norte pelos gestores públicos responsáveis pelos processos licitatórios e pelas contratações públicas de uma forma geral.

As medidas de tratamento sugeridas não se confundem com obrigações legais, que devem necessariamente ser observadas pelos órgãos. Tratam-se de recomendações, boas práticas que podem ser úteis na prevenção de riscos de fraude e corrupção.

O fato é que o ente público pode mitigar tais riscos conhecendo bem os terceiros com quem se relaciona, especialmente nas contratações de maior vulto, em que o risco de conflitos de interesse e pressões indevidas é alto. Em função disso, é altamente recomendável que as organizações realizem verificações

complementares, além daquelas exigidas em lei, “por intermédio de consulta a informações públicas da organização contratada e da sua alta administração, verificações telefônicas, notícias veiculadas na mídia, entre outros” (TCU, 2018, p. 58).

O ideal é que tais medidas sejam implementadas com o intuito de evitar contratações fracassadas, com empresas aventureiras, e resguardar a responsabilidade dos agentes públicos responsáveis pela contratação - assegurando-lhes maior grau de segurança jurídica. Ainda que indiretamente, o registro de uma maior quantidade de informações acerca dos terceiros contratados pela Administração Pública acaba por diminuir os riscos de malversação do poder discricionário e decisivo que, na prática, acaba sendo atribuído aos agentes públicos.

As medidas de tratamento sugeridas abordam outros procedimentos voltados à prevenção de fraude e corrupção no relacionamento com terceiros, tais como: (i) rotação de pessoal lotado em funções de maior vulnerabilidade; (ii) divulgação de canais de comunicação e denúncia; (iii) realização de treinamentos, com ênfase nos riscos de responsabilização individual; (iv) construção de matriz de responsabilidade; e (v) estratégias de divulgação e fortalecimento dos Códigos de Conduta.

MEDIDAS DE TRATAMENTO DE RISCO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

As medidas de tratamento foram segmentadas em medidas preventivas e repressivas. Destaca-se que as medidas preventivas devem ser priorizadas pelos gestores públicos, pois além de reduzir as chances de concretização do risco de integridade e do consequente desvirtuamento da prestação pública que deve ser entregue à sociedade, mostram-se mais efetivas no combate à corrupção.

Muitas das medidas preventivas voltadas à mitigação dos riscos podem ser aplicadas a diversas situações, sempre com o intuito de promover a integridade e a governança. Cita-se, como exemplo, a elaboração de Códigos de Conduta e Matriz de Responsabilidade, a estruturação e o fomento à utilização de canais de denúncia, o mapeamento de processos e a realização de treinamentos e outras ações de promoção à integridade. Tratam-se de medidas necessárias à estruturação do Programa de Integridade e Compliance previsto na Lei Estadual n. 17.715/2019 e que podem, desde já, ser implementadas com ênfase para a área de licitações.

Mas não se pode perder de vista que as medidas sugeridas neste referencial devem ser sopesadas pelos gestores, de acordo com a realidade do ente público e da gradação dos riscos identificados. Feita essa ressalva, citam-se algumas medidas comumente sugeridas para o tratamento dos riscos de integridade nas contratações públicas:

RISCO BAIXO

- ▶ Elaboração de Código de Conduta
- ▶ Matriz de Responsabilidade
- ▶ Utilização de canais de denúncia
- ▶ Capacitação dos agentes públicos
- ▶ Ações de promoção da integridade
- ▶ Desenhos de fluxos internos

RISCO MÉDIO

- ▶ Avaliação prévia dos agentes designados
- ▶ Termos de compromisso
- ▶ Análise preditiva
- ▶ Inspeções por amostragem

RISCO ALTO

- ▶ Rotatividade da equipe
- ▶ Estratégias de segregação de poder decisório
- ▶ Revisão das decisões (double check)

GESTÃO DE RISCO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Não se pode perder de vista que todo controle implementado representa um custo, cabendo aos gestores públicos buscar o ponto ótimo em relação aos benefícios que pretendem alcançar. Nem todas as contratações exigem o mesmo rigor em termos de controles internos, sendo necessário avaliar se o benefício obtido a partir o recrudescimento dos mecanismos de controles antissuborno são equiparáveis ao seu respectivo custo.

Repita-se que as recomendações não são mandatórias, devendo ser avaliadas de acordo com o contexto do órgão e/ou entidade. Nesse ponto, destacam-se as advertências apresentadas no Referencial de Combate à Fraude e Corrupção do Tribunal de Contas da União:

Toda organização é suscetível à ocorrência de fraude e corrupção e deve avaliar a abrangência e a profundidade da implementação de controles para tanto, considerando seus riscos, o seu tamanho, a sua natureza e a sua complexidade

O benefício decorrente da implementação de controles antifraude e anticorrupção - considerados os ganhos culturais - deve ser maior do que o seu custo.

Para obter uma melhor relação custo-benefício na aplicação dos controles, a organização deve focar primeiramente nas áreas de maior risco, onde os esforços tenham mais impacto.

É sempre possível ter controles para combater a fraude e a corrupção, mas esses controles devem permitir que as organizações cumpram a sua missão, em observância ao interesse público.

RISCOS DE INTEGRIDADE NA FASE INTERNA DAS CONTRATAÇÕES:

PLANEJAMENTO

A fase interna das contratações públicas, definida como etapa preparatória, consiste no momento em que a Administração Pública realiza o planejamento das compras e aquisições, elabora estudos prévios para definir o objeto da contratação, elabora orçamentos, a partir de pesquisas de mercado, e elenca todas as condições necessárias para a escolha do particular, por meio da elaboração do instrumento convocatório.

A elaboração do edital e a definição do objeto a ser contratado, incluindo os requisitos de habilitação e as condições de execução, traduzem significativos riscos de integridade. A depender das exigências elencadas no instrumento convocatório, há o risco de que a licitação seja direcionada ou, ainda, de que seja desenhada uma pretensa e fictícia impossibilidade de licitar, o que pode levar a uma contratação direta não abarcada pelas hipóteses legais.

Em linhas gerais, os riscos de integridade podem ser identificados desde o planejamento anual de licitações dos entes públicos, passando pela indicação defeituosa do objeto da licitação, restrição injustificada do universo de participantes, critérios subjetivos de avaliação de proponentes e propostas e, ainda, limitações à transparência e fiscalização do procedimento em si.

Foram listados, a seguir, os principais riscos identificados na fase interna das licitações públicas, com as respectivas sugestões de medidas de tratamento.

RISCO 1: Ausência de inclusão da demanda (compra ou contratação) no Plano Anual de Licitações



CAUSA

- Falta ou falhas no planejamento;
- Falta de conhecimento dos responsáveis pelo setor de licitações;
- Falhas no acompanhamento dos contratos vigentes.



CONSEQUÊNCIAS

- Caracterização de emergência fabricada ou fracionamento indevido de licitação, com a consequente responsabilização dos agentes públicos envolvidos;
- Inviabilidade do controle de prazos relacionados à conclusão da licitação;
- Desperdício de recursos;
- Descontinuidade da contratação para demandas continuadas;
- Impossibilidade de concretizar a compra/contratação.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Matriz de responsabilidade com a especificação dos papéis relacionados ao processo licitatório;
- Capacitação anual dos agentes públicos alocados nas áreas de compras e contratações (ênfase em planejamento);
- Acompanhamento dos prazos contratuais e questionamento ao setor demandante sobre a necessidade de renovação antes do término do contrato.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Contratação emergencial nos casos de justificada necessidade – com a devida ressalva acerca da responsabilidade pela inexistência de planejamento.

RISCO 2: Não parcelamento do objeto contratado, mesmo quando viável



RISCO 3: Falta de disponibilidade orçamentária capaz de impactar na execução do contrato



RISCO 4: Ausência da formalização da demanda que origina a contratação, com a devida justificativa acerca da necessidade



RISCO 5: Falta de autorização da autoridade competente para abertura da licitação



RISCO 6: Equívocos gerais (não intencionais)



CAUSA

- Agentes públicos responsáveis pelas compras e contratações em quantidade insuficiente ou qualificação inadequada;
- Falta ou falha no planejamento ou nos estudos preliminares;
- Inexistência de fluxos de trabalho definidos.



CONSEQUÊNCIAS

- Contratação desvantajosa;
- Pedidos de esclarecimento / impugnações ao Edital;
- Atraso na conclusão do certame;
- Redução do número de potenciais licitantes, licitação deserta / fracassada;
- Existência de contratos vigentes ou atas de registro de preços que possibilitariam a aquisição/contratação do objeto;
- Possibilidade de responsabilização dos gestores públicos por erro grosseiro;
- Suspensão contratual por determinação judicial e/ou das Cortes de Contas.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Determinação do gestor da pasta, para que seja montada uma equipe suficiente, capacitada e com os recursos necessários;
- Capacitação anual dos agentes públicos alocados nas áreas de compras e contratações.
- Disponibilização de checklist padrão, com questionamentos específicos sobre as principais decisões relacionadas às contratações, incluindo a identificação dos autores de cada decisão;
- Disponibilização de modelos de Editais, Termos de Referência, Projetos Básicos e Minutas Contratuais;
- Avaliação de perfil dos agentes públicos alocados nas áreas de compras e contratações;
- Matriz de responsabilidade com a especificação dos papéis relacionados ao processo licitatório.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Capacitação dos agentes públicos sobre a necessidade de comunicar, de forma imediata, equívocos que tenham sido cometidos no curso do processo licitatório, para a tomada de providências destinadas a mitigar/remediar potenciais danos.

RISCO 7: Solução contratada ou adquirida que não corresponde às necessidades da Adm. Pública



CAUSA

- Falha nos estudos preliminares e de viabilidade;
- Quantitativos subestimados;
- Contratações obsoletas ou próximas da obsolescência;
- Contratação de solução tecnológica incompatível com os sistemas utilizados pela Administração Pública;
- Contratação de apenas parte da solução necessária ao atendimento das necessidades da Administração Pública.



CONSEQUÊNCIAS

- Celebração de consecutivos termos aditivos;
- Perda de economia de escala;
- Não atendimento da necessidade que justificou a contratação;
- Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- Risco de caracterização de parcelamento indevido, caso tenha sido contratada apenas parte da solução;
- Possibilidade de responsabilização dos gestores públicos;
- Suspensão contratual por determinação judicial e/ou das Cortes de Contas, bem como impossibilidade de nova contratação, impondo uma necessidade à Administração Pública;
- Prejuízo reputacional.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Determinação institucional com checklist sobre as informações que devem constar no estudo preliminar, com previsão de identificação dos responsáveis pelas informações;
- Desenho de fluxo de processos que garanta que o Edital seja formalmente submetido à apreciação da equipe técnica;
- Exigência de que a equipe técnica apresente planilha e/ou outro documento comprobatório apto a justificar o quantitativo indicado;
- Orientação no fluxo de processos sobre a necessidade de manifestação da equipe técnica acerca de todas as partes/etapas necessárias ao atendimento da necessidade pública (visão completa da contratação);
- Avaliação sobre a possibilidade de realização de audiência/consulta pública para complementar os estudos preliminares;
- Orientação para que a equipe de planejamento consulte o fiscal de contrato similar anterior – inclusive de outros órgãos e Poderes – para levantar maiores informações sobre riscos e/ou intercorrências contratuais;
- Quando a equipe de agentes públicos responsável pela licitação for insuficiente, solicitar auxílio formal a outros órgãos/entidades com experiência no objeto contratado;
- Publicação na íntegra dos estudos preliminares no Portal da Transparência;
- Equipe responsável pela contratação somente inicia a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico após a aprovação formal dos estudos preliminares.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

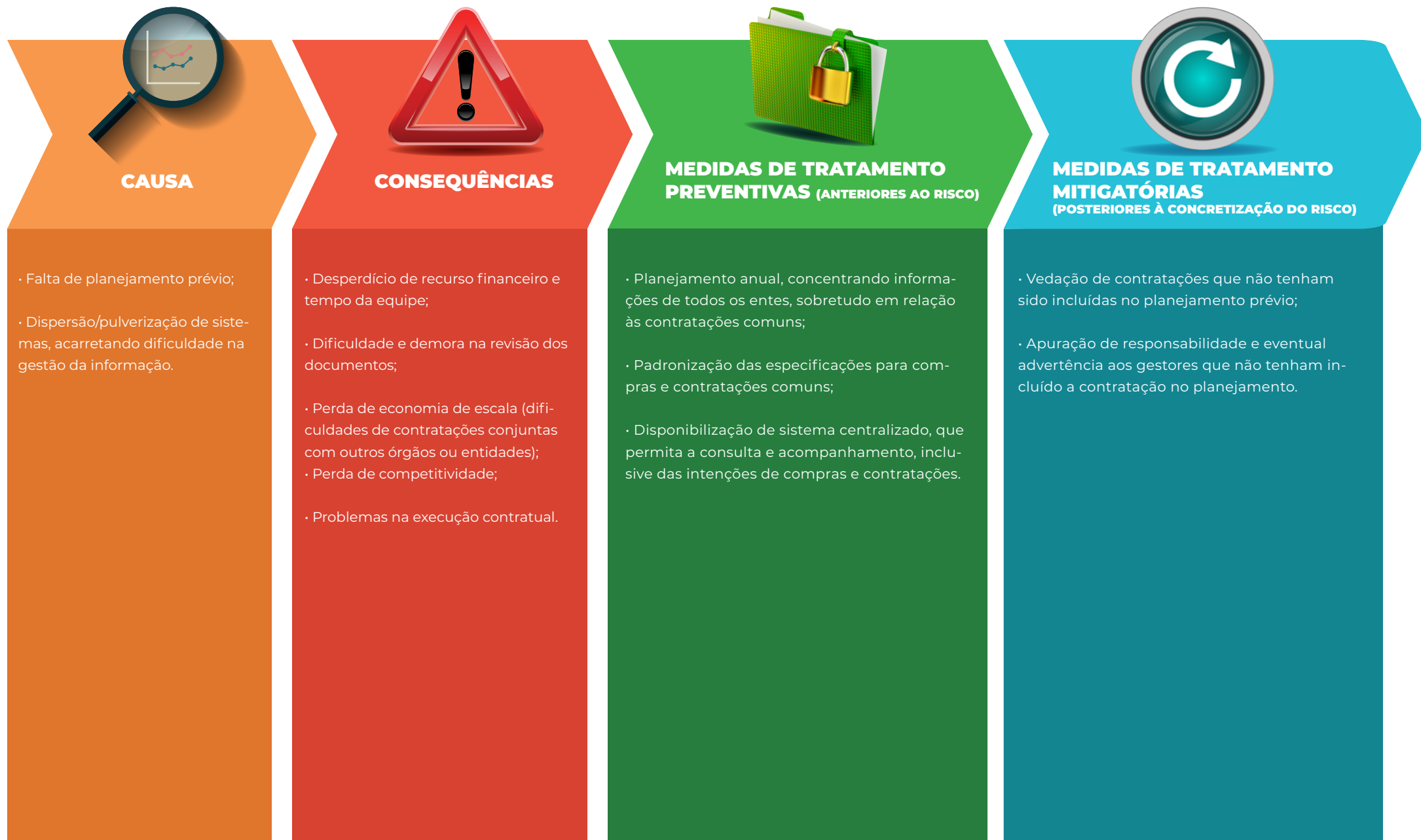
- Capacitação do gestor/fiscal do contrato sobre a necessidade de comunicar eventual insuficiência da solução contratada ou necessidade de adequação do contrato, alertando para os riscos de responsabilização pessoal;
- Devolução dos autos para que a área demandante promova as adequações necessárias;
- Avaliar a vantajosidade de manutenção da contratação, se comparada à rescisão contratual e nova contratação – visando evitar a celebração de termos aditivos.



DESTAQUES

- Checklist - estudo preliminar.
- Fluxo de processo, com identificação expressa dos autores de cada decisão.
- Audiência/consulta pública.
- Publicação na íntegra dos estudos preliminares no Portal da Transparência.

RISCO 8: Contratações em duplicidade ou falta de priorização das contratações



RISCO 9: Ausência de padronização de Editais, Termos de Referência e Projetos Básicos



RISCO 10: Contratações antieconômicas decorrente da opção pela locação ou aquisição de equipamento / licença de software



CAUSA

- Ausência de justificativa capaz de demonstrar a vantajosidade da opção eleita diante das particularidades do caso concreto;
- Falta de conhecimento dos agentes públicos sobre os riscos envolvidos na decisão.



CONSEQUÊNCIAS

- Contratação desvantajosa;
- Responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes públicos envolvidos na licitação.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Determinação sobre a necessidade de justificar todas as escolhas relacionadas ao objeto contratado;
- Determinação institucional ou checklist sobre as informações que devem constar no estudo preliminar, com expressa previsão de identificação dos responsáveis pelas informações;
- Capacitação anual dos agentes públicos alocados nas áreas de compras e contratações.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Desenhar fluxos que prevejam os procedimentos necessários à avaliação e rescisão contratual - caso seja considerada a melhor alternativa;
- Efetividade dos Processos Administrativos de Responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

RISCO 11: Desconsideração dos riscos envolvidos na contratação



RISCO 12: Direcionamento da Contratação



CAUSA

- Requisitos excessivamente restritivos ou excessivamente abertos (restrição de mais ou de menos), relacionados ao objeto e/ou à qualificação do licitante;
- Habilitação jurídica;
- Qualificação econômico-financeira (garantia; capacidade econômica, demonstrações contábeis; idoneidade bancária);
- Qualificação técnica (atestados; contratação com os profissionais - quadro permanente; visita técnica restritiva; certificações; exigência de propriedade e ou escritório prévio; carta de fabricante e etapa de amostras);
- Regularidade fiscal e trabalhista;
- Conluio entre agentes públicos e privados;
- Relacionamento entre o projetista (autor do Projeto Básico e Termo de Referência) e o licitante;
- Conflitos de interesse entre agentes públicos e licitantes;
- Falta de avaliação prévia dos perfis dos agentes públicos alocados nas áreas de planejamento e contratações.



CONSEQUÊNCIAS

- Contratação desvantajosa, de empresa incapaz de executar a avença, não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato;
- Fuga de potenciais licitantes, licitação deserta / fracassada;
- Responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes públicos envolvidos na licitação;
- Perda de credibilidade e prejuízo reputacional ao ente público, comprometimento da cultura da organização.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Inclusão da área técnica nos fluxos de trabalho e na matriz de responsabilidade, com o objetivo de evitar direcionamento indevido - Segregação de decisões e identificação expressa dos responsáveis por cada decisão (autoria);
- Vedação expressa nos Códigos de Ética e Conduta do ente público;
- Capacitação anual sobre os riscos de integridade e sobre a responsabilidade solidária dos envolvidos na contratação;
- Outras estratégias de desconcentração do poder decisório;
- Evitar que o responsável pela definição do objeto seja indicado como fiscal e/ou gestor do contrato;
- Avaliação prévia do perfil dos agentes alocados na equipe responsável pelas contratações (background check);
- Coletar "Termo de Compromisso" dos agentes públicos alocados nas áreas de compras e licitações;
- Rotatividade pelo menos de parte da equipe de licitações e contratos;
- Mapeamento de processos críticos, para que sejam submetidos à consulta jurídica – no caso do Poder Executivo, se possível de outro órgão (PGE, CGE ou outros);
- Incentivo à utilização dos canais de denúncia e ouvidoria por parte dos agentes públicos;
- Considerar filmagens ou outros registros de reuniões entre agentes públicos e privados; transparência de agenda; registros em ata; transparência de dados - contratações abertas.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Desenhar fluxos que prevejam os procedimentos necessários à avaliação e rescisão contratual - caso seja considerada a melhor alternativa;
- Desenho de fluxos e processos internos para dar início à apuração de responsabilidade dos particulares;
- Efetividade dos Processos Administrativos de Responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

CONFLITO DE INTERESSE

A Lei de Licitações veda a relação entre o autor do projeto básico, os servidores que participam da licitação e os licitantes. Deve-se ter especial atenção para:

- Relações societárias;
- Parentesco até o 3º grau;
- Vínculos de natureza técnica, comercial, trabalhista, financeira e econômica

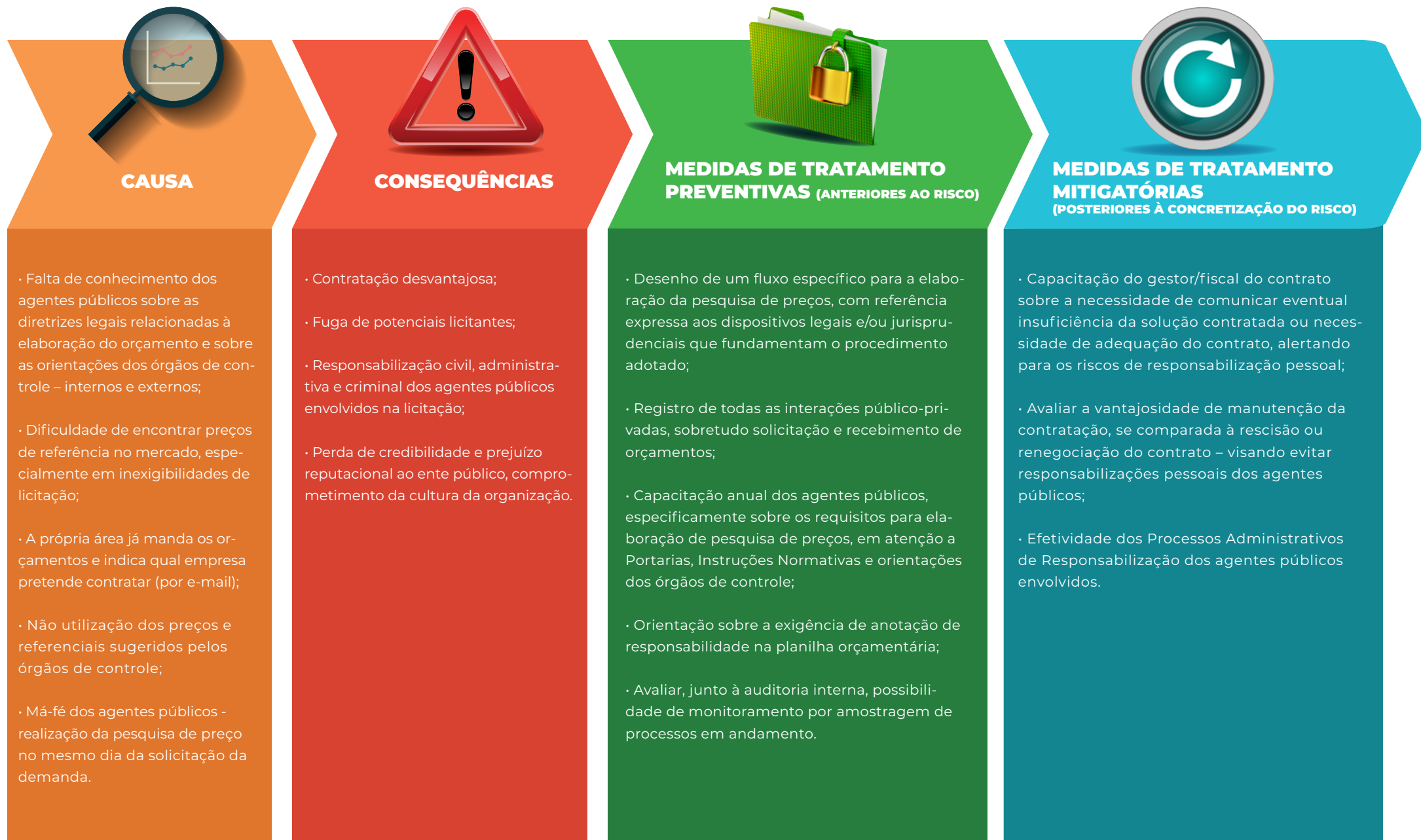
RISCO 13: Participação de particular na elaboração do Edital - Direcionamento do certame



RISCO 14: Opção pelo pregão presencial em detrimento do eletrônico



RISCO 15: Elaboração inadequada do orçamento base - pesquisa de preços



RISCO 16: Ausência de requisitos mínimos para análise jurídica – incompletude do parecer jurídico



CAUSA

- Inexistência de uma uniformidade sobre as informações que devem ser mencionadas na análise da legalidade;
- Excesso de processos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica.



CONSEQUÊNCIAS

- Insuficiência dos pareceres jurídicos e consequente insegurança dos agentes públicos;
- Avaliação de itens com baixo risco e não avaliação de itens de alto risco;
- Repetição de equívocos e contratações com vícios de legalidade;
- Responsabilização dos agentes públicos e do parecerista.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Assessoria Jurídica pode elaborar checklist próprio, elencando os pontos que devem ser abordados nos pareceres jurídicos.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Advertência ou outras sanções aos consultores jurídicos que não atendam às exigências.

SUGESTÃO DE CHECKLIST CONTRATAÇÃO

O checklist pode ser usado como uma medida de tratamento de alguns dos principais riscos de integridade mencionados em relação à fase interna (planejamento) da contratação. Para mitigar os riscos de integridade, sugere-se que a autoridade máxima da pasta edite instrumento normativo tornando obrigatória a anexação de um checklist, com as informações listadas a seguir, como requisito para a autorização da continuidade do processo licitatório:

- Referência aos estudos preliminares que justificam as informações acostadas no Termo de Referência e no Projeto Básico, inclusive a razão para a escolha das metodologias, especificações técnicas e quantitativos solicitados, com indicação dos autores de cada decisão*;
- Menção à justificativa da necessidade da contratação, sem expressões genéricas ou imprecisas;
- Apontar o alinhamento entre o objeto contratado e os objetivos estratégicos do ente público;
- Relação entre a demanda prevista e a quantidade de cada item, com menção expressa à integralidade da solução que se pretende contratar;
- Pesquisa de soluções similares no mercado;
- Pesquisa de preços, compatível com o descritivo técnico, com data anterior à solicitação da contratação, com descritivo em planilhas que expresse a composição dos

custos unitários e com informações sobre os fornecedores consultados (nome, CNPJ, endereço, telefone);

- Justificativa da modalidade de contratação eleita;
- Em caso de inexigibilidade, justificativa sobre a impossibilidade de adotar outra solução, especificação técnica e/ou metodologia**;
- Justificativa para o parcelamento ou não da solução;
- Descrição dos resultados pretendidos pelo ente contratante, com indicações de critérios objetivos para auxiliar a fiscalização e a gestão do contrato;
- Indicação de possíveis fiscais e gestores de contrato;
- Declaração da viabilidade da contratação, com especificação orçamentária.

*** No entendimento do TCU, a realização desses estudos é obrigação do ente contratante, assim como também é obrigatório que conste do Projeto Básico o registro formal da Responsabilidade Técnica nos casos que envolvem atividades profissionais regulamentadas. A autoria é tão relevante que o TCU considera passível de condenação quem aprova um Projeto Básico sem identificação do responsável técnico.**

**** É importante ter em mente que, muitas vezes, o descritivo técnico ou a metodologia eleita podem acabar justificando uma exclusividade de fornecedor meramente aparente. Para evitar questionamentos futuros, o importante é que a justificativa das especificações técnicas esteja diretamente relacionada à necessidade da Administração Pública.**

RISCOS DE INTEGRIDADE NA FASE EXTERNA DAS CONTRATAÇÕES:

ESCOLHA DOS FORNECEDORES

As possibilidades de fraude e demais riscos de integridade na fase externa da licitação envolvem, sobretudo: (i) restrições à publicidade; (ii) conluio entre licitantes; e (iii) subjetivismos na avaliação do julgador. As contratações superfaturadas e o sobrepreço dos valores pagos acabam traduzindo o principal resultado dos desvios licitatórios, sobretudo a partir de ajustes firmados entre os próprios concorrentes ou com agente público. Daí a importância de adotar mecanismos voltados à preservação do caráter competitivo do certame.

Na etapa externa do processo licitatório a Administração Pública torna pública a intenção de contratar e as informações sobre a modalidade e objeto. Nesse momento, a transparência torna-se um ponto fundamental para garantir a lisura dos certames. Tanto é verdade que grande parte dos apontamentos levantados pelos órgãos de controle diz respeito à falta de publicidade ou tempo adequado para que os licitantes possam elaborar adequadamente suas propostas.

Além da publicidade, a fase externa da licitação é marcada por riscos de integridade inerentes ao aumento de interação entre os agentes públicos - responsáveis pela condução do processo licitatório - e os agentes privados.

É natural que haja questionamentos, dúvidas, impugnações, solicitações de documentos, etc. Em função disso, é muito importante que os gestores tenham preocupação em fomentar a imparcialidade e a retidão na conduta dos agentes públicos responsáveis pela contratação.

Em complementação, convém que a Administração Pública acompanhe as movimentações entre os licitantes concorrentes. Monopólios, divisões de mercado/territórios, rodízios, propostas fictícias e outras formas de ajustes são algumas das práticas capazes de caracterizar conluio entre empresas privadas, com o intuito de fraudar o caráter competitivo da disputa.

Por fim, há o risco de que a imparcialidade que deveria conduzir a atuação dos agentes públicos seja comprometida por interesses privados. Em função disso, é recomendável que os gestores implementem controles e outras medidas preventivas para evitar o subjetivismo dos agentes públicos responsáveis pela condução do processo licitatório.

Foram listados, a seguir, os principais riscos identificados na fase externa das licitações públicas, com as respectivas sugestões de medidas de tratamento.

RISCO 17: Descumprimento dos requisitos legais de publicidade e transparência - falta ou falhas na publicação do instrumento convocatório e seus anexos (publicidade precária)



RISCO 18: Tempo escasso para que o particular possa elaborar a proposta



RISCO 19: Restrição de acesso aos documentos do certame



RISCO 20: Falhas na condução da disputa, incluindo avaliação subjetiva das propostas



CAUSA

- Pregoeiro e membros da comissão de licitação não detêm tempo, expertise ou outras condições necessárias à execução das atividades (ex. conhecimentos técnicos do objeto; conhecimento jurídico; etc.);
- Falta de adoção de critérios de aceitabilidade de preços global e unitário, fixando preços mínimos e máximos para ambos.



CONSEQUÊNCIAS

- Aceitação de proposta que não atende aos requisitos do edital, recusa de proposta que atende ao edital, contratação que não atende a necessidade que originou a contratação ou contratação por valor mais oneroso e tratamento antiisonômico;
- Contratação de proposta que não espelha a realidade dos preços de mercado (contendo "jogo de planilhas"), dano ao erário em caso de utilização de quantidade maior dos itens com sobrepreço ou menor dos itens com subpreço;
- Questionamentos e recursos administrativos, postergando a condução do certame.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Matriz de responsabilidade, com a especificação dos agentes públicos com competência por cada etapa e determinação de que seja registrada a autoria de cada decisão;
- Envio da proposta à área demandante para avaliação técnica;
- Adoção de critérios de aceitabilidade de preços global e unitário, fixando preços mínimos e máximos para ambos, de modo que sejam desclassificadas as propostas que apresentem valores inexequíveis e excessivamente elevados;
- Avaliação, por parte do controle interno, sobre os principais questionamentos e ações judiciais contrários aos procedimentos licitatórios conduzidos pelo ente público, com a proposição de medidas preventivas.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Avaliar a necessidade e/ou vantajosidade de anulação e refazimento dos atos;
- Responsabilização dos agentes públicos que não tenham cumprido as determinações.

RISCO 21: Favorecimento de licitante – com ou sem o recebimento de vantagem



RISCO 22: Conflito de interesse na escolha do fornecedor



RISCO 23: Contratação de empresas ou pessoas impedidas



CAUSA

- Ausência de consulta das listas onde constam restrições para contratar com a Administração Pública.



CONSEQUÊNCIAS

- Contratação de licitantes com restrições (atenção especial para a Lei n. 13.303/2016);
- Contratação de empresas condenadas ou com sócios que tenham sido condenados (prejuízo reputacional);
- Responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes públicos envolvidos na licitação.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Incluir, dentro do fluxo que orienta o processo licitatório / contratação direta, a obrigatoriedade de consulta às listas de restrição, que podem ser consultadas no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
- Matriz de responsabilidade, indicando o agente público responsável por realizar a consulta.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Avaliar a possibilidade de anulação e refazimento dos atos;
- Responsabilização dos agentes públicos que não tenham dado cumprimento à determinação de consulta.

RISCO 24: Prazo insuficiente para ajuste na proposta, após a etapa de lances (Pregão)



CAUSA

- Prazo curto demais para ajuste na proposta, após a fase de lances;
- Falta de conhecimento técnico dos agentes públicos sobre os esforços necessários para a realização do ajuste.



CONSEQUÊNCIAS

- Restrição à competitividade;
- Desclassificação indevida de licitante;
- Contratação desvantajosa.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

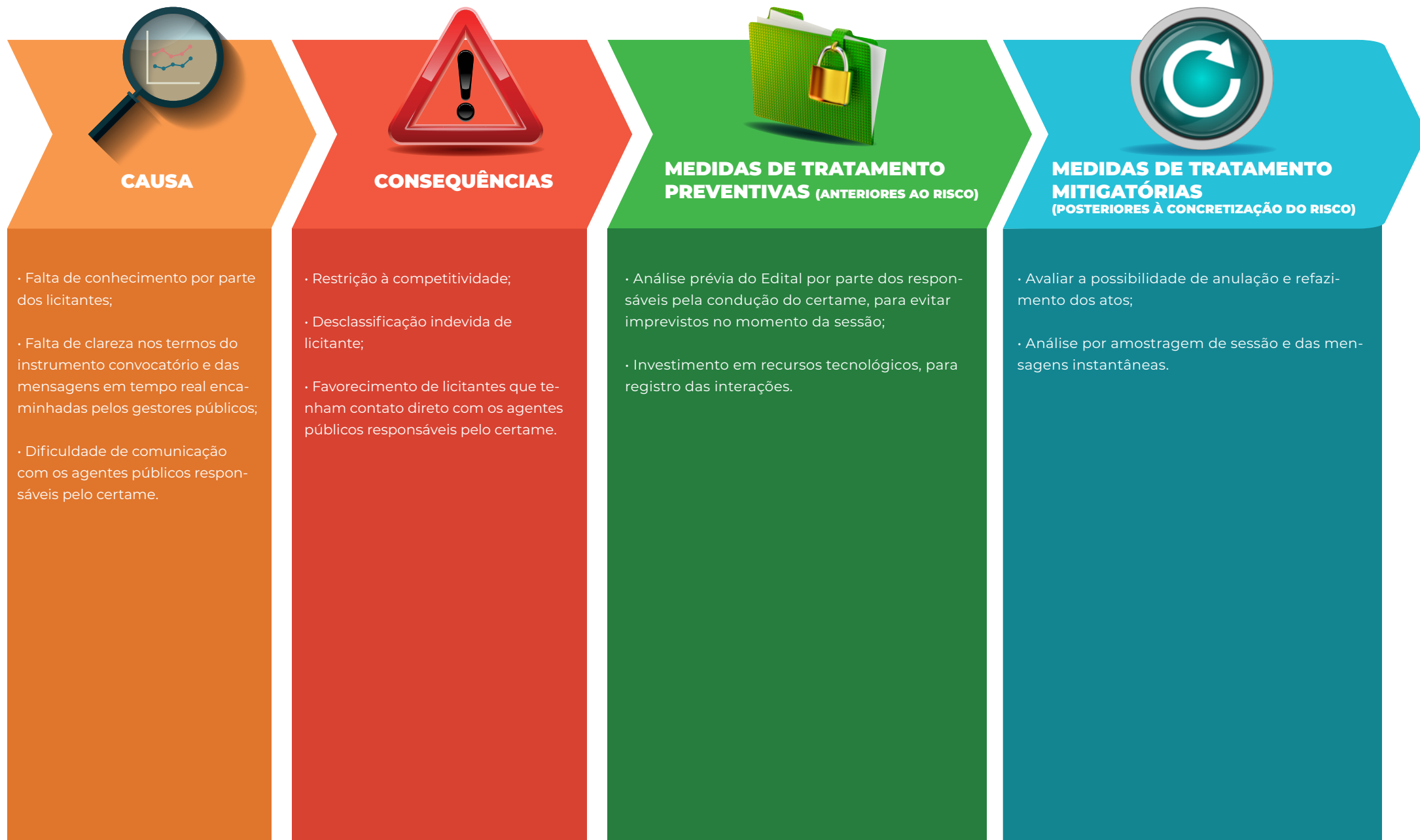
- Equipe de planejamento construir o instrumento convocatório com previsão de prazo suficiente para o ajuste de proposta após a fase de lances, considerando os esforços necessários à realização do ajuste;
- Orientação expressa para que seja garantida a transparência das comunicações entre o pregoeiro / comissão e as empresas licitantes.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Ante a omissão do instrumento convocatório, o pregoeiro ou o presidente da comissão poderá fixar prazo específico, suficiente considerando a complexidade do ajuste;
- Recomendação de que seja consultada a equipe de planejamento, tão logo seja constatada a omissão no instrumento convocatório.

RISCO 25: Falta de clareza sobre as diretrizes para negociação do valor



RISCO 26: Juízo de admissibilidade das intenções de recurso



CAUSA

- Subjetividade do agente público no momento de avaliar a manifestação de intenção de recurso;
- Avaliação do mérito do recurso na fase de mera intenção.



CONSEQUÊNCIAS

- Questionamentos futuros, inclusive judiciais, sobre a licitação, com risco de anulação do contrato;
- Desclassificação indevida de licitante;
- Contratação desvantajosa.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Orientação expressa sobre a necessidade de pautar o juízo de admissibilidade com base em critérios objetivos e restringir a análise à intenção do recurso, sem adentrar ao mérito.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Avaliar a possibilidade de anulação e refazimento dos atos.

RISCO 27: Direcionamento de etapa de amostras



CAUSA

- Subjetivismo dos responsáveis pela condução do teste;
- Vedação de acompanhamento por outros licitantes.



CONSEQUÊNCIAS

- Favorecimento de licitantes que tenham contato direto com os agentes públicos responsáveis pelo certame;
- Contratação desvantajosa;
- Questionamentos futuros, inclusive judiciais, sobre a licitação, com risco de anulação do contrato;
- Responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes públicos envolvidos na licitação.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Publicar, já no Edital, as informações referentes à etapa de amostras, incluindo a possibilidade de acompanhamento por outros licitantes;
- Recomendação de que a etapa de amostras seja gravada pela Administração Pública – que deverá ficar responsável pelo sigilo dos registros;
- Orientar que o parecer jurídico avalie a completez das informações relacionadas à etapa de amostras.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Avaliar a possibilidade de anulação e refazimento dos atos em caso de forte suspeita ou quando demonstrada violação à isonomia.

RISCO 28: Vencimento da proposta sem que tenha havido convocação para contratação



RISCO 29: Questionamentos acerca da homologação do certame



RISCO 30: Contratos e ajustes verbais, sem o devido instrumento formalizado



RISCO 31: Conluio entre licitantes



CAUSA

- Proposta fictícia, de fachada ou de cobertura, apresentadas com o intuito de aparentar competitividade no certame (ex. preços inexequíveis, desatendimento proposital dos requisitos de habilitação, etc.);
- Falta de cuidado dos agentes públicos na avaliação de detalhes das propostas e documentos de habilitação (ex. mesma data/hora da emissão de documentos; mesma proporção linear entre planilhas de preços; erros ortográficos, gramaticais e de diagramação; empresas de fachada, objeto social não condizente com o contrato; coincidência de representantes e responsáveis técnicos).



CONSEQUÊNCIAS

- Contratação de empresa incapaz de executar a avença, não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato;
- Questionamentos futuros, inclusive judiciais, sobre a licitação, com risco de anulação do contrato;
- Responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes públicos envolvidos na licitação.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Treinamentos e outras medidas de promoção da integridade, junto aos agentes públicos e também junto aos potenciais fornecedores / sociedade civil;
- Desenhar controles para avaliação de coincidências entre propostas e documentos de habilitação;



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Avaliar a possibilidade de anulação e refazimento dos atos;
- Responsabilização dos agentes públicos que não tenham observado a obrigação imposta.

RISCOS DE INTEGRIDADE NO CURSO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Uma vez encerrada a etapa externa do certame, a relação da Administração Pública estreita-se com o contratado. Os concorrentes que costumam acompanhar e fiscalizar a relação público-privada naturalmente voltam seus esforços para outras contratações. Afora isso, os agentes públicos responsáveis pela fiscalização contratual precisam dispor de algum grau de discricionariedade e poder decisório – sob pena de inviabilizar a execução do objeto.

Por isso, a etapa de execução concentra uma grande parcela dos riscos de integridade relacionados às contratações públicas, embora as suspeitas de favorecimento ilícito sejam comumente direcionadas à fase interna do certame. A proximidade entre o agente público e o contratado, quando desborda os limites da legalidade, pode ampliar os riscos de integridade que vêm sendo mencionados ao longo deste documento.

O controle da execução contratual traduz uma obrigação legal que impõe à Administração Pública o dever de acompanhar e fiscalizar, por representante especialmente designado, a execução do contrato. É a partir do acompanhamento e fiscalização que se verifica se o particular está entregando o objeto contratado, com to-

das as especificações técnicas exigidas para a satisfação da necessidade pública.

A fiscalização do contrato traduz um dever inafastável imposto à autoridade responsável pela contratação, aos gestores, fiscais do contrato e ao ordenador de despesas. Em caso de descumprimento ou mitigação do dever de fiscalizar, tais agentes públicos podem ser responsabilizados civil, administrativa e até penalmente, cada qual respondendo dentro dos limites de suas atribuições.

Para evitar a concretização dos riscos de integridade e resguardar a atuação dos agentes públicos envolvidos na contratação é fundamental que sejam adotadas medidas voltadas à assegurar a formalização da autoria e o registro histórico de todas as decisões tomadas, bem como a transparência das interações público-privadas.

Foram listados, a seguir, os principais riscos relacionados à execução contratual, com as respectivas sugestões de medidas de tratamento.

RISCO 32: Ausência de indicação formal de gestor e fiscal do contrato e/o falta de disponibilidade para realizar a fiscalização



RISCO 33: Dependência excessiva em relação à licitante, com a consequente perda de capacidade de lidar com a necessidade da Administração Pública



RISCO 34: Divergências com a contratada sobre a quantidade demandada e executada



RISCO 35: Pagamento por produtos não entregues / serviços não prestados (atenção especial para serviços cuja medição não é objetiva)



RISCO 36: Falhas na fiscalização do contrato



CAUSA

- Falta de indicação tempestiva do fiscal/gestor, não substituição em caso de afastamento, falta de capacidade técnica;
- Falta de recursos operacionais suficientes para realizar a medição adequada do contrato;
- Concentração de poder decisório nas mãos do fiscal/gestor do contrato;
- Má-fé dos agentes públicos.



CONSEQUÊNCIAS

- Pagamento por serviços não prestados e consequente prejuízo para a Administração Pública;
- Tratamento não isonômico em relação aos contratados;
- Não aplicação de penalidade ou baixa efetividade da penalidade aplicada;
- Possibilidade de responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes públicos responsáveis pelo contrato.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Capacitação dos agentes públicos que poderão ser designados como fiscais e/ou gestores;
- Assinatura de termo de responsabilidade, incluindo o conhecimento sobre a vedação de conflito de interesse, por parte dos fiscais e gestores do contrato;
- Outras estratégias de segregação de poder decisório;
- Evitar a repetição de fiscais e gestores designados para os mesmos contratos;
- Equipe de planejamento deve incluir no modelo de execução os recursos necessários para garantir a medição do contrato, inclusive listas de verificação para o recebimento provisório e definitivo.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Abertura de processo administrativo para reaver valores eventualmente pagos indevidamente;
- Responsabilização dos agentes públicos que tenham cometido irregularidade;
- Abertura de processo de responsabilização das empresas que tenham praticado ilícito contra a Administração Pública;
- Fiscal e/ou Gestor do contrato deve ser orientado a comunicar à autoridade competente caso haja (i) alguma divergência levantada pela empresa contratada; ou (ii) falta de condições operacionais para realizar a fiscalização do contrato.

RISCO 37: Pagamento antecipado fora das hipóteses legalmente autorizadas



RISCO 38: Subcontratação indevida e delegação de execução do contrato



CAUSA

- Ambiguidade das cláusulas contratuais;
- Falta de conhecimento da proibição por parte dos agentes públicos e/ou dos contratados;
- Intenção (má-fé) de driblar proibição de contratar com o Poder Público ou a insuficiência de requisitos de habilitação.



CONSEQUÊNCIAS

- Direcionamento da licitação;
- Questionamento do contrato, podendo resultar inclusive na sua anulação;
- Possibilidade de responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes públicos responsáveis pelo contrato.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Orientação para que os responsáveis pela elaboração do instrumento convocatório e minuta contratual especifiquem a (im)possibilidade de subcontratação, com especificação expressa dos serviços autorizados e dos requisitos de habilitação que devem ser exigidos da empresa subcontratada.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Orientação expressa para que os gestores do contrato registrem expressamente a ocorrência de subcontratação, para viabilizar fiscalização posterior.

RISCO 39: Atraso no pagamento das faturas



CAUSA

- Falta de orçamento;
- Divergências quanto à medição;
- Desorganização interna;
- Má-fé dos agentes públicos.



CONSEQUÊNCIAS

- Utilização de cláusula de suspensão do contrato por parte da contratada;
- Atraso na satisfação da necessidade administrativa;
- Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo resultar em prejuízo à Administração Pública.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

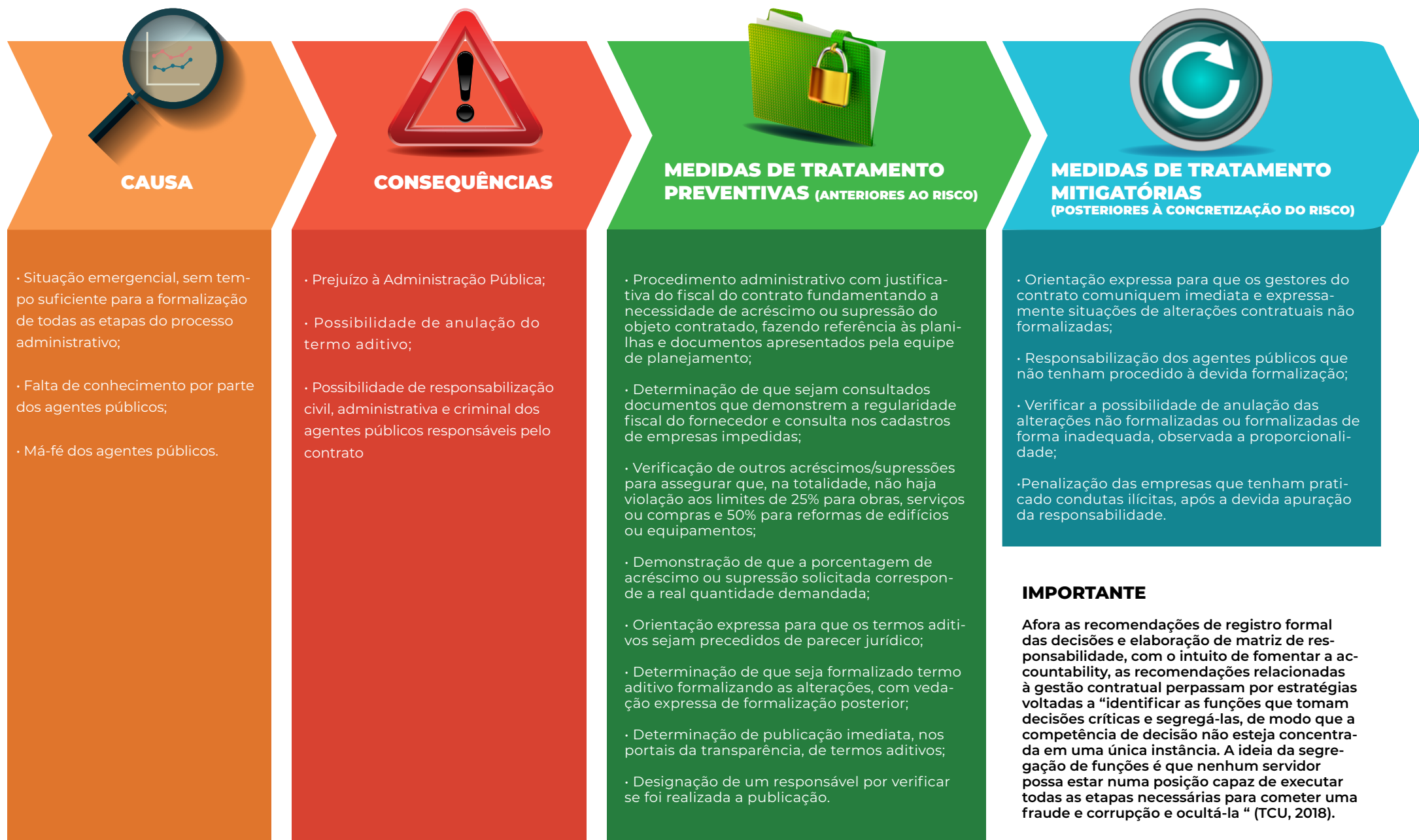
- Utilização de cláusula de suspensão do contrato por parte da contratada;
- Atraso na satisfação da necessidade administrativa;
- Solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo resultar em prejuízo à Administração Pública.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Orientação expressa para que, em caso de atraso no pagamento, a área demandante comunique imediatamente à autoridade competente, com a solicitação de que seja devidamente publicada a justificativa do atraso.

RISCO 40: Acréscimo ou supressão de objeto contratado sem a devida justificativa ou sem a devida formalização – aditivos verbais



RISCO 41: Concessão de reajuste ou reequilíbrio indevido



CAUSA

- Situação emergencial, sem tempo suficiente para a formalização de todas as etapas do processo administrativo;
- Falta de conhecimento por parte dos agentes públicos;
- Má-fé dos agentes públicos.



CONSEQUÊNCIAS

- Prejuízo à Administração Pública;
- Anulação do reajuste/reequilíbrio e determinação de devolução dos valores;
- Possibilidade de responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes públicos responsáveis pelo contrato.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Instauração de processo administrativo, com a participação de área contábil – financeira desvinculada da área contratante;
- Orientação para que o processo administrativo seja acompanhado de justificativa do fiscal fundamentando a necessidade de reajuste ou reequilíbrio, com planilha de custos apresentada pelo fornecedor justificando a variação dos preços, solicitação dos documentos que demonstrem a regularidade do fornecedor e consulta nos cadastros de empresa impedidas;
- Necessidade de parecer jurídico como exigência para a concessão de reajuste ou reequilíbrio;
- Determinação de que seja elaborado apostilamento ou termo aditivo para formalizar o novo valor contratual;
- Determinação de publicação imediata, nos portais da transparência, da formalização de reajustes ou reequilíbrios;
- Designação de um responsável por verificar se foi realizada a publicação.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Orientação para que o gestor do contrato comunique imediata/expressamente situações de reajuste/reequilíbrio irregular;
- Responsabilização dos agentes públicos que não tenham observado às normas legais e recomendações do ente público;
- Verificar a proporcionalidade de anulação do reajuste/reequilíbrio não formalizados ou formalizados de forma inadequada;
- Penalização das empresas que tenham praticado condutas ilícitas, após a devida apuração da responsabilidade.

RISCO 42: Prorrogação indevida da vigência do contrato



CAUSA

- Situação emergencial, sem tempo suficiente para a formalização de todas as etapas do processo administrativo;
- Falta de conhecimento por parte dos agentes públicos;
- Má-fé dos agentes públicos.



CONSEQUÊNCIAS

- Situação emergencial, sem tempo suficiente para a formalização de todas as etapas do processo administrativo;
- Falta de conhecimento por parte dos agentes públicos;
- Má-fé dos agentes públicos.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Orientação para que o pedido de prorrogação seja encaminhado com 30 dias de antecedência, com justificativa do fiscal fundamentando a necessidade de prorrogação, pesquisa de preço demonstrando a vantajosidade da prorrogação, solicitação dos documentos que demonstrem a regularidade do fornecedor; e consulta nos cadastros de empresa impedidas;
- Determinação de que sejam acostados ao pedido de prorrogação: cópia do contrato, aditivos, SICAF, CNDT e CADIN;
- Determinação de publicação imediata, nos portais da transparência, de prorrogações contratuais;
- Designação de um responsável por verificar se foi realizada a publicação.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Orientação para que o gestor do contrato comunique imediata/expressamente situações de prorrogação irregular;
- Responsabilização dos agentes públicos que não tenham observado às normas legais e recomendações do ente público;
- Verificar a proporcionalidade de anulação do reajuste/reequilíbrio não formalizados ou formalizados de forma inadequada;
- Penalização das empresas que tenham praticado condutas ilícitas, após a devida apuração da responsabilidade.

RISCO 43: Vencimento de contratos de natureza continuada sem nova licitação iniciada/finalizada



RISCO 44: Quebra da ordem cronológica de pagamento das faturas sem a devida justificativa



CAUSA

- Indisponibilidade orçamentária;
- Falta de conhecimento dos agentes públicos;
- Má-fé dos agentes públicos.



CONSEQUÊNCIAS

- Questionamento por parte do contratado preterido e possível responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes públicos com base no artigo 92 da Lei Federal n. 8.666/93.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Previsão expressa para que, caso haja necessidade de pagamento de fatura anterior, seja publicada prévia justificativa da autoridade competente, com a indicação das relevantes razões de interesse público.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Orientação expressa para que os agentes públicos comuniquem caso constatem ou sejam comunicados pelo particular sobre a quebra da ordem cronológica, sem a devida justificativa;
- Determinação de que a situação seja resolvida por comissão multidisciplinar, para evitar direcionamento.

RISCO 45: Pagamento de fornecedor em débito com a Fazenda



CAUSA

- Falta de rotinas que exijam a conferência dos documentos que demonstram a regularidade fiscal da contratada no curso da execução do contrato.



CONSEQUÊNCIAS

- Possível responsabilização dos agentes públicos.



MEDIDAS DE TRATAMENTO PREVENTIVAS (ANTERIORES AO RISCO)

- Adoção de modelos de editais que estabeleçam a obrigação do contratado de manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como cláusula de penalidade para o inadimplemento e cláusula de garantia contratual prevendo a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração pela não manutenção das condições, além das penalidades já previstas em lei;
- Orientação para que, a cada pagamento, seja verificada a regularidade da contratada.



MEDIDAS DE TRATAMENTO MITIGATÓRIAS (POSTERIORES À CONCRETIZAÇÃO DO RISCO)

- Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa.

RISCO 46: Subjetivismo na condução do processo administrativo e na aplicação de penalidades



RISCOS DE INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS

A licitação é, por expressa determinação constitucional, a regra geral para as contratações realizadas por órgãos e entidades vinculados à Administração Pública. No entanto, a própria Constituição Federal contempla a possibilidade de que sejam previstas hipóteses legais de contratação direta, nos casos em que o processo licitatório se apresenta inviável ou desvantajoso ao interesse público primário.

Como a contratação direta restringe o universo de potenciais contratantes, as exigências relacionadas à transparência, imparcialidade e prestação de contas devem ser redobradas - até como forma de evitar os riscos de integridade e malversação dos recursos públicos. É fundamental que as interações público-privadas sejam conduzidas de forma republicana, com a adoção de medidas destinadas a evitar suspeitas e ambiguidades.

Grande parte dos riscos de integridade inerentes às contratações diretas já foram tratados junto aos riscos relacionados à Fase Interna das licitações. É o caso dos riscos referentes ao direcionamento do instrumento convocatório, à potencial existência de conflito de interesse em relação aos agentes públicos e os particulares contratados e à falta de transparência das informações pertinentes à contratação. O objetivo da presente seção é mais específico. Pretende-se abordar riscos intrínsecos às contratações diretas, que não se aplicam aos processos licitatórios. Em termos gerais, é possível adiantar a importância de que sejam divulgados, pelo menos:

- Caracterização da situação emergencial, quando for o caso, com a indicação do período de tempo em que a emergência será considerada prevacente, bem como as necessidades que podem ser cobertas com os recursos destinados à situação;
- Justificativa técnica e econômica utilizadas para definir a contratação;
- Informações sobre os requisitos de conformidade do contrato, como data, local e condições de entrega;
- Necessidade à qual a contratação visa satisfazer;
- Ente público e agentes públicos responsáveis pela contratação, bem como indicação de gestor da pasta que realizou a contratação;
- Informações sobre a pessoa física ou jurídica contratada, como: identidade, localização, dados de contato, dados fiscais, dados sobre o quadro societário, medições e pagamentos realizados, entre outros.

RISCO 47: Irregularidades pertinentes ao processo de dispensa de licitação



RISCO 48: Irregularidades pertinentes ao processo de inexigibilidade de licitação



RISCO 49: Falhas na pesquisa de preços no processo de dispensa de licitação



RISCO 50: Falhas na pesquisa de preço no processo de inexigibilidade



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 31000: gestão de riscos: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

NBR ISSO 37001: sistemas de gestão antissuborno: requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2017.

AUSTRALIAN NATIONAL AUDIT OFFICE. Fraud control in Australian government entities. Canberra, 2011. Disponível em: <<https://www.anao.gov.au/work/better--practice-guide/fraud-control-australian--government-entities>>.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Guia de procedimentos e de identificação dos principais riscos em aquisições e contratações diretas destinadas ao enfrentamento da COVID-19. 2020. Disponível em: <<http://dados.sc.gov.br/dataset/3de56ba9-8e7b-4087-925b-71daa5d3e05d/resource/62808130-e10c-4064-8859-c5519e739387/download/guia-de-procedimentos-contratacoes-covid-19.pdf>>.

EBC AGÊNCIA BRASIL. Custo adicional por fraude em licitações pode chegar a 50%, diz OCDE. 2015.

KLITGAARD, Robert. International cooperation against corruption. Finance & Development, v. 35, n. 1, p. 3-6, 1998.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. Manual de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planejamento/controle-interno/manual_de_girc__versao_2_0.pdf>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/tipos-de-corrupcao>, 2016>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Recomendação do Conselho em Matéria de Contratos Públicos. Disponível em: <<https://www.oecd.org/gov/ethics/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-conselho-contratos.pdf>>.

ROSE-ACKERMAN, Susan; PALIFKA, Bonnie J. Corruption and government: causes, consequences, and reform. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL BRASIL. Recomendações para Transparência de Contratações Emergenciais em resposta à Covid-19. 2020. Disponível em: <<https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/86:tibr-recomendacoes-de-contratacoes-emergenciais-covid19?stream=1>>.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Manual de Contratações Diretas do TCU. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A-4014D71A8CEA96335>>.

Referencial de combate à fraude e corrupção. 2ª Edição, 2018. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/A0/E0/EA/C7/21A-1F6107AD96FE6F18818A8/Referencial_combate_fraude_corrupcao_2_edicao.pdf>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Gestão de Riscos em Contratações Públicas no PJSC. Disponível em: <<https://www.tjsc.jus.br/documents/3526468/5872852/Mapa+de+Riscos/f946114f-2493-d664-f710-6f078534f9c3>>.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. Guia de avaliação de risco de corrupção. 2013. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/prosperidade/guia-de-avaliacao-de-risco-de-corrupcao.html>>.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS

DESPACHO

Referência: PSES 165670/2024

Encaminhamos PSES para Classificação Orçamentária e declaração de disponibilidade orçamentária-financeira referente a Aquisição de Materiais de Enfermaria e Cirurgia por Dispensa de licitação para atendimentos das unidades hospitalares SES/SC.

Atenciosamente,

Florianópolis, 19 de julho de 2024.

Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras
[assinado digitalmente]



Assinaturas do documento



Código para verificação: **8L8I3W1A**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDRÉIA FILIPPI MELO (CPF: 064.XXX.609-XX) em 19/07/2024 às 11:32:54

Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/05/2024 - 13:20:48 e válido até 10/05/2124 - 13:20:48.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfOEw4STNXMUE=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **8L8I3W1A** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

DESPACHO

Autorizado efetuar a classificação orçamentária
Referente: Aquisição de Materiais de Enfermaria e Cirurgia - GEBER

FONTE: 1.500.100.000
UG: 480091
Banco: 001
Agência: 3582-3
Conta Corrente: 990000-4

Maristela Zardo
Superintendência do Fundo Estadual de Saúde



Assinaturas do documento



Código para verificação: **C721R6GM**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARISTELA ZARDO (CPF: 540.XXX.769-XX) em 19/07/2024 às 13:27:19

Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2023 - 14:50:08 e válido até 02/01/2123 - 14:50:08.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfQzcyMVI2R00=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **C721R6GM** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE REGIONALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO EM SAÚDE

DESPACHO

Conforme solicitado, segue classificação orçamentária de acordo com a fonte indicada pela SFS (Superintendência do Fundo Estadual de Saúde):

UG: **480091**

Subação: **5429**

Natureza da Despesa: **33.90.30.36**

Fonte de Recurso: **1.500.100.000**

BANCO: 001 / AGÊNCIA 3582-3 / CONTA: 990.000-4

Florianópolis, [data da assinatura digital].

Jorge Freitas
Núcleo de Classificação Orçamentária
(assinado digitalmente)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **7236ZWUJ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE LUIZ DA ROSA FREITAS (CPF: 408.XXX.590-XX) em 19/07/2024 às 13:40:43

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:10:18 e válido até 13/07/2118 - 14:10:18.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfNzIzNlpXVUo=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **7236ZWUJ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS

OFÍCIO Nº 61/2024/SES/DPGC/NAENF/CD

Florianópolis, 19 de Julho de 2024

Prezada Senhora Diretora

Solicitamos a aquisição dos bens de natureza comum para atendimento à SES de acordo com Termo de Referência em anexo.

Valor orçamento total GEBER	Valor orçamento GEBER 2024
R\$ 307.552,32	R\$ 307.552,32

Atenciosamente,

Crystian Gonçalves Martins
Diretor
Diretoria de Planejamento e Gestão
em Compras
(assinado digitalmente)

Patricia Follador Karam
Coordenadora
Núcleo de Acompanhamento e Gestão
de Materiais de Enfermaria e Cirurgia
(assinado digitalmente)

Senhora,
HANNA KARINE DOS SANTOS JACQUES BARCELOS
Diretoria de Aquisições e Contratos
Florianópolis - SC



Assinaturas do documento



Código para verificação: **PBO95C24**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PATRICIA FOLLADOR KARAM (CPF: 063.XXX.109-XX) em 19/07/2024 às 14:00:29

Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2020 - 13:49:16 e válido até 02/01/2120 - 13:49:16.

(Assinatura do sistema)



CRYSTIAN GONÇALVES MARTINS (CPF: 888.XXX.369-XX) em 19/07/2024 às 14:08:31

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:34:43 e válido até 13/07/2118 - 13:34:43.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfUEJPOTVDMjQ=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **PBO95C24** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Gestão Administrativa - SGA
Diretoria de Aquisição e Contratos - DIAC

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 869/2024 PROCESSO SES 165670/2024

Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br/
www.portaldecompras.sc.gov.br/
Email: compradireta@saude.sc.gov.br
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8755

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas nesta cotação Eletrônica para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER, conforme especificações constantes do Anexo I.

Cadastro de proposta eletrônica e envio de lances: até 14h00min do dia 01/08/2024.

1 - PARTICIPAÇÃO:

1.1 - Cadastro simplificado:

1.1.1 - A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção "Não tenho cadastro".

1.1.2 - A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <https://youtu.be/MtILX39_ryg>

2 - PROPOSTA ELETRÔNICA

2.1 - A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

2.1.1 - A critério da Administração o prazo para recebimento de propostas, poderá ser prorrogado.

2.1.2 - As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <<https://youtu.be/8JL8qgAR0Rs>>

2.1.3 - Na data limite de cadastro de propostas, todos participantes deverão permanecer online para a negociação.

2.1.4 - Proposta readequada:

2.1.4.1 - Quando solicitado pelo agente de contratação direta, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema e no prazo estipulado.

2.2 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

2.2.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e **deve estar assinada pelo representante legal da empresa;**

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



2.2.2 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

2.2.3 - A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

2.2.3.1 - Preço unitário do item;

2.2.3.2 - Marca/fabricante;

2.2.3.3 - Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento;

2.2.3.4 - Apresentação do produto com detalhamento de cada item, modelo (se houver) e necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

2.2.3.5 - País de origem do produto;

2.2.3.6 - Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;

2.2.3.7 - Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;

2.2.3.8 - Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, acompanhado deste, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;

2.2.3.9 - Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;

2.2.3.10 - Se aplicável, a referência do produto.

2.2.4 - A critério da equipe técnica poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, nas hipóteses em que se entenda que a documentação apresentada não seja suficiente para comprovar o atendimento às especificações técnicas, em especial aos padrões mínimos de eficiência, qualidade e desempenho, conforme portaria vigente (ANEXO V);

2.2.5 - As amostras e/ou prospectos deverão ser providenciados no prazo de até 03 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação;

2.2.6 - A entrega de amostras deverá ocorrer no endereço: R. Esteves Junior, 160, Térreo – Protocolo, Centro, Florianópolis -SC, 88015-130; em dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 às 18:30h;

2.2.7 - As amostras serão avaliadas de acordo com o Formulário de Análise de Qualidade Técnica (ANEXO III).

3 – PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO:

3.1 - Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:

3.1.1 - Não aplicável nas dispensas de licitação, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei 123/2006.

3.2 - Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):

3.2.1 - Não será exigida.

3.3 - Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

3.3.1 - Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

3.4 - Subcontratação:

3.4.1 - Não será admitida.

3.5 - Do agrupamento de itens em lotes:

3.5.1 - Não há itens em lote para esta aquisição.

4 – HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.1 - Habilitação Jurídica:

4.1.1 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.1.2 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.1.3 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.1.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.1.7 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

4.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

4.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.2.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.3 - Qualificação Econômico-Financeira (Art. 18º, Inc. IX, Da Lei 14.133/2021):

4.3.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

4.3.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

4.4 – Qualificação - Técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

4.4.1 - Licença de Funcionamento Sanitária vigente, conforme atividade exercida, especifica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o protocolo de revalidação;

4.4.2 - Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, conforme atividade exercida, especifica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União e/ou documento obtido a partir da página da ANVISA);

4.4.3 - Para os objetos que, de acordo com os regulamentos vigentes, forem dispensados da obrigatoriedade de **Licença de Funcionamento Sanitária e Autorização de Funcionamento**, deverão ter justificativas apresentadas pelo fornecedor.

5 – DAS OBRIGAÇÕES:

5.1 – Obrigações da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

5.1.1 - Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

5.1.2 - Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

5.1.3 - Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

5.1.4 - Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



5.1.5 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

5.1.6 - Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

5.1.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

5.1.8 - Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

5.1.9 - A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

5.1.10 - Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

5.1.11 - Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

5.1.12 - Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

5.1.13 - Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

5.1.14 - Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portalexterno/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-viportal-externo/).

5.2 – Obrigações da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

5.2.1 - Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

5.2.2 - Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

5.2.3 - Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

5.2.4 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

5.2.5 - Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.6 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

5.2.7 - Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

5.2.8 - Demais condições constantes do edital de licitação.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

6.1. Ao gestor do contrato/ata caberá:

- 6.1.1** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- 6.1.2** - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- 6.1.3** - Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- 6.1.4** - Comunicar à Diretoria de Aquisições e Contratos, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- 6.1.5** - Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico financeiro;
- 6.1.6** - Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- 6.1.7** - Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- 6.1.8** - O pedido de prorrogação de Contrato junto à DIAC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes;
- 6.1.9** - Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;
- 6.1.10** - Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- 6.1.11** - Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- 6.1.12** - Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- 6.1.13** - Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- 6.1.14** - Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- 6.1.15** - Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- 6.1.16** - Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- 6.1.17** - Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- 6.1.18** - Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- 6.1.19** - Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



6.1.20 - A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (**item 12 do Termo de Referência**).

6.1.21 – Gestor:

Solicitante	Matrícula	Gestor	TELEFONE / E-MAIL
GEBER	360.382-2-01	Alexandre de Souza	(48) 3665-5525 / souzaa@saude.sc.gov.br

6.2 – Ao fiscal do contrato/ata caberá:

6.2.1 - Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;

6.2.2 - Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;

6.2.3 - Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que fiscalizará, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;

6.2.4 - Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;

6.2.5 - Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

6.2.6 - Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;

6.2.7 - Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

6.2.8 - Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

6.2.9 - Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;

6.2.10 - Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;

6.2.11 - Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;

6.2.12 - Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;

6.2.13 - Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;

6.2.14 - Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

6.2.15 - Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

6.2.16 - Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



6.2.17 - Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à Diretoria de Aquisições e Contratos, para providenciar as penalidades cabíveis;

6.2.18 - Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

6.2.19 - Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;

6.2.20 - Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

6.2.21 - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

6.2.22 - Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

6.2.23 - Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

6.2.24 - A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (**item 12 do Termo de Referência**).

6.2.25 – Fiscal:

Solicitante	Matrícula	Fiscal	TELEFONE / E-MAIL
GEBER	377.977-7-01	Rodrigo Figueiredo de Souza	(48) 3665-5513 / gerabdasme@saude.sc.gov.br

7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1 - A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta cotação;

7.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

7.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

7.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da cotação, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/ Ordem de Fornecimento;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



7.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

7.4 - DA APLICAÇÃO DO DECRETO N.º 129/SC/2023 I

I – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

I.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

I.2 - Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art.4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.3 - Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.4 – Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 - As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
480091	5429	33.90.30.36	1.500.100.000

9 – ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (Art. 18, inc. X, Lei 14.133/2021 e Art. 4º, inc. III, do Decreto Estadual nº 47/2023):

9.1 - O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA, constante nos autos.

10 - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO:

10.1 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



11 - DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:

11.1 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.2 - A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A CONTRATADA também se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

11.3 - A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

11.4 - A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

11.5 - Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

11.6 - A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

11.7 - Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

11.8 - A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

11.9 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

11.10 - A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título.

12 – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

12.1 - Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

12.1.1 - A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

- I - relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- II - endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;
- III - foto da fachada da sede da empresa; e
- IV - extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

13 – PENALIDADES E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas nos art. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no Decreto Estadual nº 441/2023, quais sejam:

- 13.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação direta ou a execução do contrato;
- 13.1.9.** Fraudar a contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



fornecedores, em qualquer momento da contratação direta, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas no Decreto Estadual nº 441/2023;

13.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 5º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024);

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 deste Aviso de Contratação Direta e/ou Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 8º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024);

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste Aviso de Contratação Direta e/ou Contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 9º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024).

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2.4.3. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei Federal nº 14.133/2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/ 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.13. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina – CADPEN/SC;

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas nesta cotação e dos documentos anexos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

14.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 125, da Lei de Licitações);

14.3 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

14.4 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados nesta cotação.

14.5 - O resultado desta cotação de preços será disponibilizado para acompanhamento nos sites:

<https://portaldecompras.sc.gov.br/>

<http://edital.saude.sc.gov.br/>

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>

15 – DO FORO

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa a qualquer outro.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Gestão Administrativa - SGA
Diretoria de Aquisição e Contratos - DIAC

Florianópolis, 24 de julho de 2024.

Núcleo de Compra Direta
Diretoria de Aquisição e Contratos

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ANEXO I
MATERIAL - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: GERÊNCIA DE BENS REGULARES – GEBER.
Cotação Eletrônica nº 869/2024 - Protocolo: SES 165670/2024

RELAÇÃO DE COMPRA Nº 811/2024 (TOTAL)

Item	Grupo/ Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	6678	071382039	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada, para aspiração de átrio esquerdo, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação do produto, procedência, tipo e data de esterilização, data fabricação, validade, nº do lote e registro no MS	Peça	144
2	6678	071382015	Cânula femoral venosa em poliuretano, aramada, com sistema de punção percutânea, com guia, com conector 3/8 – diâmetro de 21 á 24 Fr, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação de produto, procedência, data de esterilização, data da fabricação, validade e número do lote, registro RMS	Peça	48

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - Como o objeto da presente cotação eletrônica é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 - As entregas serão efetuadas conforme condições das Ordens de Fornecimentos para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
GEBER	Gerência de Bens Regulares	Rua Judite Melo dos Santos, 251 – Galpão 06 a 09 Distrito Industrial – São José – SC Cep. 88.104-765	(48) 3665-5510

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



3 - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO (Art. 6º, inc. XXIII, “G” e Art. 40, §1º, inc. II, da Lei 14.133/2021):

3.1 - Prazos:

3.1.1 - Prazos: Prazo de entrega do objeto: 10 dias após recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

3.1.2 - Prazo de recebimento provisório: No ato;

3.1.3 - Prazo de recebimento definitivo: 10 dias;

3.1.4 - Prazo de troca de bens rejeitados: 10 dias;

3.1.5 - Prazo para liquidação do documento fiscal: 5 dias úteis;

3.1.6 - Prazo de pagamento: 30 dias após o recebimento definitivo do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

4 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021):

4.1 - O compromisso será firmado por meio de Ordem de Fornecimento (OF) com entrega imediata, conforme especificações e quantitativos previstos no item 1 do presente termo;

4.2 - As quantidades informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

4.3 - A entrega deverá ser efetuada diretamente à Gerência de Bens Regulares (GEBER) conforme especificação do objeto no endereço: Rua Judite Melo dos Santos, nº 251, galpão 06 e 09 - Distrito Industrial – São José – SC, CEP 88104-765, telefone (48) 3664-7794;

4.4 - Quando necessário equipamentos/materiais em comodato, estes deverão ficar à disposição da Unidade Solicitante enquanto houver estoque dos insumos relacionados;

4.5 - Quando necessário equipamentos/materiais em comodato a contratada será responsável pela manutenção das condições de funcionamento destes equipamentos/materiais, devendo substituí-los por similares durante o período de manutenção;

4.6 - Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição;

4.7 - O prazo de entrega será de 10 (dez) após recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

4.8 - O objeto será recebido, provisoriamente, no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

4.9 - O objeto será recebido, definitivamente, em 10 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

4.10 - O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

4.11 - O material deverá indicar na embalagem terciária (transporte) a razão social da Contratada, o número do processo de compra, o número da nota fiscal e o número do documento de fornecimento;

4.12 - O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

4.13 - O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade no momento do recebimento;

4.14 - Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;

4.15 - A embalagem deverá estar íntegra e em perfeitas condições de utilização;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



4.16 - O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com as legislações vigentes para cada item;

4.17 - Produtos com temperaturas controladas não serão aceitos com divergências, conforme a comprovação da medição realizada na conferência do item;

4.18 - Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

4.19 - A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

4.20 - O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

4.21 - A contratada deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas Unidades Solicitantes, mediante demanda da equipe técnica, quando necessário.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SGPe SES 165670/2024

REQUISITANTE

Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras

1. OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A”; ART. 18º, II, e ART. 40, §1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)

Solicitação de aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

- As condições de vigência e prorrogação constam no item 12.

1.1. Especificações e quantidades

1.1.1. Conforme ANEXO I (Requisição nº 3879/2024) e ANEXO IV.a (Relação de Compras Total nº 811/2024);

1.2. Do catálogo eletrônico de padronização de compras (art. 19º, II, da Lei nº 14.133/2021)

1.2.1. As especificações contidas nos anexos supracitados, respeitam o Catálogo de Materiais e Serviços do Governo de SC (NUC). A consulta pode ser feita pelo [link](#)

1.2.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no presente Termo de Referência e no Catálogo, prevalecem as primeiras.

1.3. Da natureza do objeto (art. 20º da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 2355/2021)

1.3.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características técnicas e funcionais, definidas por meio de especificações usuais existentes no mercado;

1.3.2. Não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022;

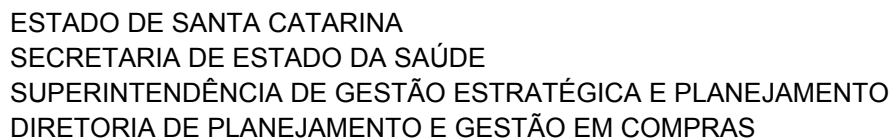
1.3.3. Não se enquadram como bens de luxo, conforme definição do art. 2º, II, Resolução TCU nº 341/2022, como aquele “de consumo ostentatório, opulento, de abordagem personalizada ou refinada, de elevado grau de sofisticação, de distribuição seletiva, alto preço, escassez, raridade e exclusividade, com forte apelo estético, de tradição ou história, cuja qualidade supera a das demandas ordinárias das unidades do Tribunal, por haver substitutos com características técnicas e funcionais equivalentes de qualidade comum”.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “B” DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, esta aquisição se justifica por:

A Secretaria do Estado da Saúde, dentre outras atribuições, é responsável pela administração de quatorze unidades hospitalares e unidades administrativas, o que inclui o suprimento de bens de consumo. A aquisição de bens de consumo como materiais comuns e àqueles de enfermaria e cirurgia decorre da necessidade dos mesmos para o funcionamento das unidades hospitalares e administrativas, permitindo o atendimento das unidades, contribuindo para o tratamento, prevenção e promoção da saúde da população catarinense.

A ausência da aquisição dos materiais poderá ocasionar a impossibilidade do atendimento dos serviços de saúde prestados pelos estabelecimentos, resultando em consequências danosas à população, incluindo risco de perda de vida. A Dispensa de Licitação faz-se necessária em virtude ao risco de desabastecimento causado por editais frustrados e/ou consumo acima do planejado.



A aquisição ocorre de forma centralizada para todas as unidades e é planejada para 12 meses. No mais, é realizado o monitoramento contínuo dos contratos vigentes, consumo mensal com análise de saldo, estoque no almoxarifado e nas unidades para cálculo e previsão das aquisições, conforme torna-se necessário.

Item 71382039, sem ata vigente, sem AF pendente, com Estoque GEBER zerado;

O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual (processo digital SES 234036/2023, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM²:

SGM2		CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO		EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:12:35			
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.		FORMA APRES.			
71382039 UN		PEÇA					
CÂNULA DE VENT EM SILICONE COM PONTA ARAMADA							
		SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO		6,0000
		SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL		4,0000
				PERÍODO		2023/10	
ESTAB	SIGLA	SALDO ESTOQ		SALDO TRANS	PONTO CRÍTICO	MÉDIA MENSAL	CONSUMO
241	ICSC	0,0000		0,0000	2,7500	1,8333	3,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 51 (0min 4s 137ms)

Requisição: 3879/2024	Relação de compra: 811/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 165670/2024	Edital nº: ATIVO RC			
Pedido: 144	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 85.916,16		
Qt. autorizada: 144	Qt. Total: 144	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2941/2024	Relação de compra: 572/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 90
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 120139/2024	Edital nº: 656/24 (DL) ATIVO EDT			
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 618,25	Total: 55.642,50		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 362/2024	Relação de compra: 73/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 132
Item nº: 4	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 266038/2023	Edital nº: 209/24 (DL) NÃO COTADO EDT			
Pedido: 132	Veze: 1	Valor item: 561,49	Total: 74.116,68		
Qt. autorizada: 132	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 362/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 4	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 209/24 (DL (não cotado) LIBERADO REQ			
Pedido: 132	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 78.756,48		
Qt. autorizada: 132	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7057/2023	Relação de compra: 1846/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 336
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 244767/2023	Edital nº: 161/24 (PE)(SEA) DESERTO EDT			
Pedido: 28	Veze: 12	Valor item: 613,83	Total: 206.246,88		
Qt. autorizada: 28	Qt. Total: 336	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7057/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 161/24 (PE (deserto)(SEA) LIBERADO REQ			
Pedido: 28	Veze: 12	Valor item: 596,64	Total: 200.471,04		
Qt. autorizada: 28	Qt. Total: 336	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço

Nº Item

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante

Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

TODAS

todas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 51 (0min 4s 137ms)

Requisição: 7037/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº:			LIBERADO REQ
Pedido: 80	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 47.731,20		
Qt. autorizada: 80	Qt. Total: 80	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 5715/2023	Relação de compra: 1529/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 120
Item nº: 3	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 187724/2023	Edital nº: 1412/23 (DL)			NÃO COTADO EDT
Pedido: 120	Veze: 1	Valor item: 618,32	Total: 74.198,40		
Qt. autorizada: 120	Qt. Total: 120	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 5715/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 3	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1412/23 (DL (não cotado))			LIBERADO REQ
Pedido: 120	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 71.596,80		
Qt. autorizada: 120	Qt. Total: 120	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4989/2023	Relação de compra: 1373/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 90
Item nº: 2	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 158819/2023	Edital nº: 1154/23 (DL)			NÃO COTADO EDT
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 618,07	Total: 55.626,30		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4989/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1154/23 (DL (não cotado))			LIBERADO REQ
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 53.697,60		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2557/2023	Relação de compra: 877/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 300
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 91754/2023	Edital nº: 1191/23 (PE)			DESERTO EDT
Pedido: 25	Veze: 12	Valor item: 618,07	Total: 185.421		
Qt. autorizada: 25	Qt. Total: 300	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço

Nº Item

Executar pesquisa

Unidade Solicitante

Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

Ordenar por

Gerar arquivo

Efechar

TODAS

todas

Número do item

Código do Material

Descrição do Material

Item 71382015, sem ata vigente, sem AF pendente, com Estoque GEBER zerado;

Informamos que este item é essencial por se tratar de insumo indispensável à assistência e o desabastecimento prejudicará significativamente o atendimento à pacientes.

O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual (processo digital SES 234036/2023, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM²:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:17:53	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.	
71382015 UN		PECA		
CANULA FEMORAL VENOSA-POLIURETANO ARAM. C/CONC.3/8				
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	2,2500
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	1,5000
			PERÍODO	CONSUMO
			2024/04	1,0000
			2024/03	2,0000
			2024/02	1,0000
			2024/01	3,0000
			2023/12	2,0000
			2023/11	2,0000
			2023/10	2,0000
			2023/09	0,0000
			2023/08	3,0000
			2023/07	2,0000
SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:17:53	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.	
71382015 UN		PECA		
CANULA FEMORAL VENOSA-POLIURETANO ARAM. C/CONC.3/8				
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	2,2500
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	1,5000
			PERÍODO	2024/04
ESTAB	SIGLA	SALDO ESTOQ	SALDO TRANS	PONTO CRÍTICO MÉDIA MENSAL CONSUMO
236	HRHDS	0,0000	0,0000	2,0000 1,3333 1,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 59 (0min 4s 243ms)

Requisição: 3879/2024	Relação de compra: 811/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 165670/2024	Edital nº:	ATIVO RC		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 170.400		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2577/2024	Relação de compra: 434/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 48
Item nº: 3	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 94178/2024	Edital nº: 490/24 (DL)	NÃO COTADO EDT		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 4.422,83	Total: 212.295,84		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2577/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 3	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 490/24 (DL (não cotado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 170.400		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 677/2024	Relação de compra: 131/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 23
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 28383/2024	Edital nº: 217/24 (DL)	FRUSTRADO EDT		
Pedido: 23	Veze: 1	Valor item: 4.194,43	Total: 96.471,89		
Qt. autorizada: 23	Qt. Total: 23	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 677/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 217/24 (DL (frustrado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 23	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 81.650		
Qt. autorizada: 23	Qt. Total: 23	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 292/2024	Relação de compra: 52/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 132
Item nº: 8	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 12266/2024	Edital nº: 397/24 (PE)(SEA)	ATIVO EDT		
Pedido: 11	Veze: 12	Valor item: 4.194,43	Total: 553.664,76		
Qt. autorizada: 11	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço

Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com i

Nº item

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante

☐ Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

TODAS

todas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 59 (0min 4s 243ms)

Requisição: 4033/2023	Relação de compra: 1134/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 15	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 129596/2023	Edital nº: 1572/23 (PE)			DESERTO EDT
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.759,19	Total: 270.661,68		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4033/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 15	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1572/23 (PE (deserto))			LIBERADO REQ
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.550	Total: 255.600		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 1588/2023	Relação de compra: 499/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 6	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 44369/2023	Edital nº: 739/23 (PE)			DESERTO EDT
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.646,82	Total: 262.571,04		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 1588/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 6	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 739/23 (PE (deserto))			LIBERADO REQ
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.550	Total: 255.600		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7130/2022	Relação de compra: 2783/2022	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 17	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 219568/2022	Edital nº: 20/23 (PE)			DESERTO EDT
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.224,66	Total: 232.175,52		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7130/2022	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 17	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 20/23 (PE (deserto))			LIBERADO REQ
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 1.475,70	Total: 106.250,40		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço N° item

Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante ☐ Unidade Municipal

Situação

TODAS todas

Referência Ano De Ano Até



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ART. 6º, XXIII, “C” e ART. 18º, §1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, a contratação da solução mostra-se necessária para resolver a demanda apresentada. Os valores e os quantitativos estão previstos no plano anual de compras, demonstrando ser uma aquisição economicamente viável; já a contratação da proposta, com o objetivo de atender a demanda SES demonstra ser uma solução tecnicamente viável.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº 14.133/2021)

- 4.1. Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta (item 6.) e as especificações e quantidades do objeto (item 1.1.);
- 4.2. Atendimento aos critérios de habilitação (item 7.);
- 4.3. E atendimento as condições de execução do objeto (item 9.).

5. DOS PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO

5.1. **Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:**

5.1.1. Não aplicável nas dispensas de licitação, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei 123/2006.

5.2. **Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):** não será exigida.

5.3. **Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):** Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

5.4. **Subcontratação:** Não será admitida.

5.5. **Do agrupamento de itens em lotes:** não há itens em lote para esta aquisição.

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

- 6.1.1. Preço unitário do item;
- 6.1.2. Marca/fabricante;
- 6.1.3. Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento;
- 6.1.4. Apresentação do produto com detalhamento de cada item, modelo (se houver) e necessariamente a forma de apresentação e quantidade;
- 6.1.5. País de origem do produto;
- 6.1.6. Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;
- 6.1.7. Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;
- 6.1.8. Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com este, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;



6.1.9. Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;

6.1.10. Se aplicável, a referência do produto.

6.2. A critério da equipe técnica poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, nas hipóteses em que se entenda que a documentação apresentada não seja suficiente para comprovar o atendimento às especificações técnicas, em especial aos padrões mínimos de eficiência, qualidade e desempenho, conforme portaria vigente (ANEXO V).

6.3. As amostras e/ou prospectos deverão ser providenciados no prazo de até 03 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação;

6.4. A entrega de amostras deverá ocorrer no endereço: R. Esteves Junior, 160, Térreo – Protocolo, Centro, Florianópolis -SC, 88015-130; em dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 e 18:30h;

6.5. As amostras serão avaliadas de acordo com o Formulário de Análise de Qualidade Técnica (ANEXO V).

7. DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.1. Habilitação Jurídica

7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Qualificação econômico-financeira (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.4. Qualificação-técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

7.4.1. **Licença de Funcionamento Sanitária** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o protocolo de revalidação;

7.4.2. **Autorização de Funcionamento (AFE)** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União e/ou documento obtido a partir da página da ANVISA);

7.4.3. Para os objetos que, de acordo com os regulamentos vigentes, forem dispensados da obrigatoriedade de **Licença de Funcionamento Sanitária e Autorização de Funcionamento**, deverão ter justificativas apresentadas pelo fornecedor.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, “H” DA LEI Nº 14.133/2021)

8.1. A forma de seleção se dará por meio de DIPENSA DE LICITAÇÃO;

8.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO;

8.3. Será considerado primeiro classificado, o fornecedor que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. O compromisso será firmado por meio de Ordem de Fornecimento (OF) com entrega imediata, conforme especificações e quantitativos previstos no item 1 do presente termo;

9.2. As quantidades informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

9.3. A entrega deverá ser efetuada diretamente à Gerência de Bens Regulares (GEBER) conforme especificação do objeto no endereço: Rua Judite Melo dos Santos, nº 251, galpão 06 e 09 - Distrito Industrial – São José – SC, CEP 88104-765, telefone (48) 3664-7794;



9.4. Quando necessário equipamentos/materiais em comodato, estes deverão ficar à disposição da Unidade Solicitante enquanto houver estoque dos insumos relacionados;

9.5. Quando necessário equipamentos/materiais em comodato a contratada será responsável pela manutenção das condições de funcionamento destes equipamentos/materiais, devendo substituí-los por similares durante o período de manutenção;

9.6. Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição;

9.7. O prazo de entrega será de 10 (dez) após recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

9.8. O objeto será recebido, provisoriamente, no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.9. O objeto será recebido, definitivamente, em 10 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.10. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

9.11. O material deverá indicar na embalagem terciária (transporte) a razão social da Contratada, o número do processo de compra, o número da nota fiscal e o número do documento de fornecimento;

9.12. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

9.13. O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade no momento do recebimento;

9.14. Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;

9.15. A embalagem deverá estar íntegra e em perfeitas condições de utilização;

9.16. O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com as legislações vigentes para cada item;

9.17. Produtos com temperaturas controladas não serão aceitos com divergências, conforme a comprovação da medição realizada na conferência do item;

9.18. Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

9.19. A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

9.20. O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

9.21. A contratada deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas Unidades Solicitantes, mediante demanda da equipe técnica, quando necessário.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, “F” DA LEI Nº 14.133/2021)

10.1. Ao gestor do contrato/ata caberá:

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;



- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à Diretoria de Aquisições e Contratos, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- h) O pedido de prorrogação de Contrato junto à DLIC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes;
- i) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;
- j) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- k) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- l) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- m) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- n) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- o) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- p) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- q) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- r) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- s) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.
- t) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 12).

10.2. Ao fiscal do contrato/ata caberá:

- a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;



- c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;
- e) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- f) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i) Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- j) Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k) Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- l) Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m) Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o) Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q) Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à Diretoria de Aquisições e Contratos, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r) Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- s) Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- t) Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- u) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- v) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- w) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.
- x) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 12).



11. DA OBRIGAÇÕES

11.1. Obrigações específicas da contratada:

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

11.2. Obrigações específicas da contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;



- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
 - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 12.1.5. fraudar a licitação;
 - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1 e 12.1.2 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato lícitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato lícitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 9º do Decreto Estadual nº 441/2024.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DO CONTRATO

13.1. **Instrumento Contratual:** Ordem de Fornecimento.

13.2. **Vigência do contrato:** entrega imediata (10 dias).

13.3. **Gestão e Fiscalização:**

Gestor:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/ EMAIL
GEBER	360.382-2-01	Alexandre de Souza	(48) 3665-5525 souzaa@saude.sc.gov.br

Fiscal:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL	TELEFONE/ EMAIL
-------------	-----------	--------	-----------------



GEBER	377.977-7-01	Rodrigo Figueiredo de Souza	(48) 3665-5513 gerabdamad@saude.sc.gov.br
-------	--------------	-----------------------------	--

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G” e ART. 40º, §1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)

14.1. Prazos:
14.1.1. Prazo de entrega do objeto: 10 dias após recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;
14.1.2. Prazo de recebimento provisório: no ato;
14.1.3. Prazo de recebimento definitivo: 10 dias;
14.1.4. Prazo de troca de bens rejeitados: 10 dias;
14.1.5. Prazo para liquidação do documento fiscal: 5 dias úteis;
14.1.6. Prazo de pagamento: 30 dias após prazo de liquidação do documento fiscal com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

15. DO VALOR ESTIMADO (ART. 6º, XXIII, “I”; ART. 18º, IV, e ART. 23º e 24º DA LEI Nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 16/2022/SEA)

Os valores foram estimados conforme a Planilha de Pesquisa de Preços (ANEXO III) e Relação de Compras Orçamento (ANEXO IV.b).
15.1. Os preços estimados determinados com base em menos de 3 preços, foram devidamente justificados na Planilha de Pesquisa de Preços, com aval do gestor responsável (Diretor) e da autoridade competente (Superintendente), condicionada a assinatura do Termo de Referência.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “J” DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, VII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

16.1. As despesas ocorrerão conforme classificação orçamentária emitida pela Superintendência do Fundo Estadual de Saúde em documento pensado ao processo.

17. ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (ART. 18º, X, DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, III, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA (ANEXO VI).

18. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
b) Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
c) Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Vanessa Soares	623.843-2-02	(48) 3664.7854/ naenf@saude.sc.gov.br

20. GESTOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Crystian Gonçalves Martins	369.495-0-01	(48) 3664.8788/ dpgc@saude.sc.gov.br

21. AUTORIDADE COMPETENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Willian Westphal (Superintendente e.e.)	0616278-9-02	(48) 3664.7266 / sge@saude.sc.gov.br

Data da assinatura digital

A validade deste documento está condicionada às assinaturas digitais no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe.

Versão Jul/2024

INSTITUIÇÃO:

DATA DE ENTREGA:

PSES:

MARCA:

REFERÊNCIA:

SETOR:

DATA DE RETORNO*:

LOTE (se houver):

FABRICANTE:

RESPONSÁVEL:

ITEM:

ORIGEM:

CONTATO:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO

Avalie os itens a seguir (assinale com um “X” o campo correspondente): ADEQUADO, INADEQUADO OU NÃO AVALIADO.

PONTOS AVALIADOS	ADEQUADO assinale com um “X”	INADEQUADO assinale com um “X”	SE INADEQUADO, INDICAR O MOTIVO	SE NÃO AVALIADO INDICAR O MOTIVO
Embalagem				
Qualidade				
Funcionalidade				
Aplicabilidade				
Especificações técnica (conforme descritivo)				
Observação/ Outras considerações (utilizar o verso):				

CONCLUSÃO DO TESTE REALIZADO: () APROVADO () REPROVADO () NÃO AVALIADO – JUSTIFICAR

* Conforme Portaria nº 973/2022, as Unidades da SES terão o prazo de 15 (quinze) dias para avaliação das amostras e preenchimento da Ficha de Avaliação Técnica do produto e 7 (sete) dias em casos de possibilidade de desabastecimento. Caso o prazo não seja respeitado, o produto de menor preço será considerado APROVADO para aquisição.

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELO PARECER: _____

Declaração de conflito de interesse: Declaro para os devidos fins que NÃO possuo Interesse financeiro ou de outra natureza em qualquer relação com a empresa indicada, que poderá constituir um real, potencial ou aparente conflito de interesse em relação a indicação do material a ser utilizado nos procedimentos de enfermaria e cirurgia. Durante os últimos cinco anos, NÃO TIVE qualquer emprego ou relação profissional com alguma organização que é fabricante ou fornecedora dos materiais médico-hospitalares.

Assinatura (física ou digital)	Assinatura (física ou digital)	Assinatura (física ou digital)
Carimbo ou nº do registro profissional	Carimbo ou nº do registro profissional	Carimbo ou nº do registro profissional

Após **preenchido** e **assinado**, encaminhar o formulário via SGP-e para **SES/DPGC/NAENF**

Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras

Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais de Enfermaria e Cirurgia (NAENF)

Versão agosto/2023

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 80/2022 (REF. PROCESSO SIE 34922/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 750-0 Jacinto Machado/Criciúma. Cancelar com saída de Jacinto Machado às 13:00 e com saída de Criciúma às 10:00 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856627

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 81/2022 (REF. PROCESSO SIE 34916/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 751-0 Araranguá/Criciúma. Com saídas de Araranguá às 09:15 de segunda a sexta-feira anual, alterar frequência para segunda à sábado; às 10:30 de segunda à sábado, anual, alterar horário para 10:00 de segunda à sexta, anual; e cancelar às 14:15 de segunda a sexta, anual. Com saída de Criciúma, cancelar às 16:30 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856628

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 82/2022 (REF. PROCESSO SIE 34913/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para o cancelamento de horários na linha 619-0 Araranguá/Criciúma, com saídas de Criciúma às 08:30 horas de segunda a sábado, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856629

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 83/2022 (REF. PROCESSO SIE 34912/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 069-0 Araranguá/Florianópolis. Alterar período com saída de Araranguá às 09:00 e com saída de Florianópolis às 09:15 horas, domingos e feriados, de anual para verão. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856630

Saúde

PORTARIA nº 973 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de Junho de 2019;
CONSIDERANDO que o tempo atual de análise de amostras em processos licitatórios corresponde parte significativa do tempo total de aquisição;
CONSIDERANDO que esta análise é realizada nas unidades da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) e;
CONSIDERANDO a necessidade de ações visando a redução do tempo de aquisição e dessa forma, evitando a interrupção do abastecimento das unidades SES, **RESOLVE:**
Art.1º - Nos processos de aquisição de bens, as amostras serão solicitadas quando não houver histórico de aquisição pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) e/ou registro válido no Banco de Marcas, além de registro de queixas técnicas.
§ 1º Nos casos das amostras entregues pelo fornecedor na Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC), estas serão submetidas à análise preliminar e, se identificadas como inadequadas,

serão reprovadas pela equipe técnica da DPGC sem o envio às unidades SES. As amostras aptas para avaliação nas unidades SES, serão enviadas por meio do setor de Protocolo/SES.
§ 2º Para amostras julgadas como aptas na análise preliminar, descrita no § 1º e a avaliação da amostra não depender do uso em pacientes e/ou da análise pela unidade demandante, e em casos de emergência ou calamidade pública e houver possibilidade de avaliação pelos técnicos da DPGC, o preenchimento do Formulário de Análise de Qualidade Técnica (FAT) poderá ser realizado pelo núcleo pertinente, sem a necessidade de envio às unidades SES.
§ 3º Para amostras em que a DPGC considerar pertinente a avaliação pelas unidades SES, a DPGC encaminhará o FAT e as amostras para a unidade SES com maior demanda. Caso necessário, a DPGC poderá encaminhar para até 3 (três) unidades SES.
§ 4º Em caso de divergência de análise nas Unidades SES, conforme § 3º, caberá a Superintendência responsável pela Unidade SES a decisão final sobre o resultado da análise da amostra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos.
Art. 2º - As unidades da SES terão o prazo de 15 (quinze) dias consecutivos para avaliação das amostras e devolução do processo digital (SPGe) do FAT e 7 (sete) dias consecutivos em casos de possibilidade de desabastecimento.
§ 1º Em caso de não cumprimento do prazo estabelecido no Art. 2º, caberá a Superintendência responsável pela Unidade SES a decisão sobre o resultado da análise da amostra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos.
§ 2º As amostras serão automaticamente aprovadas, no descumprimento dos prazos descritos nos Art 2º e seu § 1º.
Art. 3º - Os critérios estabelecidos no FAT serão definidos pela DPGC, conforme a natureza do bem.
§ 1º A unidade deverá, obrigatoriamente, descrever as razões de possível inadequação do produto avaliado, segundo os critérios estabelecidos no FAT.
Art. 4º - A guarda e conservação da amostra ficará sob responsabilidade do representante legal da unidade SES em posse. § 1º Será de responsabilidade da unidade SES a devolução das amostras não utilizadas à DPGC, quando esta for o local de origem do envio, ou ao fornecedor, quando as amostras forem entregues por este diretamente às unidades SES.
Art. 5º - O início da contagem dos prazos contidos nesta portaria inicia a partir do envio do processo digital.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.
Cod. Mat.: 856550

PORTARIA nº. 970 – 15/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860/2022 e conforme processo SES 165497/2022, resolve **REMOVER** a servidora **IVANA TONON**, matrícula nº. 0665398-7-01, ocupante do cargo de Enfermeira, originária do Hospital Governador Celso Ramos - HGCR, nível GEPRO-SES-16/E, para atuar no Hospital Nereu Ramos - HNR, a contar de 01/10/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856594

PORTARIA nº 983 de 19/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso III, artigo 7º do Decreto nº 1.860 de 13 de abril de 2022 e tendo em vista os termos constantes no processo SES 132852/2022, para fins de regularização funcional da servidora **MARIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0175627-3-01, RESOLVE:

RETIFICAR na Portaria nº 532/SES/2008, publicada no D.O.E. nº 18.436 de 01/09/2008, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-B, leia-se: 11-E;

RETIFICAR na Portaria nº 762/SES/2009, publicada no D.O.E. nº 18.652 de 22/07/2009, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-C, leia-se: 11-F;

RETIFICAR na Portaria nº 695/SES/2011, publicada no D.O.E. nº 19.157 de 23/08/2011, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-D, leia-se: 11-G;

RETIFICAR na Portaria nº 521/SES/2013, publicada no D.O.E. nº 19.628 de 31/07/2013, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-E, leia-se: 11-H.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856598

PORTARIA nº. 975 – 16/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos Decreto nº. 1860/2022, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde emitido pela Gerência de Perícia Médica da Secretaria de Estado da Administração em 11/08/2022 e conforme processo SES 134172/2022, resolve **REMOVER** o servidor **IVAM MACHADO**, matrícula nº. 0377744-8-01, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, lotado no Hospital Regional São José Dr. Homero de Miranda Gomes - HRSJ, nível GEPRO-SES-12/J, para atuar na Gerência de Patrimônio - GEPAT, a contar de 23/09/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856657

PORTARIA nº. 979 – 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860 e conforme processo SES 70160/2022, resolve **REMOVER** a servidora **KARINE SILVANA DE SOUZA COUTINHO**, matrícula nº. 0377723-5-01, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, lotada na Gerência de Saúde de Tubarão, nível GEPRO-SES-12/J, para atuar na Unidade Descentralizada de Controle, Avaliação e Auditoria - UDECA de Tubarão.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856680

PORTARIA nº 984 de 19/09/2022.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 291 de 12/05/2020, **RESOLVE CONSIDERAR DEMITIDOS** nos termos do artigo 11 da Lei Complementar nº 260/2004, os contratos com data fim no mês de **Julho de 2022**, dos servidores lotados nas unidades pertencentes à Secretaria de Estado da Saúde SC, como segue.

NOME	Matrícula	Data de- missão
CENTRAL DE REGULACAO DE INTERNACOES HOSPITA- LARES		
TECNICO EM ENFERMAGEM		
ALINE FATIMA BANCK	610903-9-01	01/07/2022
CENTRO CATARINENSE DE REABILITACAO		
FONOAUDIOLOGO		
JOSEANE DOS SANTOS DE LIMA	639507-4-01	01/07/2022
DO NASCIMENTO		
CONSULTORIA JURIDICA		
FARMACEUTICO		
ANGELA PATRICIA FRANCA	633043-6-02	27/07/2022
ELAINE LEOCADIA ANTON AMA- RANTES	611050-9-02	12/07/2022
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
SILVIA EMILY SCHAFASCHEK DE ANDRADE	989993-6-02	30/07/2022
DIRETORIA DE EDUCACAO PERMANENTE EM SAUDE		
ENFERMEIRO - SAUDE PUBLICA		
CAMILA BELTRAME BAGIO	630652-7-01	01/07/2022
DIRETORIA DE GESTAO DE PESSOAS		
PSICOLOGO		
ANDRESA DAROSCI SILVA	631647-6-01	01/07/2022
RIBEIRO		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
MARINA DAUX FRANCO	996031-7-02	01/07/2022
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
MATHEUS AMARAL DA COSTA	642163-6-01	02/07/2022
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO DE COMPRAS		
FARMACEUTICO - SAUDE PUBLICA		
EDNEIA LUZIA SANTOS BRITO	690630-3-02	11/07/2022
VIEIRA		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
PAOLA ALINE AMARANTE BORBA	644301-0-01	08/07/2022
DIRETORIA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		
MEDICO - INFECTOLOGIA		
PATRICIA DE ALMEIDA VANNY	612001-6-02	31/07/2022
DIRETORIA DE VIGILANCIA SANITARIA		
ENFERMEIRO		
VANESSA MORENO BLANCO	634177-2-01	09/07/2022
GERENCIA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E MANU- TENCAO		
ENGENHEIRO ELETRICISTA		
RODRIGO TETSUO BURDA	626982-6-01	07/07/2022
SENZAKI		
ENGENHEIRO MECANICO		
JOSE ALMIR COIMBRA	618298-4-01	01/07/2022
GERENCIA DE ANATOMIA PATOLOGICA		
TECNICO EM ENFERMAGEM		
EDUARDO DA SILVA BISPO	616304-1-01	01/07/2022
GERENCIA DE CONTRATUALIZACAO DOS SERVICOS DO SUS		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		

PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL. FLORIANOPOLIS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2022. THIAGO AUGUSTO VIEIRA
Secretário de Infraestrutura

Cod. Mat.: 855927

Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA.

A DIRETORA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 44 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.793/94 e o inciso III do artigo 64 da Lei Estadual nº 6.320/1983 e o artigo 53 do Decreto Estadual nº 23.663/1984, notifica o autuado identificado no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência quanto ao **Auto de Imposição de Penalidade abaixo relacionado**. Poderá ser interposto recurso contra a autuação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da efetiva notificação, na forma do art. 69 da Lei Estadual nº 6.320/1983. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado na Diretoria de Vigilância Sanitária, na Av. Rio Branco, 152, Centro, Florianópolis/SC. E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

Florianópolis, 14 de setembro de 2022

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

1. AUTUADO: SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CNPJ/CPF: 74.047.341/0001-59
PROCESSO: SES 00154462/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006524/22

2. AUTUADO: LEANDRO APARECIDO DE PAULA
CNPJ/CPF: 19.634.481/0001-15
PROCESSO: SES 00061032/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006577/22

3. AUTUADO: ESPORTE CLUBE INTERNACIONAL
CNPJ/CPF: 75.323.907/0001-90
PROCESSO: SES 00139443/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006708/22

4. AUTUADO: K.N.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS LTDA
CNPJ/CPF: 17.127.400/0001-65
PROCESSO: SES 00014476/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006396/22

Cod. Mat.: 855516

PORTARIA nº 967/2022 de 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o dispositivo no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei nº 741, de 12 de Junho de 2019, **RESOLVE**:
Art. 1º – Nomear Comissão para normatização e procedimentos para a implantação do veículo motocicleta/motolância nos atendimentos de urgência, no âmbito do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU em Santa Catarina.
I - Representantes da Secretaria de Estado da Saúde - Superintendência de Urgência e Emergência:
a) Adrina Maria Martins, matrícula nº 372597901, Coordenação de Metas e Fiscalização
b) Francine N. Teixeira de Oliveira, matrícula nº 372598701, Coordenadora de Enfermagem;
c) Hedileia da Rosa e S. Arcenio, matrícula nº 0256989203, Coordenadora de Patrimônio e Qualificação;
d) Juliana Brasil Rodolfo Simas, matrícula nº 3725891, Diretora do APH Móvel;
e) Marcos Antônio Fonseca, matrícula nº 30705002, Coordenador das CRU's de SC;

f) Sandra Mariza de Brida, matrícula nº 37730802, Coordenadora de Farmácia.
Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar a partir da data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855766

PORTARIA nº 966 de 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, § 2º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 741 de 12 de junho de 2019 e conforme o Art. 4, inciso II, do Decreto nº 1.860/2022, **RESOLVE DESIGNAR**, de acordo com o art. 38, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº SES 172424/2022, **ANDRÉIA MULLER PEREIRA**, mat. nº 397723-4-01, Gerente de Enfermagem, para responder, cumulativamente, pelo cargo de **DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ DR. HOMERO DE MIRANDA GOMES**, nível FG-1, da SES, em substituição ao titular, Daywson Pauli Koerich, matrícula nº 375618-1-03, durante o usufruto de férias, no período de **08/09/2022 a 17/09/2022**.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 855789

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 107231/2022** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **SEPAT MULTI SERVICE LTDA**, CNPJ nº 03.750.757/0001-90, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 2.119,91 por descumprimento do Contrato nº 382/2020 – Edital nº 517/2020.

Cod. Mat.: 855814

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR000453.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Beneficência Camiliana do Sul, mantenedora do Hospital São Bernardo, com sede no município de Quilombo. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: "Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência": O prazo do Convênio nº 2021TR000453 fica prorrogado até 30 de janeiro de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 08 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Antônio Mendes Freitas, pelo Hospital.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2022TR000745.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Nova Erechim, com sede no município de Nova Erechim. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: "Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência": O prazo do Convênio nº 2022TR000745 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2022, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 14 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Alfredo Carlos Merigo, pela Fundação.

Cod. Mat.: 855826

PORTARIA nº 976 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de Junho de 2019;
CONSIDERANDO que o tempo atual de análise de amostras em processos licitatórios corresponde uma parte significativa do tempo total de aquisição e a necessidade de ações que visem a redução do tempo de aquisição, evitando a interrupção do abastecimento das unidades SES/SC, o Banco de Marcas (BM) configura-se uma ferramenta que visa a otimização do tempo de processo de compra, devido ao histórico de registros de avaliações de amostras, **RESOLVE**:
Art. 1º - Normatizar nos processos de aquisição de bens, no qual haja avaliação de amostras, o cadastro de marcas de insumos para abastecimento da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) será realizado na plataforma digital <http://sistemases.saude.sc.gov.br/marcas/listaPublica>.
Art. 2º - O BM SES/SC pode ser utilizado para gerar um catálogo de marcas aprovadas e reprovadas que permite embasar a administração nos processos de compras públicas SES/SC.
§ 1º Os insumos serão avaliados e o resultado definido por meio de Formulário de Análise de Qualidade Técnica (FAT), conforme portaria específica.
§ 2º Caberá a equipe técnica da Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC) a inserção de dados na plataforma BM.
Art. 3º - As marcas aprovadas serão reavaliadas em caso de alteração nas características do produto, como por exemplo: composição, apresentação e/ou registro.
§ 1º Em caso de queixa técnica e/ou evento adverso durante a utilização do produto, o mesmo poderá ser reprovado pela área técnica da DPGC.
Art. 4º - A reprovação da marca ficará vigente pelo prazo de cinco anos.
§ 1º Se comprovado por parte do fabricante a melhoria e/ou correção necessária do produto, o mesmo poderá ser reavaliado antes do prazo estipulado no Art. 4º.
Art. 5º - O fornecedor que possuir a marca do produto qualificada na SES/SC obriga-se a comunicar formalmente à DPGC, as eventuais alterações de fabricação e fusões de empresas que levem a alterações na nomenclatura da marca.
Art. 6º - A Listagem Pública de Marcas Aprovadas estará disponível para consulta na plataforma BM.
Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855892

PORTARIA nº 951 de 09/09/2022.

CONCEDER PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO, de acordo com o Decreto nº 1863/13 e conforme processo nº SES 107705/2021, à servidora **ALICE HENRIQUE DOS SANTOS SUMAR**, matrícula nº 673048-5-01, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, no Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes/HRSJ-HMG, para continuar frequentando curso de pós-graduação stricto sensu, em nível de Doutorado em Ciências Médicas, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, no período de **02/10/2022 a 02/04/2023**, com afastamento parcial de 03 (três) dias na semana.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855905

PORTARIA nº. 968 – 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860/2022, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde emitido pela Gerência de Perícia Médica da Secretaria de Estado da Administração em 19/07/2022 e conforme processo SES 93248/2022, resolve **REMOVER** a servidora **SIRLENE TIVES**, matrícula nº. 0957446-8-01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada no Hospital Infantil Joana de Gusmão - HIJG, nível GEPRO-SES-11/D, para atuar na Escola de Saúde Pública de Santa Catarina - ESPSC, a contar de 23/10/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 855909

PORTARIA nº 977 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no



Assinaturas do documento



Código para verificação: **MDU910V8**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **MAGALI RODRIGUES** (CPF: 507.XXX.719-XX) em 24/07/2024 às 17:38:11
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.
(Assinatura do sistema)

- ✓ **HANNA KARINE DOS SANTOS JACQUES BARCELOS** (CPF: 584.XXX.069-XX) em 25/07/2024 às 11:28:38
Emitido por: "SGP-e", emitido em 03/04/2019 - 17:00:16 e válido até 03/04/2119 - 17:00:16.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfTURVOTEwVjg=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **MDU910V8** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Listagem de Editais Publicados

📊 Editais

Filtros

Número

Código PSES

Ano

2024

Data Abertura

Objeto

🔍 Buscar

Mostrar

10

registros por pagina

Pesquisar

RCD/DL/IL ⬆	Modalidade ⬆	Trâmite ⬆	Objeto ⬆	Data Proposta ⬆
869/24 PSES 165670/2024	Compra Direta (CD)	Edital	Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares ? GEBER, conforme especificações constantes do Anexo I.	01/08/2024 14:00 Aberto

Mostrar 1 ate 1 dos 1 registros

Anterior

1

Proximo



PORTAL
DE COMPRAS



Edital Dispensa com Cotação Eletrônica
0869/2024



Atualizado em:
04/06/2024 12:51:0

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Os editais abaixo disponíveis estão sujeitos a alterações, as quais serão informadas nesta página, sendo de inteira responsabilidade do consulente, o acompanhamento e o acesso as novas modificações.
Essas publicações não possuem caráter legal.

Natureza: **Materiais**

Objeto

Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER, conforme especificações constantes do Anexo I.

Publicação/Expedição	Entrega Final da Proposta	Documento
25/07/2024	01/08/2024 14:00:00	SES 165670/2024

Situação	Abertura
Em Recebimento de Proposta	25/07/2024 12:51:00

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº869/2024 - ENCERRAMENTO EM 01/08/2024 ÀS 14:00 HORAS

1 mensagem

GELIC - COMPRA DIRETA <compradireta@saude.sc.gov.br>

25 de julho de 2024 às 13:00

Cco: comercial@bravamed.com.br, waldircampos.representacoes@gmail.com, Barbara Goncaves - Supermedica <vendas205@supermedica.com.br>, concorrencia8@cfernandes.com.br, Rodrigo Torquato <rodrigo.silveira@bbraun.com>, "Licitação [Hominum]" <licitacao@hominum.com.br>, licitacoes@alpharad.com.br, Alpharad - Tatieri <alpharad@alpharad.com.br>, katia.melo@jaw.com.br, comercial <comercial@santesurgical.com.br>, SANTÉ SURGICAL - FINANCEIRO <financeiro@santesurgical.com.br>, Pró-Vascular - TELEVENDAS <provascular@provascular.com.br>, renata@athos.med.br, cardiotronic@cardiotronic.com.br, julismar.silva@dentalmedsul.com.br, Cassiano Orlandini <vendas1@fisiobras.com.br>, marcio.goncalves@mgmedservice.com.br, Isabela - Cirupar / Stokmed <vendas3@cirupar.com.br>, marketing@labcor.com.br, vendas1medicatto@gmail.com, Vendas 2 <vendas2@fisiobras.com.br>, lhcarvalho@zammi.com.br, alex@mabefarma.com.br, Jussiane Samurio - Medprox Distribuidora de Medicamentos <mpereira@medprox.com.br>, Maartec Instrumental Cirúrgico <maartec@maartec.com>, ducalog@uol.com.br, Silvinei Toffanin <direto@diretocontabilidade.com.br>, licitacao@jaw.com.br, santatec@terra.com.br, rvboose@terra.com.br, Licitações <licitacoes@ilhatec.com.br>, Fernando <licitacao.implattech@gmail.com>, financeiro@ilhatec.com.br, valesca@ilhatec.com.br, Francini-Licitacao <licitacao@maximedsul.com.br>, vendas01@hramedical.com.br, atendimento2@maximedsul.com.br, controle@controlebrasil.com.br, empromed@inforlink.com.br, compras@zelohc.com.br, br_licitacoes@coloplast.com, trimed@superig.com.br, contato@nutrihospitalar.com.br, licitacao@tecnicadistribuidora.com.br, saudemedic@uol.com.br, Fabíola Carvalho - Life Santé <administrativo@lifesante.com.br>, nbigfarma@gmail.com, SOMA SC <soma.sc@somahospitalar.com.br>, vanessa.sc@somahospitalar.com.br, JCF <jcfforn@bol.com.br>, cirurgica santa cruz <compradireta@cirurgicasantacruz.com.br>, Andre Carvalho <andre.halexistar@gmail.com>, Cointer - Rodrigo Torquato <rodrigotorquato@cointer.com.br>, Rita de Cassia Belmonte Kist <rita.kist@mahospitalar.com.br>, Cointer Material MedicoHospitalar <cointer@cointer.com.br>, "C.Ribeiro Rep" <camargoribeiro.rep@gmail.com>, lic@especificarma.com.br, miltom_bp@hotmail.com, licitacao@cremer.com.br, vidaimportacao@terra.com.br, vendasmaxvida@hotmail.com, MAXVIDA contato <contato@maxvidasaude.com.br>, licitacao1@mlcomercio.com, licitacao2@mlcomercio.com, Claudio Barreto <claudio.barreto@cei-brasil.com>, licitacoes@cei-brasil.com, Propostas <propostas@cei-brasil.com>, vendas3@neolabimport.com.br, Licitação <licitacao@politecsaude.com.br>, Emerson Pastori | Politec Saúde <emerson.pastori@politecsaude.com.br>, star.med@terra.com.br, Central Hospitalar <central@centralhospitalar.com.br>, compras@formedbr.com.br, formedbr@formedbr.com.br, poolfix@poolfix.com.br, Tayla Lunardi - Pregão Eletrônico <pregao1@polarfix.com.br>, YuriSoares <yuricfmedical@hotmail.com>, Iraci - Comercial Endocirurgica <comercial@endocirurgica.com.br>, Asli Comercial <asli@aslicomercial.com.br>, Iara - Ortofen <ataduras@ortofen.com.br>, licita@livehs.com.br, daniela@gmimedical.com, Vendas3 - BR DANTAI <vendas3@brdantai.com.br>, francis@medprox.com.br, Carolina Bueno <carolina.bueno@bbraun.com>, Vanessa Paula <vanessa.paula@bbraun.com>, Josiane Teixeira <josiane.teixeira@bbraun.com>, Lucelia de Paula Morikawa <faturamento@sulmedic.com>, Carla Trentin <brctn@coloplast.com>, brsc@coloplast.com, Jéssica Ariana <licitar1@trademedical.com.br>, apoio@trademedical.com.br, CREMER <licita@cremer.com.br>, contato@cirurgicaflorianopolis.com.br, miriam.loth@cremer.com.br, vendadiretapublico@sulmedic.com, euromed6@euromedcateteres.com.br, jaqueline@euromedcateteres.com.br, Andreia Ariane <licitacao@guinez.com.br>, vendas@guinez.com.br, licitacao@medcorpnet.com.br, vendas3@athos.med.br, fidare@fidare.med.br, comercial1@oncoimport.com.br, homecare_sc@fidare.med.br, inova@inovahospitalar.com.br, licitacoes_brasil@edwards.com, tecnomedical@tecnomedical.com.br, janete.dias@tecnomedical.com.br, cincopropostas@cinco-brasil.com, cincolicitacoes@cinco-brasil.com, fiscal@cremer.com.br, comercial@sermedicall.com.br, licitacao1@sermedicall.com.br, Globalmed - Site <globalmed@globalmed.com.br>, a.masiel@globalmed.com.br, Sutupar Licitação - Simone <licitacao@sutupar.com.br>, "Daniela Farias [Hominum]" <vendas@hominum.com.br>, vendas@macrosul.com, licitacao@macrosul.com, Thiago de Souza Ivo <faturamento2@sulmedic.com>, licitacao@htssaude.com.br, licitacao3@medika.com.br, vitalhosp@brturbo.com.br, lic.starmed@gmail.com, advsc@hotmail.com, licitacao@hospsul.com.br, Hospsul <hospsul@hospsul.com.br>, licitações@cei-brasil.com, dantas@asamed.com.br, Asamed - Andréa <asamed@asamed.com.br>, Licitação Olimed <licitacao@olimed.com.br>, olimed@olimed.com.br, andre.almeida@profarmaspecialty.com.br, medsonda@brturbo.com.br, representantesul@yahoo.com.br, Ricardo Echeverria de Oliveira <reoliveira@jotamed.com.br>, Sílvia Proença - Supervisão Vendas Biomedical PR <supervisao.vendaspr@biomedical.com.br>, licitacoes@mafrahospitalar.com.br, Rafael Ribeiro Vendas Sul <rafael.ribeiro@biomedical.com.br>, mafra.catalao@cirurgicamafra.com.br, "vendas8.sc" <vendas8.sc@somahospitalar.com.br>, cirurgicaflorianopolis@hotmail.com, Eduardo - Cirúrgica Florianópolis <eduardo@cirurgicaflorianopolis.com.br>, h.f.comercial@terra.com.br, altermed@altermed.com.br, "Gabriela M. Dolsan | Altermed Mat Med Hosp Ltda" <licitacoes6@altermed.com.br>, Cláudia Longen - Contratos <contratos@altermed.com.br>, vendasfloripa@altermed.com.br, licitacao@aptortelli.com.br, Licitação - APMedical <licitacao@apmedical.com.br>, vendas@aptortelli.com.br, Thayse Ferrari | Altermed Mat Méd Hosp Ltda <licitacoes@altermed.com.br>, licitacoes@Improdutosmedicos.com.br, itamar@hospitalargaucha.com.br, elia@ppsprodutosparasaude.com.br,

ppspprodutosparasaude@outlook.com.br, controladoria@wzhospitalar.com, Assistência - W&Z Hospitalar <assistec@wzhospitalar.com>, Elisyane / Cirupar <vendas1@cirupar.com.br>, ealves@biolabfarma.com.br, Medical Plus-SC <medicalplus@medicalplus-sc.com.br>, cirupar@cirupar.com.br, swatanabe@biolabfarma.com.br, jdmed@jdmed.com.br, Marcio Goncalves <marcio.goncalves@mafrahospitalar.com.br>, licitacao1@wzhospitalar.com, fufamed@fufamed.com.br, Luiz FRAGA <luiz.fraga@airliquide.com>, diego@fufamed.com.br, HOSPIFER SOLUÇÕES MÉDICAS <hospifer@hospifer.com.br>, Jeniffer - Televendas <jeniffer@londricir.com.br>, BR Medical - Licitação <licitacao@brmedical.com.br>, Hayah Messer <gestao@laibomedical.com.br>, "MEDICOR PROD. HOSP." <licitacoes01@medicor-rs.com.br>, comercial4@bravmix.com.br, vendas@cirurgicaflorianopolis.com.br, BiancaNegreiros | e-Innovatio Group <bianca.negreiros@e-innovatio.com.br>, Brasil SHS Licitacoes <licitacoes@baxter.com>, Comercial Live Medical <comercial@live-medical.com>, Administrativo Live Medical <administrativo@live-medical.com>, Brasil SHS Pedidos <pedidos_brasil@baxter.com>, licitanutricao@originalfarma.com.br, nutricao@originalfarma.com.br, licitacao2@sulmedic.com, Licitação - Athos <licitacao@athos.med.br>, "Paula L. Severnini" <licitacao@jusimed.com.br>, lourdes@dmedic.com.br, medical@medicalprodutos.com.br, Vagner Vendedor Externo SOMASC <vagner.sc@somahospitalar.com.br>, marketing@fortecare.com.br, Licitação Max <licitacao02@maxcirurgica.com.br>, Vendas 08 Max <vendas08@maxcirurgica.com.br>, thiago@medicalprodutos.com.br, efetive@hotmail.com, licitacoes@navibrasil.com.br, silvio.buffa@navibrasil.com.br, icita04@navibrasil.com.br, rochadez@bol.com.br, licitacao@samtronic.com.br, Ilhatec - Orçamento <orcamentos@ilhatec.com.br>, setor.licitacao.sp@samtronic.com.br, licita@contatti.com.br, atendimento@lifemed.com.br, licitacoes.sp@nutriport.com.br, samara.stork@nutriport.com.br, hariell.pinheiro@nutriport.com.br, Pharmatex Comercial <vendas3.pharmatex@gmail.com>, vendas.sc@nutriport.com.br, Julio <vendas02@pontualhospitalar.com>, arketing@fortecare.com.br, thiago_otaviano@bd.com, itacavendas@itacalab.com.br, altairmiranda@itacalab.com.br, injex@injex.com.br, Citania Golo <citaniagolo@gmail.com>, gamapharma@terra.com.br, <a.maldaner@terra.com.br>, lifecor@lifecorbrasil.com.br, roberta@lifecorbrasil.com.br, luis.henrique@intelimed.com.br, intelimed@intelimed.com.br, unit.ciel@terra.com.br, eliete@lifecor.com.br, fenenergy@fenenergy.com.br, Vendas - Fenenergy Ltda <vendas@fenenergy.com.br>, Administração SC <admin.sc@fenenergy.com.br>, planobcom@uol.com.br, Vendas Gamacorp <vendas@gamacorphospitalar.com.br>, vendas@raiomedic.com.br, jefferson@raiomedic.com.br, kaled-comercio@hotmail.com, licitacao.hospmed@yahoo.com.br, processos@fama-sc.com.br, Ecomed Geral <ecommed@ecommed.com.br>, Marcia -Ecomed Rio <marcia@ecommed.com.br>, sdl1@empresasgap.com.br, alalmed@alalmed.com.br, liber@pib.com.br, licitacao@intensivemed.com.br, fiscal@assescont.com.br, farmaceutica@gamacorphospitalar.com.br, licitacao@pronefro.com.br, vendas@pronefro.com.br, licitacao@fortecare.com.br, vendas@fortecare.com.br, luiz.mazzari@bd.com, masif@terra.com.br, roberto@alpharad.com.br, Alpharad - William <ecotacoes@alpharad.com.br>, Licitações Cardiotronic <licitacao@cardiotronic.com.br>, lifesul@lifesul.com, lifesulsc@lifesul.com, sul-imagem@sul-imagem.com.br, licitacao@sul-imagem.com.br, atendimento@apmedical.com.br, pedidos.polysuture@covidien.com, Luciana <licitacao2@suturas.com.br>, shalon@suturas.com.br, Licitações | PARCOMED <licitacoes@parcomed.com.br>, debora@parcomed.com.br, brasuture@brasuture.com.br, vendas@marlexdobrasil.com.br, adm@marlexdobrasil.com.br, melo@tmmercantil.com.br, vendas8.sc@somahospitalar.com

Boa tarde,

Segue em anexo a Cotação Eletrônica nº **869/2024** para cotação de preços.

O acesso ao processo digital, pode ser realizado por meio do portal <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/atendimento>, link: "Consulta de processos" - **Processo SES 165670/2024**

COTAÇÃO EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, PROPOSTAS INICIAIS ENVIADAS POR E-MAIL NÃO SERÃO CONSIDERADAS PARA ESTE PROCESSO.

1 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

1.1 – Cadastro simplificado:

1.1.1 – A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção "Não tenho cadastro".

1.1.2 – A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <https://youtu.be/MtlIX39_ryg>

2- PROPOSTA

2.1 - A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

2.1.1 – As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <<https://youtu.be/8JL8ggARORs>>

2.1.2 – Após cadastrar a proposta, os participantes poderão registrar lances, até o prazo limite estabelecido em edital.

2.1.3 – Ao final do prazo, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o

último lance registrado, em campo específico do sistema.

2.1.4 – Documentos de qualificação técnica, quando exigidos em termo de referência, também deverão ser apresentados junto à proposta final.

ENCERRA O RECEBIMENTO DOS LANCES EM 01/08/2024, ÀS 14:00 HORAS.

Atentar-se para a validade da proposta para - 60 dias (sob pena de desclassificação)

Atenciosamente,

--



Franciele Garcia

Núcleo de Compra Direta - NUCOM

Diretoria de Aquisição e Contratos – DIAC

Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES

Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8911



Cotação Eletrônica 869-24.pdf

1786K

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES
RESULTADO DA COTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde - SES comunica o resultado da Dispensa de Licitação com Cotação Eletrônica nº 0869/2024.

Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER, conforme especificações constantes do Anexo I.

Item(ns): 1, 2 - Deserto
Valor total cotado: R\$ 0.00.

Processo SGP-e: SES 165670/2024.



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Gestão Administrativa - SGA
Diretoria de Aquisição e Contratos - DIAC

RESULTADO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA

1. REFERÊNCIA: Processo SES nº 165670/2024 – Cotação eletrônica nº 869/2024

2. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

3. NÃO COTADO:

Itens: 1 e 2.

Florianópolis, 1 de agosto de 2024.

[Assinado digitalmente]
Magali Rodrigues
Técnica em Atividades Administrativas
Diretoria de Aquisição e Contratos - DIAC

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



Assinaturas do documento



Código para verificação: **W35F99FU**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 05/08/2024 às 19:02:51

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfVzM1Rjk5RIU=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **W35F99FU** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



SOLICITANTE: GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Item	Cd CIASC	Descrição do Material	UN	Quant.	Unitário	Total
1	071382039	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada	peca	144	621,29	89.465,76
2	071382015	Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8	peca	48	4.543,47	218.086,56
Itens	2				Total	307.552,32

TOTAL GERAL: R\$ 307.552,32



**COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 964/2024
PROCESSO SES 165670/2024**

Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br/
www.portaldecompras.sc.gov.br/
Email: compradireta@saude.sc.gov.br
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8755

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas nesta cotação Eletrônica para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER, conforme especificações constantes do Anexo I.

Cadastro de proposta eletrônica e envio de lances: até 14h00min do dia 19/08/2024.

1 - PARTICIPAÇÃO:

1.1 - Cadastro simplificado:

1.1.1 - A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção "Não tenho cadastro".

1.1.2 - A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <https://youtu.be/MtILX39_ryg>

2 - PROPOSTA ELETRÔNICA

2.1 - A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

2.1.1 - A critério da Administração o prazo para recebimento de propostas, poderá ser prorrogado.

2.1.2 - As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <<https://youtu.be/8JL8qgAR0Rs>>

2.1.3 - Na data limite de cadastro de propostas, todos participantes deverão permanecer online para a negociação.

2.1.4 - Proposta readequada:

2.1.4.1 - Quando solicitado pelo agente de contratação direta, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema e no prazo estipulado.

2.2 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

2.2.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e **deve estar assinada pelo representante legal da empresa;**

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



2.2.2 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

2.2.3 - A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

2.2.3.1 - Preço unitário do item;

2.2.3.2 - Marca/fabricante;

2.2.3.3 - Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento;

2.2.3.4 - Apresentação do produto com detalhamento de cada item, modelo (se houver) e necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

2.2.3.5 - País de origem do produto;

2.2.3.6 - Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;

2.2.3.7 - Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;

2.2.3.8 - Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, acompanhado deste, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;

2.2.3.9 - Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;

2.2.3.10 - Se aplicável, a referência do produto.

2.2.4 - A critério da equipe técnica poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, nas hipóteses em que se entenda que a documentação apresentada não seja suficiente para comprovar o atendimento às especificações técnicas, em especial aos padrões mínimos de eficiência, qualidade e desempenho, conforme portaria vigente (ANEXO V);

2.2.5 - As amostras e/ou prospectos deverão ser providenciados no prazo de até 03 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação;

2.2.6 - A entrega de amostras deverá ocorrer no endereço: R. Esteves Junior, 160, Térreo – Protocolo, Centro, Florianópolis -SC, 88015-130; em dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 às 18:30h;

2.2.7 - As amostras serão avaliadas de acordo com o Formulário de Análise de Qualidade Técnica (ANEXO III).

3 – PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO:

3.1 - Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:

3.1.1 - Não aplicável nas dispensas de licitação, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei 123/2006.

3.2 - Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):

3.2.1 - Não será exigida.

3.3 - Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

3.3.1 - Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

3.4 - Subcontratação:

3.4.1 - Não será admitida.

3.5 - Do agrupamento de itens em lotes:

3.5.1 - Não há itens em lote para esta aquisição.

4 – HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.1 - Habilitação Jurídica:

4.1.1 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.1.2 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.1.3 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.1.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.1.7 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

4.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

4.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.2.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.3 - Qualificação Econômico-Financeira (Art. 18º, Inc. IX, Da Lei 14.133/2021):

4.3.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

4.3.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

4.4 – Qualificação - Técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

4.4.1 - Licença de Funcionamento Sanitária vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o protocolo de revalidação;

4.4.2 - Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União e/ou documento obtido a partir da página da ANVISA);

4.4.3 - Para os objetos que, de acordo com os regulamentos vigentes, forem dispensados da obrigatoriedade de **Licença de Funcionamento Sanitária e Autorização de Funcionamento**, deverão ter justificativas apresentadas pelo fornecedor.

5 – DAS OBRIGAÇÕES:

5.1 – Obrigações da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

5.1.1 - Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

5.1.2 - Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

5.1.3 - Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

5.1.4 - Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



5.1.5 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

5.1.6 - Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

5.1.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

5.1.8 - Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

5.1.9 - A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

5.1.10 - Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

5.1.11 - Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

5.1.12 - Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

5.1.13 - Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

5.1.14 - Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portalexterno/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-viportal-externo/).

5.2 – Obrigações da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

5.2.1 - Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

5.2.2 - Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

5.2.3 - Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

5.2.4 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

5.2.5 - Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.6 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

5.2.7 - Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

5.2.8 - Demais condições constantes do edital de licitação.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

6.1. Ao gestor do contrato/ata caberá:

- 6.1.1** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- 6.1.2** - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- 6.1.3** - Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- 6.1.4** - Comunicar à Diretoria de Aquisições e Contratos, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- 6.1.5** - Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico financeiro;
- 6.1.6** - Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- 6.1.7** - Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- 6.1.8** - O pedido de prorrogação de Contrato junto à DIAC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes;
- 6.1.9** - Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;
- 6.1.10** - Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- 6.1.11** - Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- 6.1.12** - Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- 6.1.13** - Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- 6.1.14** - Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- 6.1.15** - Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- 6.1.16** - Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- 6.1.17** - Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- 6.1.18** - Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- 6.1.19** - Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



6.1.20 - A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (**item 12 do Termo de Referência**).

6.1.21 – Gestor:

Solicitante	Matrícula	Gestor	TELEFONE / E-MAIL
GEBER	360.382-2-01	Alexandre de Souza	(48) 3665-5525 / souzaa@saude.sc.gov.br

6.2 – Ao fiscal do contrato/ata caberá:

6.2.1 - Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;

6.2.2 - Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;

6.2.3 - Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que fiscalizará, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;

6.2.4 - Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;

6.2.5 - Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

6.2.6 - Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;

6.2.7 - Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

6.2.8 - Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

6.2.9 - Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;

6.2.10 - Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;

6.2.11 - Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;

6.2.12 - Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;

6.2.13 - Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;

6.2.14 - Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

6.2.15 - Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

6.2.16 - Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



6.2.17 - Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à Diretoria de Aquisições e Contratos, para providenciar as penalidades cabíveis;

6.2.18 - Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

6.2.19 - Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;

6.2.20 - Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

6.2.21 - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

6.2.22 - Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

6.2.23 - Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

6.2.24 - A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (**item 12 do Termo de Referência**).

6.2.25 – Fiscal:

Solicitante	Matrícula	Fiscal	TELEFONE / E-MAIL
GEBER	377.977-7-01	Rodrigo Figueiredo de Souza	(48) 3665-5513 / gerabdasme@saude.sc.gov.br

7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1 - A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta cotação;

7.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

7.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

7.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da cotação, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/ Ordem de Fornecimento;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



7.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

7.4 - DA APLICAÇÃO DO DECRETO N.º 129/SC/2023 I

I – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

I.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

I.2 - Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art.4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.3 - Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.4 – Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 - As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
480091	5429	33.90.30.36	1.500.100.000

9 – ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (Art. 18, inc. X, Lei 14.133/2021 e Art. 4º, inc. III, do Decreto Estadual nº 47/2023):

9.1 - O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA, constante nos autos.

10 - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO:

10.1 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



11 - DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:

11.1 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.2 - A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A CONTRATADA também se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

11.3 - A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

11.4 - A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

11.5 - Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

11.6 - A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

11.7 - Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

11.8 - A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

11.9 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

11.10 - A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título.

12 – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

12.1 - Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

12.1.1 - A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

I - relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;

III - foto da fachada da sede da empresa; e

IV - extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

13 – PENALIDADES E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas nos art. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no Decreto Estadual nº 441/2023, quais sejam:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação direta ou a execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



fornecedores, em qualquer momento da contratação direta, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas no Decreto Estadual nº 441/2023;

13.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 5º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024);

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 deste Aviso de Contratação Direta e/ou Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 8º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024);

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste Aviso de Contratação Direta e/ou Contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 9º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024).

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2.4.3. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei Federal nº 14.133/2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/ 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.13. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina – CADPEN/SC;

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas nesta cotação e dos documentos anexos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

14.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 125, da Lei de Licitações);

14.3 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

14.4 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados nesta cotação.

14.5 - O resultado desta cotação de preços será disponibilizado para acompanhamento nos sites:

<https://portaldecompras.sc.gov.br/>

<http://edital.saude.sc.gov.br/>

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>

15 – DO FORO

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa a qualquer outro.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Gestão Administrativa - SGA
Diretoria de Aquisição e Contratos - DIAC

Florianópolis, 09 de agosto de 2024.

Núcleo de Compra Direta
Diretoria de Aquisição e Contratos

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ANEXO I
MATERIAL - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: GERÊNCIA DE BENS REGULARES – GEBER.
Cotação Eletrônica nº 964/2024 - Protocolo: SES 165670/2024

RELAÇÃO DE COMPRA Nº 965/2024 (TOTAL)

Item	Grupo/ Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	6678	071382039	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada, para aspiração de átrio esquerdo, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação do produto, procedência, tipo e data de esterilização, data fabricação, validade, nº do lote e registro no MS	Peça	144
2	6678	071382015	Cânula femoral venosa em poliuretano, aramada, com sistema de punção percutânea, com guia, com conector 3/8 – diâmetro de 21 á 24 Fr, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação de produto, procedência, data de esterilização, data da fabricação, validade e número do lote, registro RMS	Peça	48

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - Como o objeto da presente cotação eletrônica é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 - As entregas serão efetuadas conforme condições das Ordens de Fornecimentos para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
GEBER	Gerência de Bens Regulares	Rua Judite Melo dos Santos, 251 – Galpão 06 a 09 Distrito Industrial – São José – SC Cep. 88.104-765	(48) 3665-5510

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



3 - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO (Art. 6º, inc. XXIII, “G” e Art. 40, §1º, inc. II, da Lei 14.133/2021):

3.1 - Prazos:

3.1.1 - Prazos: Prazo de entrega do objeto: 10 dias após recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

3.1.2 - Prazo de recebimento provisório: No ato;

3.1.3 - Prazo de recebimento definitivo: 10 dias;

3.1.4 - Prazo de troca de bens rejeitados: 10 dias;

3.1.5 - Prazo para liquidação do documento fiscal: 5 dias úteis;

3.1.6 - Prazo de pagamento: 30 dias após o recebimento definitivo do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

4 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021):

4.1 - O compromisso será firmado por meio de Ordem de Fornecimento (OF) com entrega imediata, conforme especificações e quantitativos previstos no item 1 do presente termo;

4.2 - As quantidades informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

4.3 - A entrega deverá ser efetuada diretamente à Gerência de Bens Regulares (GEBER) conforme especificação do objeto no endereço: Rua Judite Melo dos Santos, nº 251, galpão 06 e 09 - Distrito Industrial – São José – SC, CEP 88104-765, telefone (48) 3664-7794;

4.4 - Quando necessário equipamentos/materiais em comodato, estes deverão ficar à disposição da Unidade Solicitante enquanto houver estoque dos insumos relacionados;

4.5 - Quando necessário equipamentos/materiais em comodato a contratada será responsável pela manutenção das condições de funcionamento destes equipamentos/materiais, devendo substituí-los por similares durante o período de manutenção;

4.6 - Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição;

4.7 - O prazo de entrega será de 10 (dez) após recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

4.8 - O objeto será recebido, provisoriamente, no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

4.9 - O objeto será recebido, definitivamente, em 10 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

4.10 - O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

4.11 - O material deverá indicar na embalagem terciária (transporte) a razão social da Contratada, o número do processo de compra, o número da nota fiscal e o número do documento de fornecimento;

4.12 - O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

4.13 - O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade no momento do recebimento;

4.14 - Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;

4.15 - A embalagem deverá estar íntegra e em perfeitas condições de utilização;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



4.16 - O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com as legislações vigentes para cada item;

4.17 - Produtos com temperaturas controladas não serão aceitos com divergências, conforme a comprovação da medição realizada na conferência do item;

4.18 - Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

4.19 - A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

4.20 - O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

4.21 - A contratada deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas Unidades Solicitantes, mediante demanda da equipe técnica, quando necessário.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SGPe SES 165670/2024

REQUISITANTE

Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras

1. OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A”; ART. 18º, II, e ART. 40, §1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)

Solicitação de aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

- As condições de vigência e prorrogação constam no item 12.

1.1. Especificações e quantidades

1.1.1. Conforme ANEXO I (Requisição nº 3879/2024) e ANEXO IV.a (Relação de Compras Total nº 811/2024);

1.2. Do catálogo eletrônico de padronização de compras (art. 19º, II, da Lei nº 14.133/2021)

1.2.1. As especificações contidas nos anexos supracitados, respeitam o Catálogo de Materiais e Serviços do Governo de SC (NUC). A consulta pode ser feita pelo [link](#)

1.2.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no presente Termo de Referência e no Catálogo, prevalecem as primeiras.

1.3. Da natureza do objeto (art. 20º da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 2355/2021)

1.3.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características técnicas e funcionais, definidas por meio de especificações usuais existentes no mercado;

1.3.2. Não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022;

1.3.3. Não se enquadram como bens de luxo, conforme definição do art. 2º, II, Resolução TCU nº 341/2022, como aquele “de consumo ostentatório, opulento, de abordagem personalizada ou refinada, de elevado grau de sofisticação, de distribuição seletiva, alto preço, escassez, raridade e exclusividade, com forte apelo estético, de tradição ou história, cuja qualidade supera a das demandas ordinárias das unidades do Tribunal, por haver substitutos com características técnicas e funcionais equivalentes de qualidade comum”.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “B” DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, esta aquisição se justifica por:

A Secretaria do Estado da Saúde, dentre outras atribuições, é responsável pela administração de quatorze unidades hospitalares e unidades administrativas, o que inclui o suprimento de bens de consumo. A aquisição de bens de consumo como materiais comuns e àqueles de enfermaria e cirurgia decorre da necessidade dos mesmos para o funcionamento das unidades hospitalares e administrativas, permitindo o atendimento das unidades, contribuindo para o tratamento, prevenção e promoção da saúde da população catarinense.

A ausência da aquisição dos materiais poderá ocasionar a impossibilidade do atendimento dos serviços de saúde prestados pelos estabelecimentos, resultando em consequências danosas à população, incluindo risco de perda de vida. A Dispensa de Licitação faz-se necessária em virtude ao risco de desabastecimento causado por editais frustrados e/ou consumo acima do planejado.



Os quantitativos previstos foram planejados pelo responsável almoxarife de cada unidade com a supervisão de suas respectivas Diretorias, e com o auxílio da Diretoria de Planejamento e Gestão em Compras (DPGC). A análise ocorre baseada em um relatório contendo o consumo dos últimos 12 meses de cada bem de consumo, a proporção do consumo pelas unidades de acordo com o centro de custo, a previsão de aumento de leitos ou abertura de serviços e os valores unitários e totais. O planejamento 2024 para cada unidade pode ser encontrado no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe), processo digital SES 234036/2023.

A aquisição ocorre de forma centralizada para todas as unidades e é planejada para 12 meses. No mais, é realizado o monitoramento contínuo dos contratos vigentes, consumo mensal com análise de saldo, estoque no almoxarifado e nas unidades para cálculo e previsão das aquisições, conforme torna-se necessário.

Com relação a situação de cada item, apresenta-se abaixo a justificativa detalhada:

Item 71382039, sem ata vigente, sem AF pendente, com Estoque GEBER zerado;

Informamos que este item é essencial por se tratar de insumo indispensável à assistência e o desabastecimento prejudicará significativamente o atendimento à pacientes.

O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual (processo digital SES 234036/2023, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM²:

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO				EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:12:35	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.		
71382039 UN		PECA			
CÂNULA DE VENT EM SILICONE COM PONTA ARAMADA					
	SALDO ESTOQUE	0,0000	PONTO CRÍTICO	6,0000	
	SALDO TRÂNSITO	0,0000	MÉDIA MENSAL	4,0000	
		PERÍODO	CONSUMO		
		2023/10	3,0000		
		2023/09	5,0000		
		2023/08	18,0000		
		2023/07	22,0000		
SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO				EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:12:35	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.		
71382039 UN		PECA			
CÂNULA DE VENT EM SILICONE COM PONTA ARAMADA					
	SALDO ESTOQUE	0,0000	PONTO CRÍTICO	6,0000	
	SALDO TRÂNSITO	0,0000	MÉDIA MENSAL	4,0000	
		PERÍODO	2023/10		
ESTAB	SIGLA	SALDO ESTOQ	SALDO TRANS	PONTO CRÍTICO	MÉDIA MENSAL CONSUMO
241	ICSC	0,0000	0,0000	2,7500	1,8333 3,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 51 (0min 4s 137ms)

Requisição: 3879/2024	Relação de compra: 811/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 165670/2024	Edital nº: ATIVO RC			
Pedido: 144	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 85.916,16		
Qt. autorizada: 144	Qt. Total: 144	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2941/2024	Relação de compra: 572/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 90
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 120139/2024	Edital nº: 656/24 (DL) ATIVO EDT			
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 618,25	Total: 55.642,50		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 362/2024	Relação de compra: 73/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 132
Item nº: 4	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 266038/2023	Edital nº: 209/24 (DL) NÃO COTADO EDT			
Pedido: 132	Veze: 1	Valor item: 561,49	Total: 74.116,68		
Qt. autorizada: 132	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 362/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 4	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 209/24 (DL (não cotado) LIBERADO REQ			
Pedido: 132	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 78.756,48		
Qt. autorizada: 132	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7057/2023	Relação de compra: 1846/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 336
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 244767/2023	Edital nº: 161/24 (PE)(SEA) DESERTO EDT			
Pedido: 28	Veze: 12	Valor item: 613,83	Total: 206.246,88		
Qt. autorizada: 28	Qt. Total: 336	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7057/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 161/24 (PE (deserto)(SEA) LIBERADO REQ			
Pedido: 28	Veze: 12	Valor item: 596,64	Total: 200.471,04		
Qt. autorizada: 28	Qt. Total: 336	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço

Nº Item

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante

Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

TODAS

todas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 51 (0min 4s 137ms)

Requisição: 7037/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº:	LIBERADO REQ		
Pedido: 80	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 47.731,20		
Qt. autorizada: 80	Qt. Total: 80	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 5715/2023	Relação de compra: 1529/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 120
Item nº: 3	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 187724/2023	Edital nº: 1412/23 (DL)	NÃO COTADO EDT		
Pedido: 120	Veze: 1	Valor item: 618,32	Total: 74.198,40		
Qt. autorizada: 120	Qt. Total: 120	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 5715/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 3	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1412/23 (DL (não cotado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 120	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 71.596,80		
Qt. autorizada: 120	Qt. Total: 120	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4989/2023	Relação de compra: 1373/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 90
Item nº: 2	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 158819/2023	Edital nº: 1154/23 (DL)	NÃO COTADO EDT		
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 618,07	Total: 55.626,30		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4989/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1154/23 (DL (não cotado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 53.697,60		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2557/2023	Relação de compra: 877/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 300
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 91754/2023	Edital nº: 1191/23 (PE)	DESERTO EDT		
Pedido: 25	Veze: 12	Valor item: 618,07	Total: 185.421		
Qt. autorizada: 25	Qt. Total: 300	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por: Material/Serviço

Nº Item: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada

Executar pesquisa

Ordenar por: Número do item, Código do Material, Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante: Unidade Municipal

Situação: todas

Referência: Ano De: Ano Até:

Item 71382015, sem ata vigente, sem AF pendente, com Estoque GEBER zerado;

Informamos que este item é essencial por se tratar de insumo indispensável à assistência e o desabastecimento prejudicará significativamente o atendimento à pacientes.

O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual (processo digital SES 234036/2023, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM²:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:17:53	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES. FORMA APRES.		
71382015 UN		PECA		
CANULA FEMORAL VENOSA-POLIURETANO ARAM. C/CONC.3/8				
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	2,2500
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	1,5000
			PERÍODO	CONSUMO
			2024/04	1,0000
			2024/03	2,0000
			2024/02	1,0000
			2024/01	3,0000
			2023/12	2,0000
			2023/11	2,0000
			2023/10	2,0000
			2023/09	0,0000
			2023/08	3,0000
			2023/07	2,0000
SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:17:53	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES. FORMA APRES.		
71382015 UN		PECA		
CANULA FEMORAL VENOSA-POLIURETANO ARAM. C/CONC.3/8				
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	2,2500
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	1,5000
			PERÍODO	2024/04
ESTAB	SIGLA	SALDO ESTOQ	SALDO TRANS	PONTO CRÍTICO MÉDIA MENSAL CONSUMO
236	HRHDS	0,0000	0,0000	2,0000 1,3333 1,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 59 (0min 4s 243ms)

Requisição: 3879/2024	Relação de compra: 811/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 165670/2024	Edital nº:	ATIVO RC		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 170.400		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2577/2024	Relação de compra: 434/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 48
Item nº: 3	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 94178/2024	Edital nº: 490/24 (DL)	NÃO COTADO EDT		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 4.422,83	Total: 212.295,84		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2577/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 3	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 490/24 (DL (não cotado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 170.400		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 677/2024	Relação de compra: 131/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 23
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 28383/2024	Edital nº: 217/24 (DL)	FRUSTRADO EDT		
Pedido: 23	Veze: 1	Valor item: 4.194,43	Total: 96.471,89		
Qt. autorizada: 23	Qt. Total: 23	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 677/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 217/24 (DL (frustrado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 23	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 81.650		
Qt. autorizada: 23	Qt. Total: 23	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 292/2024	Relação de compra: 52/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 132
Item nº: 8	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 12266/2024	Edital nº: 397/24 (PE)(SEA)	ATIVO EDT		
Pedido: 11	Veze: 12	Valor item: 4.194,43	Total: 553.664,76		
Qt. autorizada: 11	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço

Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com i

Nº item

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante

☐ Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

TODAS

todas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 59 (0min 4s 243ms)

Requisição: 4033/2023	Relação de compra: 1134/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 15	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 129596/2023	Edital nº: 1572/23 (PE)			
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.759,19	Total: 270.661,68		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4033/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 15	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1572/23 (PE (deserto))			
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.550	Total: 255.600		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 1588/2023	Relação de compra: 499/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 6	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 44369/2023	Edital nº: 739/23 (PE)			
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.646,82	Total: 262.571,04		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 1588/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 6	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 739/23 (PE (deserto))			
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.550	Total: 255.600		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7130/2022	Relação de compra: 2783/2022	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 17	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 219568/2022	Edital nº: 20/23 (PE)			
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.224,66	Total: 232.175,52		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7130/2022	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 17	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 20/23 (PE (deserto))			
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 1.475,70	Total: 106.250,40		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço N° item

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante ☐ Unidade Municipal

Situação

TODAS todas

Referência Ano De Ano Até



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ART. 6º, XXIII, “C” e ART. 18º, §1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, a contratação da solução mostra-se necessária para resolver a demanda apresentada. Os valores e os quantitativos estão previstos no plano anual de compras, demonstrando ser uma aquisição economicamente viável; já a contratação da proposta, com o objetivo de atender a demanda SES demonstra ser uma solução tecnicamente viável.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº 14.133/2021)

- 4.1. Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta (item 6.) e as especificações e quantidades do objeto (item 1.1.);
- 4.2. Atendimento aos critérios de habilitação (item 7.);
- 4.3. E atendimento as condições de execução do objeto (item 9.).

5. DOS PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO

5.1. **Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:**

5.1.1. Não aplicável nas dispensas de licitação, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei 123/2006.

5.2. **Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):** não será exigida.

5.3. **Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):** Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

5.4. **Subcontratação:** Não será admitida.

5.5. **Do agrupamento de itens em lotes:** não há itens em lote para esta aquisição.

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

- 6.1.1. Preço unitário do item;
- 6.1.2. Marca/fabricante;
- 6.1.3. Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento;
- 6.1.4. Apresentação do produto com detalhamento de cada item, modelo (se houver) e necessariamente a forma de apresentação e quantidade;
- 6.1.5. País de origem do produto;
- 6.1.6. Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;
- 6.1.7. Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;
- 6.1.8. Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com este, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;



6.1.9. Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;

6.1.10. Se aplicável, a referência do produto.

6.2. A critério da equipe técnica poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, nas hipóteses em que se entenda que a documentação apresentada não seja suficiente para comprovar o atendimento às especificações técnicas, em especial aos padrões mínimos de eficiência, qualidade e desempenho, conforme portaria vigente (ANEXO V).

6.3. As amostras e/ou prospectos deverão ser providenciados no prazo de até 03 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação;

6.4. A entrega de amostras deverá ocorrer no endereço: R. Esteves Junior, 160, Térreo – Protocolo, Centro, Florianópolis -SC, 88015-130; em dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 e 18:30h;

6.5. As amostras serão avaliadas de acordo com o Formulário de Análise de Qualidade Técnica (ANEXO V).

7. DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.1. Habilitação Jurídica

7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Qualificação econômico-financeira (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.4. Qualificação-técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

7.4.1. **Licença de Funcionamento Sanitária** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o protocolo de revalidação;

7.4.2. **Autorização de Funcionamento (AFE)** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União e/ou documento obtido a partir da página da ANVISA);

7.4.3. Para os objetos que, de acordo com os regulamentos vigentes, forem dispensados da obrigatoriedade de **Licença de Funcionamento Sanitária e Autorização de Funcionamento**, deverão ter justificativas apresentadas pelo fornecedor.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, “H” DA LEI Nº 14.133/2021)

8.1. A forma de seleção se dará por meio de DIPENSA DE LICITAÇÃO;

8.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO;

8.3. Será considerado primeiro classificado, o fornecedor que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. O compromisso será firmado por meio de Ordem de Fornecimento (OF) com entrega imediata, conforme especificações e quantitativos previstos no item 1 do presente termo;

9.2. As quantidades informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

9.3. A entrega deverá ser efetuada diretamente à Gerência de Bens Regulares (GEBER) conforme especificação do objeto no endereço: Rua Judite Melo dos Santos, nº 251, galpão 06 e 09 - Distrito Industrial – São José – SC, CEP 88104-765, telefone (48) 3664-7794;



9.4. Quando necessário equipamentos/materiais em comodato, estes deverão ficar à disposição da Unidade Solicitante enquanto houver estoque dos insumos relacionados;

9.5. Quando necessário equipamentos/materiais em comodato a contratada será responsável pela manutenção das condições de funcionamento destes equipamentos/materiais, devendo substituí-los por similares durante o período de manutenção;

9.6. Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição;

9.7. O prazo de entrega será de 10 (dez) após recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

9.8. O objeto será recebido, provisoriamente, no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.9. O objeto será recebido, definitivamente, em 10 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.10. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

9.11. O material deverá indicar na embalagem terciária (transporte) a razão social da Contratada, o número do processo de compra, o número da nota fiscal e o número do documento de fornecimento;

9.12. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

9.13. O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade no momento do recebimento;

9.14. Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;

9.15. A embalagem deverá estar íntegra e em perfeitas condições de utilização;

9.16. O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com as legislações vigentes para cada item;

9.17. Produtos com temperaturas controladas não serão aceitos com divergências, conforme a comprovação da medição realizada na conferência do item;

9.18. Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

9.19. A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

9.20. O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

9.21. A contratada deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas Unidades Solicitantes, mediante demanda da equipe técnica, quando necessário.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, “F” DA LEI Nº 14.133/2021)

10.1. Ao gestor do contrato/ata caberá:

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;



- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à Diretoria de Aquisições e Contratos, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- h) O pedido de prorrogação de Contrato junto à DLIC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes;
- i) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;
- j) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- k) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- l) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- m) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- n) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- o) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- p) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- q) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- r) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- s) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.
- t) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 12).

10.2. Ao fiscal do contrato/ata caberá:

- a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;



- c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;
- e) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- f) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i) Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- j) Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k) Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- l) Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m) Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o) Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q) Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à Diretoria de Aquisições e Contratos, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r) Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- s) Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- t) Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- u) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- v) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- w) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.
- x) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 12).



11. DA OBRIGAÇÕES

11.1. Obrigações específicas da contratada:

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

11.2. Obrigações específicas da contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;



- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
 - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 12.1.5. fraudar a licitação;
 - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1 e 12.1.2 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato lícitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato lícitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 9º do Decreto Estadual nº 441/2024.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DO CONTRATO

13.1. **Instrumento Contratual:** Ordem de Fornecimento.

13.2. **Vigência do contrato:** entrega imediata (10 dias).

13.3. **Gestão e Fiscalização:**

Gestor:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/ EMAIL
GEBER	360.382-2-01	Alexandre de Souza	(48) 3665-5525 souzaa@saude.sc.gov.br

Fiscal:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL	TELEFONE/ EMAIL
-------------	-----------	--------	-----------------



GEBER	377.977-7-01	Rodrigo Figueiredo de Souza	(48) 3665-5513 gerabdamad@saude.sc.gov.br
-------	--------------	-----------------------------	--

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G” e ART. 40º, §1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)

14.1. Prazos:
14.1.1. Prazo de entrega do objeto: 10 dias após recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;
14.1.2. Prazo de recebimento provisório: no ato;
14.1.3. Prazo de recebimento definitivo: 10 dias;
14.1.4. Prazo de troca de bens rejeitados: 10 dias;
14.1.5. Prazo para liquidação do documento fiscal: 5 dias úteis;
14.1.6. Prazo de pagamento: 30 dias após prazo de liquidação do documento fiscal com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

15. DO VALOR ESTIMADO (ART. 6º, XXIII, “I”; ART. 18º, IV, e ART. 23º e 24º DA LEI Nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 16/2022/SEA)

Os valores foram estimados conforme a Planilha de Pesquisa de Preços (ANEXO III) e Relação de Compras Orçamento (ANEXO IV.b).
15.1. Os preços estimados determinados com base em menos de 3 preços, foram devidamente justificados na Planilha de Pesquisa de Preços, com aval do gestor responsável (Diretor) e da autoridade competente (Superintendente), condicionada a assinatura do Termo de Referência.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “J” DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, VII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

16.1. As despesas ocorrerão conforme classificação orçamentária emitida pela Superintendência do Fundo Estadual de Saúde em documento pensado ao processo.

17. ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (ART. 18º, X, DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, III, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA (ANEXO VI).

18. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
b) Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
c) Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Vanessa Soares	623.843-2-02	(48) 3664.7854/ naenf@saude.sc.gov.br

20. GESTOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Crystian Gonçalves Martins	369.495-0-01	(48) 3664.8788/ dpgc@saude.sc.gov.br

21. AUTORIDADE COMPETENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Willian Westphal (Superintendente e.e.)	0616278-9-02	(48) 3664.7266 / sge@saude.sc.gov.br

Data da assinatura digital

A validade deste documento está condicionada às assinaturas digitais no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe.

Versão Jul/2024



FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE QUALIDADE TÉCNICA (FAT)

INSTITUIÇÃO: SETOR:
DATA DE ENTREGA: DATA DE RETORNO*:
PSES: EDITAL: LOTE (se houver): ITEM:
MARCA: EMPRESA: FABRICANTE: ORIGEM:
REFERÊNCIA: RMS: RESPONSÁVEL: CONTATO:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO

Avalie os itens a seguir (assinale com um “X” o campo correspondente): ADEQUADO, INADEQUADO OU NÃO AVALIADO.

PONTOS AVALIADOS	ADEQUADO assinale com um “X”	INADEQUADO assinale com um “X”	SE INADEQUADO, INDICAR O MOTIVO	SE NÃO AVALIADO INDICAR O MOTIVO
Embalagem				
Qualidade				
Funcionalidade				
Aplicabilidade				
Especificações técnica (conforme descritivo)				
Observação/ Outras considerações (utilizar o verso):				

CONCLUSÃO DO TESTE REALIZADO: () APROVADO () REPROVADO () NÃO AVALIADO – JUSTIFICAR

* Conforme Portaria nº 973/2022, as Unidades da SES terão o prazo de 15 (quinze) dias para avaliação das amostras e preenchimento da Ficha de Avaliação Técnica do produto e 7 (sete) dias em casos de possibilidade de desabastecimento. Caso o prazo não seja respeitado, o produto de menor preço será considerado APROVADO para aquisição.

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELO PARECER: _____

Declaração de conflito de interesse: Declaro para os devidos fins que NÃO possuo Interesse financeiro ou de outra natureza em qualquer relação com a empresa indicada, que poderá constituir um real, potencial ou aparente conflito de interesse em relação a indicação do material a ser utilizado nos procedimentos de enfermagem e cirurgia. Durante os últimos cinco anos, NÃO TIVE qualquer emprego ou relação profissional com alguma organização que é fabricante ou fornecedora dos materiais médico-hospitalares.

Assinatura (física ou digital)	Assinatura (física ou digital)	Assinatura (física ou digital)
Carimbo ou nº do registro profissional	Carimbo ou nº do registro profissional	Carimbo ou nº do registro profissional

Após **preenchido** e **assinado**, encaminhar o formulário via SGP-e para **SES/DPGC/NAENF**

Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras
Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais de Enfermagem e Cirurgia (NAENF)
Versão agosto/2023

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 80/2022 (REF. PROCESSO SIE 34922/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 750-0 Jacinto Machado/Criciúma. Cancelar com saída de Jacinto Machado às 13:00 e com saída de Criciúma às 10:00 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856627

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 81/2022 (REF. PROCESSO SIE 34916/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 751-0 Araranguá/Criciúma. Com saídas de Araranguá às 09:15 de segunda a sexta-feira anual, alterar frequência para segunda à sábado; às 10:30 de segunda à sábado, anual, alterar horário para 10:00 de segunda à sexta, anual; e cancelar às 14:15 de segunda a sexta, anual. Com saída de Criciúma, cancelar às 16:30 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856628

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 82/2022 (REF. PROCESSO SIE 34913/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para o cancelamento de horários na linha 619-0 Araranguá/Criciúma, com saídas de Criciúma às 08:30 horas de segunda a sábado, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856629

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 83/2022 (REF. PROCESSO SIE 34912/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 069-0 Araranguá/Florianópolis. Alterar período com saída de Araranguá às 09:00 e com saída de Florianópolis às 09:15 horas, domingos e feriados, de anual para verão. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856630

Saúde

PORTARIA nº 973 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de Junho de 2019;
CONSIDERANDO que o tempo atual de análise de amostras em processos licitatórios corresponde parte significativa do tempo total de aquisição;
CONSIDERANDO que esta análise é realizada nas unidades da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) e;
CONSIDERANDO a necessidade de ações visando a redução do tempo de aquisição e dessa forma, evitando a interrupção do abastecimento das unidades SES, **RESOLVE:**
Art.1º - Nos processos de aquisição de bens, as amostras serão solicitadas quando não houver histórico de aquisição pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) e/ou registro válido no Banco de Marcas, além de registro de queixas técnicas.
§ 1º Nos casos das amostras entregues pelo fornecedor na Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC), estas serão submetidas à análise preliminar e, se identificadas como inadequadas,

serão reprovadas pela equipe técnica da DPGC sem o envio às unidades SES. As amostras aptas para avaliação nas unidades SES, serão enviadas por meio do setor de Protocolo/SES.
§ 2º Para amostras julgadas como aptas na análise preliminar, descrita no § 1º e a avaliação da amostra não depender do uso em pacientes e/ou da análise pela unidade demandante, e em casos de emergência ou calamidade pública e houver possibilidade de avaliação pelos técnicos da DPGC, o preenchimento do Formulário de Análise de Qualidade Técnica (FAT) poderá ser realizado pelo núcleo pertinente, sem a necessidade de envio às unidades SES.
§ 3º Para amostras em que a DPGC considerar pertinente a avaliação pelas unidades SES, a DPGC encaminhará o FAT e as amostras para a unidade SES com maior demanda. Caso necessário, a DPGC poderá encaminhar para até 3 (três) unidades SES.
§ 4º Em caso de divergência de análise nas Unidades SES, conforme § 3º, caberá a Superintendência responsável pela Unidade SES a decisão final sobre o resultado da análise da amostra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos.
Art. 2º - As unidades da SES terão o prazo de 15 (quinze) dias consecutivos para avaliação das amostras e devolução do processo digital (SPGe) do FAT e 7 (sete) dias consecutivos em casos de possibilidade de desabastecimento.
§ 1º Em caso de não cumprimento do prazo estabelecido no Art. 2º, caberá a Superintendência responsável pela Unidade SES a decisão sobre o resultado da análise da amostra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos.
§ 2º As amostras serão automaticamente aprovadas, no descumprimento dos prazos descritos nos Art 2º e seu § 1º.
Art. 3º - Os critérios estabelecidos no FAT serão definidos pela DPGC, conforme a natureza do bem.
§ 1º A unidade deverá, obrigatoriamente, descrever as razões de possível inadequação do produto avaliado, segundo os critérios estabelecidos no FAT.
Art. 4º - A guarda e conservação da amostra ficará sob responsabilidade do representante legal da unidade SES em posse. § 1º Será de responsabilidade da unidade SES a devolução das amostras não utilizadas à DPGC, quando esta for o local de origem do envio, ou ao fornecedor, quando as amostras forem entregues por este diretamente às unidades SES.
Art. 5º - O início da contagem dos prazos contidos nesta portaria inicia a partir do envio do processo digital.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.
Cod. Mat.: 856550

PORTARIA nº. 970 – 15/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860/2022 e conforme processo SES 165497/2022, resolve **REMOVER** a servidora **IVANA TONON**, matrícula nº. 0665398-7-01, ocupante do cargo de Enfermeira, originária do Hospital Governador Celso Ramos - HGCR, nível GEPRO-SES-16/E, para atuar no Hospital Nereu Ramos - HNR, a contar de 01/10/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856594

PORTARIA nº 983 de 19/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso III, artigo 7º do Decreto nº 1.860 de 13 de abril de 2022 e tendo em vista os termos constantes no processo SES 132852/2022, para fins de regularização funcional da servidora **MARIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0175627-3-01, RESOLVE:

RETIFICAR na Portaria nº 532/SES/2008, publicada no D.O.E. nº 18.436 de 01/09/2008, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-B, leia-se: 11-E;

RETIFICAR na Portaria nº 762/SES/2009, publicada no D.O.E. nº 18.652 de 22/07/2009, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-C, leia-se: 11-F;

RETIFICAR na Portaria nº 695/SES/2011, publicada no D.O.E. nº 19.157 de 23/08/2011, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-D, leia-se: 11-G;

RETIFICAR na Portaria nº 521/SES/2013, publicada no D.O.E. nº 19.628 de 31/07/2013, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-E, leia-se: 11-H.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856598

PORTARIA nº. 975 – 16/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos Decreto nº. 1860/2022, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde emitido pela Gerência de Perícia Médica da Secretaria de Estado da Administração em 11/08/2022 e conforme processo SES 134172/2022, resolve **REMOVER** o servidor **IVAM MACHADO**, matrícula nº. 0377744-8-01, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, lotado no Hospital Regional São José Dr. Homero de Miranda Gomes - HRSJ, nível GEPRO-SES-12/J, para atuar na Gerência de Patrimônio - GEPAT, a contar de 23/09/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856657

PORTARIA nº. 979 – 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860 e conforme processo SES 70160/2022, resolve **REMOVER** a servidora **KARINE SILVANA DE SOUZA COUTINHO**, matrícula nº. 0377723-5-01, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, lotada na Gerência de Saúde de Tubarão, nível GEPRO-SES-12/J, para atuar na Unidade Descentralizada de Controle, Avaliação e Auditoria - UDECA de Tubarão.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856680

PORTARIA nº 984 de 19/09/2022.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 291 de 12/05/2020, **RESOLVE CONSIDERAR DEMITIDOS** nos termos do artigo 11 da Lei Complementar nº 260/2004, os contratos com data fim no mês de **Julho de 2022**, dos servidores lotados nas unidades pertencentes à Secretaria de Estado da Saúde SC, como segue.

NOME	Matrícula	Data de- missão
CENTRAL DE REGULACAO DE INTERNACOES HOSPITA- LARES		
TECNICO EM ENFERMAGEM		
ALINE FATIMA BANCK	610903-9-01	01/07/2022
CENTRO CATARINENSE DE REABILITACAO		
FONOAUDIOLOGO		
JOSEANE DOS SANTOS DE LIMA	639507-4-01	01/07/2022
DO NASCIMENTO		
CONSULTORIA JURIDICA		
FARMACEUTICO		
ANGELA PATRICIA FRANCA	633043-6-02	27/07/2022
ELAINE LEOCADIA ANTON AMA- RANTES	611050-9-02	12/07/2022
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
SILVIA EMILY SCHAFASCHEK DE ANDRADE	989993-6-02	30/07/2022
DIRETORIA DE EDUCACAO PERMANENTE EM SAUDE		
ENFERMEIRO - SAUDE PUBLICA		
CAMILA BELTRAME BAGIO	630652-7-01	01/07/2022
DIRETORIA DE GESTAO DE PESSOAS		
PSICOLOGO		
ANDRESA DAROSCI SILVA	631647-6-01	01/07/2022
RIBEIRO		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
MARINA DAUX FRANCO	996031-7-02	01/07/2022
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
MATHEUS AMARAL DA COSTA	642163-6-01	02/07/2022
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO DE COMPRAS		
FARMACEUTICO - SAUDE PUBLICA		
EDNEIA LUZIA SANTOS BRITO	690630-3-02	11/07/2022
VIEIRA		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
PAOLA ALINE AMARANTE BORBA	644301-0-01	08/07/2022
DIRETORIA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		
MEDICO - INFECTOLOGIA		
PATRICIA DE ALMEIDA VANNY	612001-6-02	31/07/2022
DIRETORIA DE VIGILANCIA SANITARIA		
ENFERMEIRO		
VANESSA MORENO BLANCO	634177-2-01	09/07/2022
GERENCIA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E MANU- TENCAO		
ENGENHEIRO ELETRICISTA		
RODRIGO TETSUO BURDA	626982-6-01	07/07/2022
SENZAKI		
ENGENHEIRO MECANICO		
JOSE ALMIR COIMBRA	618298-4-01	01/07/2022
GERENCIA DE ANATOMIA PATOLOGICA		
TECNICO EM ENFERMAGEM		
EDUARDO DA SILVA BISPO	616304-1-01	01/07/2022
GERENCIA DE CONTRATUALIZACAO DOS SERVICOS DO SUS		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		

PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL. FLORIANOPOLIS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2022. THIAGO AUGUSTO VIEIRA
Secretário de Infraestrutura

Cod. Mat.: 855927

Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA.

A DIRETORA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 44 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.793/94 e o inciso III do artigo 64 da Lei Estadual nº 6.320/1983 e o artigo 53 do Decreto Estadual nº 23.663/1984, notifica o autuado identificado no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência quanto ao **Auto de Imposição de Penalidade abaixo relacionado**. Poderá ser interposto recurso contra a autuação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da efetiva notificação, na forma do art. 69 da Lei Estadual nº 6.320/1983. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado na Diretoria de Vigilância Sanitária, na Av. Rio Branco, 152, Centro, Florianópolis/SC. E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

Florianópolis, 14 de setembro de 2022

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

1. AUTUADO:SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CNPJ/CPF: 74.047.341/0001-59
PROCESSO: SES 00154462/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006524/22

2. AUTUADO:LEANDRO APARECIDO DE PAULA
CNPJ/CPF: 19.634.481/0001-15
PROCESSO: SES 00061032/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006577/22

3. AUTUADO:ESPORTE CLUBE INTERNACIONAL
CNPJ/CPF: 75.323.907/0001-90
PROCESSO: SES 00139443/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006708/22

4. AUTUADO:K.N.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS LTDA
CNPJ/CPF: 17.127.400/0001-65
PROCESSO: SES 00014476/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006396/22

Cod. Mat.: 855516

PORTARIA nº 967/2022 de 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o dispositivo no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei nº 741, de 12 de Junho de 2019, **RESOLVE**:
Art. 1º – Nomear Comissão para normatização e procedimentos para a implantação do veículo motocicleta/motolância nos atendimentos de urgência, no âmbito do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU em Santa Catarina.
I - Representantes da Secretaria de Estado da Saúde - Superintendência de Urgência e Emergência:
a) Adrina Maria Martins, matrícula nº 372597901, Coordenação de Metas e Fiscalização
b) Francine N. Teixeira de Oliveira, matrícula nº 372598701, Coordenadora de Enfermagem;
c) Hedileia da Rosa e S. Arcenio, matrícula nº 0256989203, Coordenadora de Patrimônio e Qualificação;
d) Juliana Brasil Rodolfo Simas, matrícula nº 3725891, Diretora do APH Móvel;
e) Marcos Antônio Fonseca, matrícula nº 30705002, Coordenador das CRU's de SC;

f) Sandra Mariza de Brida, matrícula nº 37730802, Coordenadora de Farmácia.
Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar a partir da data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855766

PORTARIA nº 966 de 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, § 2º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 741 de 12 de junho de 2019 e conforme o Art. 4, inciso II, do Decreto nº 1.860/2022, **RESOLVE DESIGNAR**, de acordo com o art. 38, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº SES 172424/2022, **ANDRÉIA MULLER PEREIRA**, mat. nº 397723-4-01, Gerente de Enfermagem, para responder, cumulativamente, pelo cargo de **DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ DR. HOMERO DE MIRANDA GOMES**, nível FG-1, da SES, em substituição ao titular, Daywson Pauli Koerich, matrícula nº 375618-1-03, durante o usufruto de férias, no período de **08/09/2022 a 17/09/2022**.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 855789

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 107231/2022** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **SEPAT MULTI SERVICE LTDA**, CNPJ nº 03.750.757/0001-90, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 2.119,91 por descumprimento do Contrato nº 382/2020 – Edital nº 517/2020.

Cod. Mat.: 855814

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR000453.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Beneficência Camiliana do Sul, mantenedora do Hospital São Bernardo, com sede no município de Quilombo. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: "Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência": O prazo do Convênio nº 2021TR000453 fica prorrogado até 30 de janeiro de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 08 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Antônio Mendes Freitas, pelo Hospital.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2022TR000745.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Nova Erechim, com sede no município de Nova Erechim. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: "Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência": O prazo do Convênio nº 2022TR000745 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2022, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 14 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Alfredo Carlos Merigo, pela Fundação.

Cod. Mat.: 855826

PORTARIA nº 976 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de Junho de 2019;
CONSIDERANDO que o tempo atual de análise de amostras em processos licitatórios corresponde uma parte significativa do tempo total de aquisição e a necessidade de ações que visem a redução do tempo de aquisição, evitando a interrupção do abastecimento das unidades SES/SC, o Banco de Marcas (BM) configura-se uma ferramenta que visa a otimização do tempo de processo de compra, devido ao histórico de registros de avaliações de amostras, **RESOLVE**:
Art. 1º - Normatizar nos processos de aquisição de bens, no qual haja avaliação de amostras, o cadastro de marcas de insumos para abastecimento da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) será realizado na plataforma digital <http://sistemases.saude.sc.gov.br/marcas/listaPublica>.
Art. 2º - O BM SES/SC pode ser utilizado para gerar um catálogo de marcas aprovadas e reprovadas que permite embasar a administração nos processos de compras públicas SES/SC.
§ 1º Os insumos serão avaliados e o resultado definido por meio de Formulário de Análise de Qualidade Técnica (FAT), conforme portaria específica.
§ 2º Caberá a equipe técnica da Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC) a inserção de dados na plataforma BM.
Art. 3º - As marcas aprovadas serão reavaliadas em caso de alteração nas características do produto, como por exemplo: composição, apresentação e/ou registro.
§ 1º Em caso de queixa técnica e/ou evento adverso durante a utilização do produto, o mesmo poderá ser reprovado pela área técnica da DPGC.
Art. 4º - A reprovação da marca ficará vigente pelo prazo de cinco anos.
§ 1º Se comprovado por parte do fabricante a melhoria e/ou correção necessária do produto, o mesmo poderá ser reavaliado antes do prazo estipulado no Art. 4º.
Art. 5º - O fornecedor que possuir a marca do produto qualificada na SES/SC obriga-se a comunicar formalmente à DPGC, as eventuais alterações de fabricação e fusões de empresas que levem a alterações na nomenclatura da marca.
Art. 6º - A Listagem Pública de Marcas Aprovadas estará disponível para consulta na plataforma BM.
Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855892

PORTARIA nº 951 de 09/09/2022.

CONCEDER PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO, de acordo com o Decreto nº 1863/13 e conforme processo nº SES 107705/2021, à servidora **ALICE HENRIQUE DOS SANTOS SUMAR**, matrícula nº 673048-5-01, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, no Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes/HRSJ-HMG, para continuar frequentando curso de pós-graduação stricto sensu, em nível de Doutorado em Ciências Médicas, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, no período de **02/10/2022 a 02/04/2023**, com afastamento parcial de 03 (três) dias na semana.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855905

PORTARIA nº. 968 – 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860/2022, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde emitido pela Gerência de Perícia Médica da Secretaria de Estado da Administração em 19/07/2022 e conforme processo SES 93248/2022, resolve **REMOVER** a servidora **SIRLENE TIVES**, matrícula nº. 0957446-8-01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada no Hospital Infantil Joana de Gusmão - HIJG, nível GEPRO-SES-11/D, para atuar na Escola de Saúde Pública de Santa Catarina - ESPSC, a contar de 23/10/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 855909

PORTARIA nº 977 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no



Assinaturas do documento



Código para verificação: **MTF68V24**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 09/08/2024 às 17:34:43

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)



ROBERTA WILL (CPF: 009.XXX.329-XX) em 09/08/2024 às 18:13:12

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:01:25 e válido até 13/07/2118 - 15:01:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfTVRGNjhWMjQ=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **MTF68V24** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Listagem de Editais Publicados

📄 Editais

Filtros

Número

Código PSES

Ano

2024

Data Abertura

Objeto

🔍 Buscar

Mostrar 10 registros por pagina

Pesquisar

RCD/DL/IL	Modalidade	Trâmite	Objeto	Data Proposta
964/24 PSES 165670/2024	Compra Direta (CD)	Edital	Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares ? GEBER.	19/08/2024 14:00 Aberto

Mostrar 1 ate 1 dos 1 registros

Anterior

1

Proximo



PORTAL
DE COMPRAS



Edital Dispensa com Cotação Eletrônica
0964/2024



Atualizado em:
05/07/2024 18:20:4

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Os editais abaixo disponíveis estão sujeitos a alterações, as quais serão informadas nesta página, sendo de inteira responsabilidade do consulente, o acompanhamento e o acesso as novas modificações.
Essas publicações não possuem caráter legal.

Natureza: **Materiais**

Objeto

Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

Publicação/Expedição	Entrega Final da Proposta	Documento
09/08/2024	19/08/2024 14:00:00	SES 165670/2024

Situação	Abertura
Em Recebimento de Proposta	09/08/2024 18:20:00

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 964/2024 - ENCERRAMENTO EM 19/08/2024 ÀS 14:00 HORAS

1 mensagem

GELIC - COMPRA DIRETA <compradireta@saude.sc.gov.br>

9 de agosto de 2024 às 17:54

Cco: Licitação Olimed <licitacao@olimed.com.br>, olimed@olimed.com.br, licitacao@jaw.com.br, katia.melo@jaw.com.br, vanessa.sc@somahospitalar.com.br, Asli Comercial <asli@aslicomercial.com.br>, lifecor@lifecorbrasil.com.br, roberta@lifecorbrasil.com.br, eliete@lifecor.com.br, SOMA SC <soma.sc@somahospitalar.com.br>, "vendas8.sc" <vendas8.sc@somahospitalar.com.br>, Karine Silva <karine.silva@rioclarense.com.br>, andre.almeida@profarmaspecialty.com.br, Tayla Lunardi - Pregão Eletrônico <pregao1@polarfix.com.br>, Citania Golo <citaniagolo@gmail.com>, injex@injex.com.br, concorrencia8@cfernandes.com.br, "C.Ribeiro Rep" <camargoribeiro.rep@gmail.com>, adriana.perinotto@rioclarense.com.br, vendas@macrosul.com, licitacao@macrosul.com, altermed@altermed.com.br, Thayse Ferrari | Altermed Mat Méd Hosp Ltda <licitacoes@altermed.com.br>, nestorbandeira@hotmail.com, licitacao@linefarma.com.br, francis@medprox.com.br, comercial1@linefarma.com.br, especlabor@terra.com.br, Elisyane / Cirupar <vendas1@cirupar.com.br>, cirupar@cirupar.com.br, fufamed@fufamed.com.br, diego@fufamed.com.br, homecare_sc@fidare.med.br, renata@athos.med.br, fidare@fidare.med.br, vendas3@athos.med.br, dilnei@distribuidorascmed.com, financeiro@distribuidorascmed.com, Fufa-SC <fufasc@fufasc.com.br>, Cointer Material MedicoHospitalar <cointer@cointer.com.br>, rafaela@cointer.com.br, Cointer - Rodrigo Torquato <rodrigotorquato@cointer.com.br>, Licitações Cardiotronic <licitacao@cardiotronic.com.br>, cardiotronic@cardiotronic.com.br, PL LICITAÇÃO <licitacoes@pldistribuidora.com.br>, licitacao@parcomed.com.br, Paulo Goulart <brumarpa@hotmail.com>, shark.vendas10@gmail.com, Central Hospitalar <central@centralhospitalar.com.br>, Alvaro de Oliveira <alvarogilberto1@hotmail.com>, CREMER <licita@cremer.com.br>, miriam.loth@cremer.com.br, antonio@tctecnicacirurgica.com, vendas@newlabnet.com.br, maprifar@gmail.com, maprifar@brturbo.com, newlab@newlabnet.com.br, LPK LTDA ME <lpk@grupolpk.com>, comercial@sermedicall.com.br, licitacao1@sermedicall.com.br, Alpharad - Tatieri <alpharad@alpharad.com.br>, eduardo.s.bitencourt@medtronic.com, pedidos@medtronic.com, suporteadm.proendo@proendo.com.br, proendo@proendo.com.br, faturamento@discomed.com.br, qualidade@discomed.com.br, vitalhosp@brturbo.com.br, Deniz Cruz <comercial@brazmix.com.br>, discomed@discomed.com.br, xavier@xmed.com.br, xmed@xmed.com.br, resp.tec@xmed.com.br, "Rodrigo J. Maciel" <rodrigo.maciel@braile.com.br>, licitações@braile.com.br, Thiago de Souza Ivo <faturamento2@sulmedic.com>, vendadiretapublico@sulmedic.com, licitacao@htssaude.com.br, licitacao3@medika.com.br, vendas@guinez.com.br, Andreia Ariane <licitacao@guinez.com.br>, licitacao@medcorpnet.com.br, licitacao@aptortelli.com.br, Licitação - APMedical <licitacao@apmedical.com.br>, vendas@aptortelli.com.br, Pró-Vascular - TELEVENDAS <provascular@provascular.com.br>, sueli_moraes@edwards.com, valmircardiox@onda.com.br, cardiox@onda.com.br, Fernanda de Paula I Medika <fernanda.silva@medika.com.br>, Brasil SHS Licitacoes <licitacoes@baxter.com>, clarisse_padua@baxter.com, Globalmed - Site <globalmed@globalmed.com.br>, a.masiel@globalmed.com.br, licitacao1@mlcomercio.com, licitacao2@mlcomercio.com, licitacoes@alpharad.com.br, Grupo Departamento Licitação <licitacoes@braile.com.br>, valmircardiox@onda.com, ealves@biolabfarma.com.br, swatanabe@biolabfarma.com.br, aturamento@discomed.com.br, licitacoes_brasil@edwards.co, michele@martinsdobrasil.com.br, claudia_silva@edwards.com, vendas01@hramedical.com.br, "Marcilio, Mariana" <mariana.marcilio@guerbet.com>, kelli.silva@covidien.com, MAG MED <magmedhosp@gmail.com>, JCF <jcfforn@bol.com.br>, catiuscia@cirurgicasantacruz.com.br, cirurgica santa cruz <compradireta@cirurgicasantacruz.com.br>, Andre Carvalho <andre.halexistar@gmail.com>, Rita de Cassia Belmonte Kist <rita.kist@mahospitalar.com.br>, lic@especificar.com.br, miltom_bp@hotmail.com, licitacao@cremer.com.br, vidaimportacao@terra.com.br, vendasmaxvida@hotmail.com, MAXVIDA contato <contato@maxvidasaude.com.br>, Claudio Barreto <claudio.barreto@cei-brasil.com>, licitacoes@cei-brasil.com, Propostas <propostas@cei-brasil.com>, vendas3@neolabimport.com.br, Licitação <licitacao@politecsaude.com.br>, Emerson Pastori | Politec Saúde <emerson.pastori@politecsaude.com.br>, Jussiane Samurio - Medprox Distribuidora de Medicamentos <mpereira@medprox.com.br>, waldircampos.representacoes@gmail.com, star.med@terra.com.br, compras@formedbr.com.br, formedbr@formedbr.com.br, poolfix@poolfix.com.br, YuriSoares <yuricfmedical@hotmail.com>, Iraci - Comercial Endocirurgica <comercial@endocirurgica.com.br>, lara - Ortofen <ataduras@ortofen.com.br>, daniela@gmimedical.com, Carolina Bueno <carolina.bueno@bbbraun.com>, Vanessa Paula <vanessa.paula@bbbraun.com>, Josiane Teixeira <josiane.teixeira@bbbraun.com>, Lucelia de Paula Morikawa <faturamento@sulmedic.com>, br_licitacoes@coloplast.com, Carla Trentin <brctn@coloplast.com>, brsc@coloplast.com, Jéssica Ariana <licitar1@trademedical.com.br>, apoio@trademedical.com.br

Boa tarde,

Segue em anexo a Cotação Eletrônica nº **964/2024** para cotação de preços.

O acesso ao processo digital, pode ser realizado por meio do portal <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/atendimento>, link: "Consulta de processos" - **Processo SES 165670/2024**

COTAÇÃO EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, PROPOSTAS INICIAIS ENVIADAS POR E-MAIL NÃO SERÃO CONSIDERADAS PARA ESTE PROCESSO.

1 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

1.1 – Cadastro simplificado:

1.1.1 – A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção “Não tenho cadastro”.

1.1.2 – A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <https://youtu.be/MtILX39_ryg>

2- PROPOSTA

2.1 - A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

2.1.1 – As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <<https://youtu.be/8JL8qgARORs>>

2.1.2 – Após cadastrar a proposta, os participantes poderão registrar lances, até o prazo limite estabelecido em edital.

2.1.3 – Ao final do prazo, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema.

2.1.4 – Documentos de qualificação técnica, quando exigidos em termo de referência, também deverão ser apresentados junto à proposta final.

ENCERRA O RECEBIMENTO DOS LANCES EM 19/08/2024, ÀS 14:00 HORAS.

Atentar-se para a validade da proposta para - 60 dias (sob pena de desclassificação)

Atenciosamente,

--



Franciele Garcia

Núcleo de Compra Direta - NUCOM

Diretoria de Aquisição e Contratos – DIAC

Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES

Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8911



Cotação Eletrônica 964-24.pdf

1786K

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES
RESULTADO DA COTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde - SES comunica o resultado da Dispensa de Licitação com Cotação Eletrônica nº 0964/2024.

Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

Item(ns): 1, 2 - Deserto
Valor total cotado: R\$ 0.00.

Processo SGP-e: SES 165670/2024.



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Gestão Administrativa - SGA
Diretoria de Aquisição e Contratos - DIAC

RESULTADO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA

1. REFERÊNCIA: Processo SES nº 165670/2024 – Cotação eletrônica nº 964/2024

2. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

3. NÃO COTADO:

Itens: 1 e 2.

Florianópolis, 20 de agosto de 2024.

[Assinado digitalmente]
Magali Rodrigues
Técnica em Atividades Administrativas
Diretoria de Aquisição e Contratos - DIAC

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



Assinaturas do documento



Código para verificação: **35YO2DD0**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 21/08/2024 às 18:50:35

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfMzVZTzJERDA=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **35YO2DD0** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Processo SES 00165670/2024 Vol.: 1

Origem

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/DIAC/GEAQI/NUCOM - Núcleo de Compra Direta
Responsável: MAGALI RODRIGUES
Data encam.: 21/08/2024 às 18:54

Destino

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/DPGC - Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras

Encaminhamento

Motivo: Para providências
Encaminhamento: Encaminhamos PSES para providenciar nova relação de compras se necessária a relicitação , considerando o resultado da página 232 dos autos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS

OFÍCIO Nº 172/2024/SES/DPGC

Florianópolis, 26 de agosto de 2024

Prezada superintendente,

Tendo em vista a dificuldade de aquisição dos itens 71382039 e 71382015, os custos processuais envolvidos remetemos o presente PSES com o histórico de tentativas de aquisição para manifestação sobre os descritivos, possíveis fornecedores ou retirada os itens do planejamento das Unidades Hospitalares planejadoras Hospital Regional Hans Dieter Schmidt e Instituto de Cardiologia de Santa Catarina.

71382039 - Cânula de Vent em silicone com ponta aramada

Última aquisição: OF 1561/2022

Licitação em andamento: PE 895/2024

Licitações frustradas: PE 133/2023 (deserto), PE 1191/2023 (deserto), PE 161/2024 (deserto)

Dispensa de licitação frustrada: PE 1154/2023 (não cotado), PE 1412/2023 (não cotado), PE 209/2024 (não cotado), PE 656/2024 (não cotado), PE 869/2024 (não cotado), PE 964/2024 (não cotado)

71382015 - Cânula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8

Última aquisição: OF 1515/2022

Licitação em andamento: PE 877/2024

Licitações frustradas: PE 2065/2022 (deserto), PE 20/2023 (deserto), PE 739/2023 (deserto), PE 1572/2023 (deserto), PE 235/2024 (deserto)

Dispensa de licitação frustrada: PE 1961/2022 (frustrado), PE 2416/2022 (não cotado), PE 2326/2022 (não cotado), PE 2173/2022 (não cotado), PE 1813/2022 (não cotado), PE 217/2024 (frustrado), PE 490/2024 (não cotado), PE 964/2024 (não cotado), PE 869/2024 (não cotado)



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS

Atenciosamente,

Anderson Luiz Kretzer

Diretor e.e.
Diretoria de Planejamento e
Gestão em Compras
(assinado digitalmente)

Célia R. Farinha Rodrigues

Gerente
Gerência de Controle de
Resultados e Ações Estratégicas
(assinado digitalmente)

Patricia Follador Karam

Coordenadora
Núcleo de Acompanhamento
e Gestão de Materiais de
Enfermaria e Cirurgia
(assinado digitalmente)

Senhora,
TATIANA BEZ BATTI TITERICZ
Superintendência dos Hospitais Públicos
Florianópolis



Assinaturas do documento



Código para verificação: **T985B8PW**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PATRICIA FOLLADOR KARAM (CPF: 063.XXX.109-XX) em 26/08/2024 às 16:21:25

Emitido por: "SGP-e", emitido em 02/01/2020 - 13:49:16 e válido até 02/01/2120 - 13:49:16.

(Assinatura do sistema)



CÉLIA REGINA FARINHA RODRIGUES (CPF: 007.XXX.989-XX) em 26/08/2024 às 17:37:32

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:30:57 e válido até 13/07/2118 - 13:30:57.

(Assinatura do sistema)



ANDERSON L. KRETZER (CPF: 017.XXX.789-XX) em 27/08/2024 às 17:14:40

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:17:14 e válido até 13/07/2118 - 13:17:14.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfVDk4NUI4UFc=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **T985B8PW** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Processo SES 00165670/2024 Vol.: 1

Origem

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/GEDHP - Gerência de Desenvolvimento dos Hospitais Públicos Estaduais
Responsável: JULIANA APARECIDA DA CUNHA PESSONI
Data encam.: 28/08/2024 às 12:35

Destino

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/DHHS - Diretoria do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt

Encaminhamento

Motivo: Para analisar
Encaminhamento: Segue processo SES 165670/2024 para análise e manifestação conforme solicitado no ofício Nº 172/2024/SES/DPGC pgs. 0234 e 0235



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Hospital Regional Hans Dieter Schmidt
DIREÇÃO

Ofício 433/2024 – HRHDS
PSES – 165670/2024

Joinville, 05 de setembro de 2024.

Prezados Senhores,

Em atenção ao ofício 172/2024/SES/DPGC pg 234-235 referente à dificuldade de aquisição das cânulas cardíacas código 71382039 e 71382015.

Informamos que esses insumos são indispensáveis para os procedimentos cardíacos realizados em nossa unidade na qual somos referência.

Solicitamos a abertura da 3ª cotação eletrônica nesse PSES, pois conseguimos uma cotação com a empresa Medtronic/XMED interessada em participar desse certame.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)

Sandro Dolinski
Secretaria de Estado da Saúde
Gerente Administrativo

À
SES/GEDHP
Secretaria de Estado da Saúde – SC
Joinville - SC



Assinaturas do documento



Código para verificação: **9WE1N7F4**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SANDRO DOLINSKI (CPF: 006.XXX.939-XX) em 05/09/2024 às 14:10:27

Emitido por: "SGP-e", emitido em 08/08/2019 - 10:18:46 e válido até 08/08/2119 - 10:18:46.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfOVdFMU43RjQ=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **9WE1N7F4** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Processo SES 00165670/2024 Vol.: 1

Origem

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/GEDHP - Gerência de Desenvolvimento dos Hospitais Públicos Estaduais
Responsável: JULIANA APARECIDA DA CUNHA PESSONI
Data encam.: 05/09/2024 às 14:56

Destino

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/DPGC/NAENF - Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais de Enfermaria e Cirurgia

Encaminhamento

Motivo: Para analisar
Encaminhamento: Segue processo SES 165670/2024 com manifestação da unidade conforme solicitado a pg. 0234 e 0235 ofício nº 172/2024



SOLICITANTE: GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Item	Cd CIASC	Descrição do Material	UN	Quant.	Unitário	Total
1	071382039	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada	peca	144	621,29	89.465,76
2	071382015	Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8	peca	48	4.543,47	218.086,56
Itens	2				Total	307.552,32

TOTAL GERAL: R\$ 307.552,32



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Gestão Administrativa - SGA
Diretoria de Aquisição e Contratos - DIAC

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 1116/2024 PROCESSO SES 165670/2024

Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br/
www.portaldecompras.sc.gov.br/
Email: compradireta@saude.sc.gov.br
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8755

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas nesta cotação Eletrônica para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER, conforme especificações constantes do Anexo I.

Cadastro de proposta eletrônica e envio de lances: até 14h00min do dia 16/09/2024.

1 - PARTICIPAÇÃO:

1.1 - Cadastro simplificado:

1.1.1 - A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção "Não tenho cadastro".

1.1.2 - A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <https://youtu.be/MtILX39_ryg>

2 - PROPOSTA ELETRÔNICA

2.1 - A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

2.1.1 - A critério da Administração o prazo para recebimento de propostas, poderá ser prorrogado.

2.1.2 - As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <<https://youtu.be/8JL8qgAR0Rs>>

2.1.3 - Na data limite de cadastro de propostas, todos participantes deverão permanecer online para a negociação.

2.1.4 - Proposta readequada:

2.1.4.1 - Quando solicitado pelo agente de contratação direta, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema e no prazo estipulado.

2.2 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

2.2.1 - **A PROPOSTA** não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e **deve estar assinada pelo representante legal da empresa**;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



2.2.2 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

2.2.3 - A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

2.2.3.1 - Preço unitário do item;

2.2.3.2 - Marca/fabricante;

2.2.3.3 - Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento;

2.2.3.4 - Apresentação do produto com detalhamento de cada item, modelo (se houver) e necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

2.2.3.5 - País de origem do produto;

2.2.3.6 - Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;

2.2.3.7 - Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;

2.2.3.8 - Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, acompanhado deste, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;

2.2.3.9 - Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;

2.2.3.10 - Se aplicável, a referência do produto.

2.2.4 - A critério da equipe técnica poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, nas hipóteses em que se entenda que a documentação apresentada não seja suficiente para comprovar o atendimento às especificações técnicas, em especial aos padrões mínimos de eficiência, qualidade e desempenho, conforme portaria vigente (ANEXO V);

2.2.5 - As amostras e/ou prospectos deverão ser providenciados no prazo de até 03 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação;

2.2.6 - A entrega de amostras deverá ocorrer no endereço: R. Esteves Junior, 160, Térreo – Protocolo, Centro, Florianópolis -SC, 88015-130; em dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 às 18:30h;

2.2.7 - As amostras serão avaliadas de acordo com o Formulário de Análise de Qualidade Técnica (ANEXO III).

3 – PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO:

3.1 - Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:

3.1.1 - Não aplicável nas dispensas de licitação, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei 123/2006.

3.2 - Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):

3.2.1 - Não será exigida.

3.3 - Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

3.3.1 - Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

3.4 - Subcontratação:

3.4.1 - Não será admitida.

3.5 - Do agrupamento de itens em lotes:

3.5.1 - Não há itens em lote para esta aquisição.

4 – HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.1 - Habilitação Jurídica:

4.1.1 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.1.2 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.1.3 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.1.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.1.7 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

4.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

4.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.2.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.3 - Qualificação Econômico-Financeira (Art. 18º, Inc. IX, Da Lei 14.133/2021):

4.3.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

4.3.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

4.4 – Qualificação - Técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

4.4.1 - Licença de Funcionamento Sanitária vigente, conforme atividade exercida, especifica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o protocolo de revalidação;

4.4.2 - Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, conforme atividade exercida, especifica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União e/ou documento obtido a partir da página da ANVISA);

4.4.3 - Para os objetos que, de acordo com os regulamentos vigentes, forem dispensados da obrigatoriedade de **Licença de Funcionamento Sanitária e Autorização de Funcionamento**, deverão ter justificativas apresentadas pelo fornecedor.

5 – DAS OBRIGAÇÕES:

5.1 – Obrigações da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

5.1.1 - Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

5.1.2 - Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

5.1.3 - Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

5.1.4 - Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



5.1.5 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

5.1.6 - Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

5.1.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

5.1.8 - Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

5.1.9 - A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

5.1.10 - Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

5.1.11 - Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

5.1.12 - Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

5.1.13 - Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

5.1.14 - Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portalexterno/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-viportal-externo/).

5.2 – Obrigações da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

5.2.1 - Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

5.2.2 - Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

5.2.3 - Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

5.2.4 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

5.2.5 - Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.6 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

5.2.7 - Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

5.2.8 - Demais condições constantes do edital de licitação.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

6.1. Ao gestor do contrato/ata caberá:

- 6.1.1** - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- 6.1.2** - Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- 6.1.3** - Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- 6.1.4** - Comunicar à Diretoria de Aquisições e Contratos, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- 6.1.5** - Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico financeiro;
- 6.1.6** - Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- 6.1.7** - Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- 6.1.8** - O pedido de prorrogação de Contrato junto à DIAC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes;
- 6.1.9** - Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;
- 6.1.10** - Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- 6.1.11** - Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- 6.1.12** - Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- 6.1.13** - Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- 6.1.14** - Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- 6.1.15** - Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- 6.1.16** - Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- 6.1.17** - Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- 6.1.18** - Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- 6.1.19** - Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



6.1.20 - A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (**item 12 do Termo de Referência**).

6.1.21 – Gestor:

Solicitante	Matrícula	Gestor	TELEFONE / E-MAIL
GEBER	360.382-2-01	Alexandre de Souza	(48) 3665-5525 / souzaa@saude.sc.gov.br

6.2 – Ao fiscal do contrato/ata caberá:

6.2.1 - Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;

6.2.2 - Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;

6.2.3 - Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que fiscalizará, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;

6.2.4 - Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;

6.2.5 - Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

6.2.6 - Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;

6.2.7 - Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

6.2.8 - Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

6.2.9 - Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;

6.2.10 - Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;

6.2.11 - Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;

6.2.12 - Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;

6.2.13 - Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;

6.2.14 - Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

6.2.15 - Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

6.2.16 - Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



6.2.17 - Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à Diretoria de Aquisições e Contratos, para providenciar as penalidades cabíveis;

6.2.18 - Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

6.2.19 - Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;

6.2.20 - Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

6.2.21 - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

6.2.22 - Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

6.2.23 - Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

6.2.24 - A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (**item 12 do Termo de Referência**).

6.2.25 – Fiscal:

Solicitante	Matrícula	Fiscal	TELEFONE / E-MAIL
GEBER	377.977-7-01	Rodrigo Figueiredo de Souza	(48) 3665-5513 / gerabdasme@saude.sc.gov.br

7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1 - A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta cotação;

7.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

7.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

7.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da cotação, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/ Ordem de Fornecimento;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



7.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

7.4 - DA APLICAÇÃO DO DECRETO N.º 129/SC/2023 I

I – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

I.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

I.2 - Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art.4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.3 - Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.4 – Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 - As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
480091	5429	33.90.30.36	1.500.100.000

9 – ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (Art. 18, inc. X, Lei 14.133/2021 e Art. 4º, inc. III, do Decreto Estadual nº 47/2023):

9.1 - O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA, constante nos autos.

10 - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO:

10.1 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



11 - DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:

11.1 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.2 - A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A CONTRATADA também se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

11.3 - A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

11.4 - A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

11.5 - Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

11.6 - A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

11.7 - Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

11.8 - A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

11.9 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

11.10 - A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título.

12 – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

12.1 - Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

12.1.1 - A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

I - relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;

III - foto da fachada da sede da empresa; e

IV - extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

13 – PENALIDADES E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas nos art. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no Decreto Estadual nº 441/2023, quais sejam:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação direta ou a execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



fornecedores, em qualquer momento da contratação direta, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas no Decreto Estadual nº 441/2023;

13.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 5º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024);

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4 deste Aviso de Contratação Direta e/ou Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 8º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024);

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste Aviso de Contratação Direta e/ou Contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 9º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024).

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2.4.3. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei Federal nº 14.133/2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/ 2021).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.13. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina – CADPEN/SC;

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas nesta cotação e dos documentos anexos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

14.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 125, da Lei de Licitações);

14.3 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

14.4 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados nesta cotação.

14.5 - O resultado desta cotação de preços será disponibilizado para acompanhamento nos sites:

<https://portaldecompras.sc.gov.br/>

<http://edital.saude.sc.gov.br/>

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>

15 – DO FORO

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa a qualquer outro.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Gestão Administrativa - SGA
Diretoria de Aquisição e Contratos - DIAC

Florianópolis, 09 de setembro de 2024.

Núcleo de Compra Direta
Diretoria de Aquisição e Contratos

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ANEXO I
MATERIAL - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: GERÊNCIA DE BENS REGULARES – GEBER.
Cotação Eletrônica nº 1116/2024 - Protocolo: SES 165670/2024

RELAÇÃO DE COMPRA Nº 1197/2024 (TOTAL)

Item	Grupo/ Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	6678	071382039	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada, para aspiração de átrio esquerdo, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação do produto, procedência, tipo e data de esterilização, data fabricação, validade, nº do lote e registro no MS	Peça	144
2	6678	071382015	Cânula femoral venosa em poliuretano, aramada, com sistema de punçãopercutânea, com guia, com conector 3/8 – diâmetro de 21 á 24 Fr, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação de produto, procedência, data de esterilização, data da fabricação, validade e número do lote, registro RMS	Peça	48

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - Como o objeto da presenta cotação eletrônica é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 - As entregas serão efetuadas conforme condições das Ordens de Fornecimentos para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
GEBER	Gerência de Bens Regulares	Rua Judite Melo dos Santos, 251 – Galpão 06 a 09 Distrito Industrial – São José – SC Cep. 88.104-765	(48) 3665-5510

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



3 - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO (Art. 6º, inc. XXIII, “G” e Art. 40, §1º, inc. II, da Lei 14.133/2021):

3.1 - Prazos:

3.1.1 - Prazos: Prazo de entrega do objeto: 10 dias após recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

3.1.2 - Prazo de recebimento provisório: No ato;

3.1.3 - Prazo de recebimento definitivo: 10 dias;

3.1.4 - Prazo de troca de bens rejeitados: 10 dias;

3.1.5 - Prazo para liquidação do documento fiscal: 5 dias úteis;

3.1.6 - Prazo de pagamento: 30 dias após o recebimento definitivo do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

4 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021):

4.1 - O compromisso será firmado por meio de Ordem de Fornecimento (OF) com entrega imediata, conforme especificações e quantitativos previstos no item 1 do presente termo;

4.2 - As quantidades informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

4.3 - A entrega deverá ser efetuada diretamente à Gerência de Bens Regulares (GEBER) conforme especificação do objeto no endereço: Rua Judite Melo dos Santos, nº 251, galpão 06 e 09 - Distrito Industrial – São José – SC, CEP 88104-765, telefone (48) 3664-7794;

4.4 - Quando necessário equipamentos/materiais em comodato, estes deverão ficar à disposição da Unidade Solicitante enquanto houver estoque dos insumos relacionados;

4.5 - Quando necessário equipamentos/materiais em comodato a contratada será responsável pela manutenção das condições de funcionamento destes equipamentos/materiais, devendo substituí-los por similares durante o período de manutenção;

4.6 - Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição;

4.7 - O prazo de entrega será de 10 (dez) após recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

4.8 - O objeto será recebido, provisoriamente, no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

4.9 - O objeto será recebido, definitivamente, em 10 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

4.10 - O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

4.11 - O material deverá indicar na embalagem terciária (transporte) a razão social da Contratada, o número do processo de compra, o número da nota fiscal e o número do documento de fornecimento;

4.12 - O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

4.13 - O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade no momento do recebimento;

4.14 - Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;

4.15 - A embalagem deverá estar íntegra e em perfeitas condições de utilização;

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM



4.16 - O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com as legislações vigentes para cada item;

4.17 - Produtos com temperaturas controladas não serão aceitos com divergências, conforme a comprovação da medição realizada na conferência do item;

4.18 - Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

4.19 - A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

4.20 - O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

4.21 - A contratada deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas Unidades Solicitantes, mediante demanda da equipe técnica, quando necessário.

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar – Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo SGPe SES 165670/2024

REQUISITANTE

Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras

1. OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A”; ART. 18º, II, e ART. 40, §1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)

Solicitação de aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

- As condições de vigência e prorrogação constam no item 12.

1.1. Especificações e quantidades

1.1.1. Conforme ANEXO I (Requisição nº 3879/2024) e ANEXO IV.a (Relação de Compras Total nº 811/2024);

1.2. Do catálogo eletrônico de padronização de compras (art. 19º, II, da Lei nº 14.133/2021)

1.2.1. As especificações contidas nos anexos supracitados, respeitam o Catálogo de Materiais e Serviços do Governo de SC (NUC). A consulta pode ser feita pelo [link](#)

1.2.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no presente Termo de Referência e no Catálogo, prevalecem as primeiras.

1.3. Da natureza do objeto (art. 20º da Lei nº 14.133/2021 e art. 5º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 2355/2021)

1.3.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características técnicas e funcionais, definidas por meio de especificações usuais existentes no mercado;

1.3.2. Não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022;

1.3.3. Não se enquadram como bens de luxo, conforme definição do art. 2º, II, Resolução TCU nº 341/2022, como aquele “de consumo ostentatório, opulento, de abordagem personalizada ou refinada, de elevado grau de sofisticação, de distribuição seletiva, alto preço, escassez, raridade e exclusividade, com forte apelo estético, de tradição ou história, cuja qualidade supera a das demandas ordinárias das unidades do Tribunal, por haver substitutos com características técnicas e funcionais equivalentes de qualidade comum”.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “B” DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, esta aquisição se justifica por:

A Secretaria do Estado da Saúde, dentre outras atribuições, é responsável pela administração de quatorze unidades hospitalares e unidades administrativas, o que inclui o suprimento de bens de consumo. A aquisição de bens de consumo como materiais comuns e àqueles de enfermaria e cirurgia decorre da necessidade dos mesmos para o funcionamento das unidades hospitalares e administrativas, permitindo o atendimento das unidades, contribuindo para o tratamento, prevenção e promoção da saúde da população catarinense.

A ausência da aquisição dos materiais poderá ocasionar a impossibilidade do atendimento dos serviços de saúde prestados pelos estabelecimentos, resultando em consequências danosas à população, incluindo risco de perda de vida. A Dispensa de Licitação faz-se necessária em virtude ao risco de desabastecimento causado por editais frustrados e/ou consumo acima do planejado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Os quantitativos previstos foram planejados pelo responsável almoxarife de cada unidade com a supervisão de suas respectivas Diretorias, e com o auxílio da Diretoria de Planejamento e Gestão em Compras (DPGC). A análise ocorre baseada em um relatório contendo o consumo dos últimos 12 meses de cada bem de consumo, a proporção do consumo pelas unidades de acordo com o centro de custo, a previsão de aumento de leitos ou abertura de serviços e os valores unitários e totais. O planejamento 2024 para cada unidade pode ser encontrado no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe), processo digital SES 234036/2023.

A aquisição ocorre de forma centralizada para todas as unidades e é planejada para 12 meses. No mais, é realizado o monitoramento contínuo dos contratos vigentes, consumo mensal com análise de saldo, estoque no almoxarifado e nas unidades para cálculo e previsão das aquisições, conforme torna-se necessário.

Com relação a situação de cada item, apresenta-se abaixo a justificativa detalhada:

Item 71382039, sem ata vigente, sem AF pendente, com Estoque GEBER zerado;

Informamos que este item é essencial por se tratar de insumo indispensável à assistência e o desabastecimento prejudicará significativamente o atendimento à pacientes.

O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual (processo digital SES 234036/2023, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM²:

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO				EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:12:35	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.		
71382039 UN		PECA			
CÂNULA DE VENT EM SILICONE COM PONTA ARAMADA					
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	6,0000	
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	4,0000	
			PERÍODO	CONSUMO	
			2023/10	3,0000	
			2023/09	5,0000	
			2023/08	18,0000	
			2023/07	22,0000	

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:12:35		
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES.	FORMA APRES.		
71382039 UN		PECA			
CÂNULA DE VENT EM SILICONE COM PONTA ARAMADA					
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	6,0000	
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	4,0000	
			PERÍODO	2023/10	
ESTAB	SIGLA	SALDO ESTOQ	SALDO TRANS	PONTO CRÍTICO	MÉDIA MENSAL CONSUMO
241	ICSC	0,0000	0,0000	2,7500	1,8333 3,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 51 (0min 4s 137ms)

Requisição: 3879/2024	Relação de compra: 811/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 165670/2024	Edital nº: ATIVO RC			
Pedido: 144	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 85.916,16		
Qt. autorizada: 144	Qt. Total: 144	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2941/2024	Relação de compra: 572/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 90
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 120139/2024	Edital nº: 656/24 (DL) ATIVO EDT			
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 618,25	Total: 55.642,50		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 362/2024	Relação de compra: 73/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 132
Item nº: 4	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 266038/2023	Edital nº: 209/24 (DL) NÃO COTADO EDT			
Pedido: 132	Veze: 1	Valor item: 561,49	Total: 74.116,68		
Qt. autorizada: 132	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 362/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 4	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 209/24 (DL (não cotado) LIBERADO REQ			
Pedido: 132	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 78.756,48		
Qt. autorizada: 132	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7057/2023	Relação de compra: 1846/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 336
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 244767/2023	Edital nº: 161/24 (PE)(SEA) DESERTO EDT			
Pedido: 28	Veze: 12	Valor item: 613,83	Total: 206.246,88		
Qt. autorizada: 28	Qt. Total: 336	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7057/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 1	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 161/24 (PE (deserto)(SEA) LIBERADO REQ			
Pedido: 28	Veze: 12	Valor item: 596,64	Total: 200.471,04		
Qt. autorizada: 28	Qt. Total: 336	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço

Nº Item

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante

Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

TODAS

todas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 51 (0min 4s 137ms)

Requisição: 7037/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº:	LIBERADO REQ		
Pedido: 80	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 47.731,20		
Qt. autorizada: 80	Qt. Total: 80	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 5715/2023	Relação de compra: 1529/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 120
Item nº: 3	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 187724/2023	Edital nº: 1412/23 (DL)	NÃO COTADO EDT		
Pedido: 120	Veze: 1	Valor item: 618,32	Total: 74.198,40		
Qt. autorizada: 120	Qt. Total: 120	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 5715/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 3	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1412/23 (DL (não cotado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 120	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 71.596,80		
Qt. autorizada: 120	Qt. Total: 120	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4989/2023	Relação de compra: 1373/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 90
Item nº: 2	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 158819/2023	Edital nº: 1154/23 (DL)	NÃO COTADO EDT		
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 618,07	Total: 55.626,30		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4989/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1154/23 (DL (não cotado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 90	Veze: 1	Valor item: 596,64	Total: 53.697,60		
Qt. autorizada: 90	Qt. Total: 90	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2557/2023	Relação de compra: 877/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 300
Item nº: 9	Código CIASC: 071382039	Material resumido: Cânula de Vent em silicone com ponta aramada			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 91754/2023	Edital nº: 1191/23 (PE)	DESERTO EDT		
Pedido: 25	Veze: 12	Valor item: 618,07	Total: 185.421		
Qt. autorizada: 25	Qt. Total: 300	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço

Nº Item

Cânula de Vent em silicone com ponta aramada

Executar pesquisa

Unidade Solicitante

Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

Ordenar por

Número do item

Código do Material

Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

TODAS

todas

Item 71382015, sem ata vigente, sem AF pendente, com Estoque GEBER zerado;

Informamos que este item é essencial por se tratar de insumo indispensável à assistência e o desabastecimento prejudicará significativamente o atendimento à pacientes.

O quantitativo para essa aquisição emergencial tem como base o planejamento anual (processo digital SES 234036/2023, estimando um abastecimento para aproximadamente 180 dias, conforme relatório abaixo extraído do SGM²:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:17:53	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES. FORMA APRES.		
71382015 UN		PECA		
CANULA FEMORAL VENOSA-POLIURETANO ARAM. C/CONC.3/8				
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	2,2500
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	1,5000
			PERÍODO	CONSUMO
			2024/04	1,0000
			2024/03	2,0000
			2024/02	1,0000
			2024/01	3,0000
			2023/12	2,0000
			2023/11	2,0000
			2023/10	2,0000
			2023/09	0,0000
			2023/08	3,0000
			2023/07	2,0000
SGM2 CONSUMO DO ITEM ÓRGÃO X ESTABELECIMENTO			EXTRAÇÃO EM: 11/07/2024 ÀS 15:17:53	
ITEM	UN. MED.	FORMA APRES. FORMA APRES.		
71382015 UN		PECA		
CANULA FEMORAL VENOSA-POLIURETANO ARAM. C/CONC.3/8				
SALDO ESTOQUE		0,0000	PONTO CRÍTICO	2,2500
SALDO TRÂNSITO		0,0000	MÉDIA MENSAL	1,5000
			PERÍODO	2024/04
ESTAB	SIGLA	SALDO ESTOQ	SALDO TRANS	PONTO CRÍTICO MÉDIA MENSAL CONSUMO
236	HRHDS	0,0000	0,0000	2,0000 1,3333 1,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 59 (0min 4s 243ms)

Requisição: 3879/2024	Relação de compra: 811/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 165670/2024	Edital nº:	ATIVO RC		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 170.400		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2577/2024	Relação de compra: 434/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 48
Item nº: 3	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 94178/2024	Edital nº: 490/24 (DL)	NÃO COTADO EDT		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 4.422,83	Total: 212.295,84		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 2577/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 3	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 490/24 (DL (não cotado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 48	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 170.400		
Qt. autorizada: 48	Qt. Total: 48	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 677/2024	Relação de compra: 131/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 23
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 28383/2024	Edital nº: 217/24 (DL)	FRUSTRADO EDT		
Pedido: 23	Veze: 1	Valor item: 4.194,43	Total: 96.471,89		
Qt. autorizada: 23	Qt. Total: 23	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 677/2024	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 2	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 217/24 (DL (frustrado))	LIBERADO REQ		
Pedido: 23	Veze: 1	Valor item: 3.550	Total: 81.650		
Qt. autorizada: 23	Qt. Total: 23	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 292/2024	Relação de compra: 52/2024	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 132
Item nº: 8	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 12266/2024	Edital nº: 397/24 (PE)(SEA)	ATIVO EDT		
Pedido: 11	Veze: 12	Valor item: 4.194,43	Total: 553.664,76		
Qt. autorizada: 11	Qt. Total: 132	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entregue AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço

Nº item

Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com i

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante

☐ Unidade Municipal

Situação

Referência

Ano De

Ano Até

TODAS

todas



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

Pesquisa Avançada

Registros encontrados: 59 (0min 4s 243ms)

Requisição: 4033/2023	Relação de compra: 1134/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 15	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 129596/2023	Edital nº: 1572/23 (PE)			DESERTO EDT
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.759,19	Total: 270.661,68		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 4033/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 15	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 1572/23 (PE (deserto))			LIBERADO REQ
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.550	Total: 255.600		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 1588/2023	Relação de compra: 499/2023	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 6	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 44369/2023	Edital nº: 739/23 (PE)			DESERTO EDT
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.646,82	Total: 262.571,04		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 1588/2023	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 6	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 739/23 (PE (deserto))			LIBERADO REQ
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.550	Total: 255.600		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7130/2022	Relação de compra: 2783/2022	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 72
Item nº: 17	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº: SES 219568/2022	Edital nº: 20/23 (PE)			DESERTO EDT
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 3.224,66	Total: 232.175,52		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Requisição: 7130/2022	Relação de compra:	Contrato:	Ata:	OF nº:	AF nº:
Requisitante: GEBER	Fornecedor:		Ajuste: 0	Aditivo: 0	Saldo: 0
Item nº: 17	Código CIASC: 071382015	Material resumido: Canula femoral venosa em poliuretano, aramada, com conector 3/8			
Unidade: peça	PSUS nº:	Edital nº: 20/23 (PE (deserto))			LIBERADO REQ
Pedido: 6	Vezes: 12	Valor item: 1.475,70	Total: 106.250,40		
Qt. autorizada: 6	Qt. Total: 72	Qt. AF/OF: 0	Qt. Entrega AF/OF: 0	Saldo AF/OF: 0	

Procurar por

Material/Serviço N° item

Executar pesquisa

Ordenar por

☒ Número do item

☐ Código do Material

☐ Descrição do Material

Gerar arquivo

Fechar

Unidade Solicitante ☐ Unidade Municipal

Situação

TODAS todas

Referência Ano De Ano Até



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ART. 6º, XXIII, “C” e ART. 18º, §1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, a contratação da solução mostra-se necessária para resolver a demanda apresentada. Os valores e os quantitativos estão previstos no plano anual de compras, demonstrando ser uma aquisição economicamente viável; já a contratação da proposta, com o objetivo de atender a demanda SES demonstra ser uma solução tecnicamente viável.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº 14.133/2021)

- 4.1. Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta (item 6.) e as especificações e quantidades do objeto (item 1.1.);
- 4.2. Atendimento aos critérios de habilitação (item 7.);
- 4.3. E atendimento as condições de execução do objeto (item 9.).

5. DOS PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO

5.1. **Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:**

5.1.1. Não aplicável nas dispensas de licitação, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei 123/2006.

5.2. **Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):** não será exigida.

5.3. **Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):** Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

5.4. **Subcontratação:** Não será admitida.

5.5. **Do agrupamento de itens em lotes:** não há itens em lote para esta aquisição.

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

- 6.1.1. Preço unitário do item;
- 6.1.2. Marca/fabricante;
- 6.1.3. Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento;
- 6.1.4. Apresentação do produto com detalhamento de cada item, modelo (se houver) e necessariamente a forma de apresentação e quantidade;
- 6.1.5. País de origem do produto;
- 6.1.6. Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;
- 6.1.7. Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;
- 6.1.8. Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com este, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;



6.1.9. Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;

6.1.10. Se aplicável, a referência do produto.

6.2. A critério da equipe técnica poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, nas hipóteses em que se entenda que a documentação apresentada não seja suficiente para comprovar o atendimento às especificações técnicas, em especial aos padrões mínimos de eficiência, qualidade e desempenho, conforme portaria vigente (ANEXO V).

6.3. As amostras e/ou prospectos deverão ser providenciados no prazo de até 03 (três) dias úteis, sob pena de desclassificação;

6.4. A entrega de amostras deverá ocorrer no endereço: R. Esteves Junior, 160, Térreo – Protocolo, Centro, Florianópolis -SC, 88015-130; em dias úteis, no horário compreendido entre 08:00 e 18:30h;

6.5. As amostras serão avaliadas de acordo com o Formulário de Análise de Qualidade Técnica (ANEXO V).

7. DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.1. Habilitação Jurídica

7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Qualificação econômico-financeira (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.4. Qualificação-técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

7.4.1. **Licença de Funcionamento Sanitária** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o protocolo de revalidação;

7.4.2. **Autorização de Funcionamento (AFE)** vigente, conforme atividade exercida, específica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União e/ou documento obtido a partir da página da ANVISA);

7.4.3. Para os objetos que, de acordo com os regulamentos vigentes, forem dispensados da obrigatoriedade de **Licença de Funcionamento Sanitária e Autorização de Funcionamento**, deverão ter justificativas apresentadas pelo fornecedor.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, “H” DA LEI Nº 14.133/2021)

8.1. A forma de seleção se dará por meio de DIPENSA DE LICITAÇÃO;

8.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO;

8.3. Será considerado primeiro classificado, o fornecedor que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital, apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. O compromisso será firmado por meio de Ordem de Fornecimento (OF) com entrega imediata, conforme especificações e quantitativos previstos no item 1 do presente termo;

9.2. As quantidades informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

9.3. A entrega deverá ser efetuada diretamente à Gerência de Bens Regulares (GEBER) conforme especificação do objeto no endereço: Rua Judite Melo dos Santos, nº 251, galpão 06 e 09 - Distrito Industrial – São José – SC, CEP 88104-765, telefone (48) 3664-7794;



9.4. Quando necessário equipamentos/materiais em comodato, estes deverão ficar à disposição da Unidade Solicitante enquanto houver estoque dos insumos relacionados;

9.5. Quando necessário equipamentos/materiais em comodato a contratada será responsável pela manutenção das condições de funcionamento destes equipamentos/materiais, devendo substituí-los por similares durante o período de manutenção;

9.6. Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição;

9.7. O prazo de entrega será de 10 (dez) após recebimento, pelo fornecedor, da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;

9.8. O objeto será recebido, provisoriamente, no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

9.9. O objeto será recebido, definitivamente, em 10 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.10. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

9.11. O material deverá indicar na embalagem terciária (transporte) a razão social da Contratada, o número do processo de compra, o número da nota fiscal e o número do documento de fornecimento;

9.12. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

9.13. O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade no momento do recebimento;

9.14. Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;

9.15. A embalagem deverá estar íntegra e em perfeitas condições de utilização;

9.16. O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com as legislações vigentes para cada item;

9.17. Produtos com temperaturas controladas não serão aceitos com divergências, conforme a comprovação da medição realizada na conferência do item;

9.18. Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

9.19. A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

9.20. O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

9.21. A contratada deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas Unidades Solicitantes, mediante demanda da equipe técnica, quando necessário.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, “F” DA LEI Nº 14.133/2021)

10.1. Ao gestor do contrato/ata caberá:

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;



- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à Diretoria de Aquisições e Contratos, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- h) O pedido de prorrogação de Contrato junto à DLIC, deve ser providenciada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes de seu término quando se tratar de serviços contínuos, reunindo as justificativas competentes;
- i) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens ou a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término do estoque conforme planejamento;
- j) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- k) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- l) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- m) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- n) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- o) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- p) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- q) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- r) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- s) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.
- t) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 12).

10.2. Ao fiscal do contrato/ata caberá:

- a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;



- c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;
- e) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- f) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i) Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- j) Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k) Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- l) Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m) Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o) Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q) Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à Diretoria de Aquisições e Contratos, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r) Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- s) Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- t) Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- u) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- v) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- w) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.
- x) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 12).



11. DA OBRIGAÇÕES

11.1. Obrigações específicas da contratada:

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

11.2. Obrigações específicas da contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;



- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
 - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 12.1.5. fraudar a licitação;
 - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1 e 12.1.2 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato lícitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato lícitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 9º do Decreto Estadual nº 441/2024.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DO CONTRATO

13.1. **Instrumento Contratual:** Ordem de Fornecimento.

13.2. **Vigência do contrato:** entrega imediata (10 dias).

13.3. **Gestão e Fiscalização:**

Gestor:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/ EMAIL
GEBER	360.382-2-01	Alexandre de Souza	(48) 3665-5525 souzaa@saude.sc.gov.br

Fiscal:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL	TELEFONE/ EMAIL
-------------	-----------	--------	-----------------



GERBER	377.977-7-01	Rodrigo Figueiredo de Souza	(48) 3665-5513 gerabdamad@saude.sc.gov.br
--------	--------------	-----------------------------	--

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G” e ART. 40º, §1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)

14.1. Prazos:
14.1.1. Prazo de entrega do objeto: 10 dias após recebimento da Ordem de Fornecimento (OF) empenhada;
14.1.2. Prazo de recebimento provisório: no ato;
14.1.3. Prazo de recebimento definitivo: 10 dias;
14.1.4. Prazo de troca de bens rejeitados: 10 dias;
14.1.5. Prazo para liquidação do documento fiscal: 5 dias úteis;
14.1.6. Prazo de pagamento: 30 dias após prazo de liquidação do documento fiscal com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente.

15. DO VALOR ESTIMADO (ART. 6º, XXIII, “I”; ART. 18º, IV, e ART. 23º e 24º DA LEI Nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 16/2022/SEA)

Os valores foram estimados conforme a Planilha de Pesquisa de Preços (ANEXO III) e Relação de Compras Orçamento (ANEXO IV.b).
15.1. Os preços estimados determinados com base em menos de 3 preços, foram devidamente justificados na Planilha de Pesquisa de Preços, com aval do gestor responsável (Diretor) e da autoridade competente (Superintendente), condicionada a assinatura do Termo de Referência.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “J” DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, VII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

16.1. As despesas ocorrerão conforme classificação orçamentária emitida pela Superintendência do Fundo Estadual de Saúde em documento pensado ao processo.

17. ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (ART. 18º, X, DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, III, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA (ANEXO VI).

18. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
b) Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
c) Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

19. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO EM COMPRAS

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Vanessa Soares	623.843-2-02	(48) 3664.7854/ naenf@saude.sc.gov.br

20. GESTOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Crystian Gonçalves Martins	369.495-0-01	(48) 3664.8788/ dpgc@saude.sc.gov.br

21. AUTORIDADE COMPETENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Willian Westphal (Superintendente e.e.)	0616278-9-02	(48) 3664.7266 / sge@saude.sc.gov.br

Data da assinatura digital

A validade deste documento está condicionada às assinaturas digitais no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe.

Versão Jul/2024



FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE QUALIDADE TÉCNICA (FAT)

INSTITUIÇÃO: SETOR:
DATA DE ENTREGA: DATA DE RETORNO*:
PSES: EDITAL: LOTE (se houver): ITEM:
MARCA: EMPRESA: FABRICANTE: ORIGEM:
REFERÊNCIA: RMS: RESPONSÁVEL: CONTATO:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO

Avalie os itens a seguir (assinale com um “X” o campo correspondente): ADEQUADO, INADEQUADO OU NÃO AVALIADO.

PONTOS AVALIADOS	ADEQUADO assinale com um “X”	INADEQUADO assinale com um “X”	SE INADEQUADO, INDICAR O MOTIVO	SE NÃO AVALIADO INDICAR O MOTIVO
Embalagem				
Qualidade				
Funcionalidade				
Aplicabilidade				
Especificações técnica (conforme descritivo)				
Observação/ Outras considerações (utilizar o verso):				

CONCLUSÃO DO TESTE REALIZADO: () APROVADO () REPROVADO () NÃO AVALIADO – JUSTIFICAR

* Conforme Portaria nº 973/2022, as Unidades da SES terão o prazo de 15 (quinze) dias para avaliação das amostras e preenchimento da Ficha de Avaliação Técnica do produto e 7 (sete) dias em casos de possibilidade de desabastecimento. Caso o prazo não seja respeitado, o produto de menor preço será considerado APROVADO para aquisição.

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELO PARECER: _____

Declaração de conflito de interesse: Declaro para os devidos fins que NÃO possuo Interesse financeiro ou de outra natureza em qualquer relação com a empresa indicada, que poderá constituir um real, potencial ou aparente conflito de interesse em relação a indicação do material a ser utilizado nos procedimentos de enfermagem e cirurgia. Durante os últimos cinco anos, NÃO TIVE qualquer emprego ou relação profissional com alguma organização que é fabricante ou fornecedora dos materiais médico-hospitalares.

Assinatura (física ou digital)	Assinatura (física ou digital)	Assinatura (física ou digital)
Carimbo ou nº do registro profissional	Carimbo ou nº do registro profissional	Carimbo ou nº do registro profissional

Após **preenchido** e **assinado**, encaminhar o formulário via SGP-e para **SES/DPGC/NAENF**

Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras
Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais de Enfermagem e Cirurgia (NAENF)
Versão agosto/2023

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 80/2022 (REF. PROCESSO SIE 34922/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 750-0 Jacinto Machado/Criciúma. Cancelar com saída de Jacinto Machado às 13:00 e com saída de Criciúma às 10:00 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856627

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 81/2022 (REF. PROCESSO SIE 34916/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 751-0 Araranguá/Criciúma. Com saídas de Araranguá às 09:15 de segunda a sexta-feira anual, alterar frequência para segunda à sábado; às 10:30 de segunda à sábado, anual, alterar horário para 10:00 de segunda à sexta, anual; e cancelar às 14:15 de segunda a sexta, anual. Com saída de Criciúma, cancelar às 16:30 horas de segunda a sexta-feira, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856628

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 82/2022 (REF. PROCESSO SIE 34913/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para o cancelamento de horários na linha 619-0 Araranguá/Criciúma, com saídas de Criciúma às 08:30 horas de segunda a sábado, anual. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856629

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
EDITAL DE CONSULTA Nº 83/2022 (REF. PROCESSO SIE 34912/2022).
Nos termos do artigo 4º da lei 5.684 de 09 de maio de 1980 e artigo 22 do Decreto nº 12.601, 06 de Novembro de 1980, convido os interessados a se manifestarem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de publicação deste, sobre o pedido formulado pela Empresa União de Transporte Ltda., para alteração de horários na linha 069-0 Araranguá/Florianópolis. Alterar período com saída de Araranguá às 09:00 e com saída de Florianópolis às 09:15 horas, domingos e feriados, de anual para verão. Florianópolis, 20 de setembro de 2022.
DANILO PANETTA DE FARIA.
GERENTE DE OPERAÇÃO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
Cod. Mat.: 856630

Saúde

PORTARIA nº 973 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de Junho de 2019;
CONSIDERANDO que o tempo atual de análise de amostras em processos licitatórios corresponde parte significativa do tempo total de aquisição;
CONSIDERANDO que esta análise é realizada nas unidades da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) e;
CONSIDERANDO a necessidade de ações visando a redução do tempo de aquisição e dessa forma, evitando a interrupção do abastecimento das unidades SES, **RESOLVE:**
Art.1º - Nos processos de aquisição de bens, as amostras serão solicitadas quando não houver histórico de aquisição pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) e/ou registro válido no Banco de Marcas, além de registro de queixas técnicas. § 1º Nos casos das amostras entregues pelo fornecedor na Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC), estas serão submetidas à análise preliminar e, se identificadas como inadequadas,

serão reprovadas pela equipe técnica da DPGC sem o envio às unidades SES. As amostras aptas para avaliação nas unidades SES, serão enviadas por meio do setor de Protocolo/SES.
§ 2º Para amostras julgadas como aptas na análise preliminar, descrita no § 1º e a avaliação da amostra não depender do uso em pacientes e/ou da análise pela unidade demandante, e em casos de emergência ou calamidade pública e houver possibilidade de avaliação pelos técnicos da DPGC, o preenchimento do Formulário de Análise de Qualidade Técnica (FAT) poderá ser realizado pelo núcleo pertinente, sem a necessidade de envio às unidades SES.
§ 3º Para amostras em que a DPGC considerar pertinente a avaliação pelas unidades SES, a DPGC encaminhará o FAT e as amostras para a unidade SES com maior demanda. Caso necessário, a DPGC poderá encaminhar para até 3 (três) unidades SES.
§ 4º Em caso de divergência de análise nas Unidades SES, conforme § 3º, caberá a Superintendência responsável pela Unidade SES a decisão final sobre o resultado da análise da amostra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos.
Art. 2º - As unidades da SES terão o prazo de 15 (quinze) dias consecutivos para avaliação das amostras e devolução do processo digital (SPGe) do FAT e 7 (sete) dias consecutivos em casos de possibilidade de desabastecimento.
§ 1º Em caso de não cumprimento do prazo estabelecido no Art. 2º, caberá a Superintendência responsável pela Unidade SES a decisão sobre o resultado da análise da amostra, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos.
§ 2º As amostras serão automaticamente aprovadas, no descumprimento dos prazos descritos nos Art 2º e seu § 1º.
Art. 3º - Os critérios estabelecidos no FAT serão definidos pela DPGC, conforme a natureza do bem.
§ 1º A unidade deverá, obrigatoriamente, descrever as razões de possível inadequação do produto avaliado, segundo os critérios estabelecidos no FAT.
Art. 4º - A guarda e conservação da amostra ficará sob responsabilidade do representante legal da unidade SES em posse. § 1º Será de responsabilidade da unidade SES a devolução das amostras não utilizadas à DPGC, quando esta for o local de origem do envio, ou ao fornecedor, quando as amostras forem entregues por este diretamente às unidades SES.
Art. 5º - O início da contagem dos prazos contidos nesta portaria inicia a partir do envio do processo digital.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.
Cod. Mat.: 856550

PORTARIA nº. 970 – 15/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860/2022 e conforme processo SES 165497/2022, resolve **REMOVER** a servidora **IVANA TONON**, matrícula nº. 0665398-7-01, ocupante do cargo de Enfermeira, originária do Hospital Governador Celso Ramos - HGCR, nível GEPRO-SES-16/E, para atuar no Hospital Nereu Ramos - HNR, a contar de 01/10/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856594

PORTARIA nº 983 de 19/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no inciso III, artigo 7º do Decreto nº 1.860 de 13 de abril de 2022 e tendo em vista os termos constantes no processo SES 132852/2022, para fins de regularização funcional da servidora **MARIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0175627-3-01, RESOLVE:

RETIFICAR na Portaria nº 532/SES/2008, publicada no D.O.E. nº 18.436 de 01/09/2008, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-B, leia-se: 11-E;

RETIFICAR na Portaria nº 762/SES/2009, publicada no D.O.E. nº 18.652 de 22/07/2009, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-C, leia-se: 11-F;

RETIFICAR na Portaria nº 695/SES/2011, publicada no D.O.E. nº 19.157 de 23/08/2011, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-D, leia-se: 11-G;

RETIFICAR na Portaria nº 521/SES/2013, publicada no D.O.E. nº 19.628 de 31/07/2013, referente à Progressão por Tempo de Serviço, no campo Nível-Referência (Nv-Ref), onde se lê: 10-E, leia-se: 11-H.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856598

PORTARIA nº. 975 – 16/09/2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos Decreto nº. 1860/2022, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde emitido pela Gerência de Perícia Médica da Secretaria de Estado da Administração em 11/08/2022 e conforme processo SES 134172/2022, resolve **REMOVER** o servidor **IVAM MACHADO**, matrícula nº. 0377744-8-01, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, lotado no Hospital Regional São José Dr. Homero de Miranda Gomes - HRSJ, nível GEPRO-SES-12/J, para atuar na Gerência de Patrimônio - GEPAT, a contar de 23/09/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856657

PORTARIA nº. 979 – 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860 e conforme processo SES 70160/2022, resolve **REMOVER** a servidora **KARINE SILVANA DE SOUZA COUTINHO**, matrícula nº. 0377723-5-01, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, lotada na Gerência de Saúde de Tubarão, nível GEPRO-SES-12/J, para atuar na Unidade Descentralizada de Controle, Avaliação e Auditoria - UDECA de Tubarão.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 856680

PORTARIA nº 984 de 19/09/2022.

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 291 de 12/05/2020, **RESOLVE CONSIDERAR DEMITIDOS** nos termos do artigo 11 da Lei Complementar nº 260/2004, os contratos com data fim no mês de **Julho de 2022**, dos servidores lotados nas unidades pertencentes à Secretaria de Estado da Saúde SC, como segue.

NOME	Matrícula	Data de- missão
CENTRAL DE REGULACAO DE INTERNACOES HOSPITA- LARES		
TECNICO EM ENFERMAGEM		
ALINE FATIMA BANCK	610903-9-01	01/07/2022
CENTRO CATARINENSE DE REABILITACAO		
FONOAUDIOLOGO		
JOSEANE DOS SANTOS DE LIMA	639507-4-01	01/07/2022
DO NASCIMENTO		
CONSULTORIA JURIDICA		
FARMACEUTICO		
ANGELA PATRICIA FRANCA	633043-6-02	27/07/2022
ELAINE LEOCADIA ANTON AMA- RANTES	611050-9-02	12/07/2022
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
SILVIA EMILY SCHAFASCHEK DE ANDRADE	989993-6-02	30/07/2022
DIRETORIA DE EDUCACAO PERMANENTE EM SAUDE		
ENFERMEIRO - SAUDE PUBLICA		
CAMILA BELTRAME BAGIO	630652-7-01	01/07/2022
DIRETORIA DE GESTAO DE PESSOAS		
PSICOLOGO		
ANDRESA DAROSCI SILVA	631647-6-01	01/07/2022
RIBEIRO		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
MARINA DAUX FRANCO	996031-7-02	01/07/2022
DIRETORIA DE LICITACOES E CONTRATOS		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
MATHEUS AMARAL DA COSTA	642163-6-01	02/07/2022
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO DE COMPRAS		
FARMACEUTICO - SAUDE PUBLICA		
EDNEIA LUZIA SANTOS BRITO	690630-3-02	11/07/2022
VIEIRA		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
PAOLA ALINE AMARANTE BORBA	644301-0-01	08/07/2022
DIRETORIA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		
MEDICO - INFECTOLOGIA		
PATRICIA DE ALMEIDA VANNY	612001-6-02	31/07/2022
DIRETORIA DE VIGILANCIA SANITARIA		
ENFERMEIRO		
VANESSA MORENO BLANCO	634177-2-01	09/07/2022
GERENCIA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E MANU- TENCAO		
ENGENHEIRO ELETRICISTA		
RODRIGO TETSUO BURDA	626982-6-01	07/07/2022
SENZAKI		
ENGENHEIRO MECANICO		
JOSE ALMIR COIMBRA	618298-4-01	01/07/2022
GERENCIA DE ANATOMIA PATOLOGICA		
TECNICO EM ENFERMAGEM		
EDUARDO DA SILVA BISPO	616304-1-01	01/07/2022
GERENCIA DE CONTRATUALIZACAO DOS SERVICOS DO SUS		
TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		

PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL. FLORIANOPOLIS/SC, 12 DE SETEMBRO DE 2022. THIAGO AUGUSTO VIEIRA
Secretário de Infraestrutura

Cod. Mat.: 855927

Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA.

A DIRETORA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 44 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.793/94 e o inciso III do artigo 64 da Lei Estadual nº 6.320/1983 e o artigo 53 do Decreto Estadual nº 23.663/1984, notifica o autuado identificado no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência quanto ao **Auto de Imposição de Penalidade abaixo relacionado**. Poderá ser interposto recurso contra a autuação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da efetiva notificação, na forma do art. 69 da Lei Estadual nº 6.320/1983. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado na Diretoria de Vigilância Sanitária, na Av. Rio Branco, 152, Centro, Florianópolis/SC. E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

Florianópolis, 14 de setembro de 2022

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

1. AUTUADO:SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CNPJ/CPF: 74.047.341/0001-59
PROCESSO: SES 00154462/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006524/22

2. AUTUADO:LEANDRO APARECIDO DE PAULA
CNPJ/CPF: 19.634.481/0001-15
PROCESSO: SES 00061032/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006577/22

3. AUTUADO:ESPORTE CLUBE INTERNACIONAL
CNPJ/CPF: 75.323.907/0001-90
PROCESSO: SES 00139443/2021
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006708/22

4. AUTUADO:K.N.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS LTDA
CNPJ/CPF: 17.127.400/0001-65
PROCESSO: SES 00014476/2019
AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 10000006396/22

Cod. Mat.: 855516

PORTARIA nº 967/2022 de 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o dispositivo no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei nº 741, de 12 de Junho de 2019, **RESOLVE**:
Art. 1º – Nomear Comissão para normatização e procedimentos para a implantação do veículo motocicleta/motolância nos atendimentos de urgência, no âmbito do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU em Santa Catarina.
I - Representantes da Secretaria de Estado da Saúde - Superintendência de Urgência e Emergência:
a) Adrina Maria Martins, matrícula nº 372597901, Coordenação de Metas e Fiscalização
b) Francine N. Teixeira de Oliveira, matrícula nº 372598701, Coordenadora de Enfermagem;
c) Hedileia da Rosa e S. Arcenio, matrícula nº 0256989203, Coordenadora de Patrimônio e Qualificação;
d) Juliana Brasil Rodolfo Simas, matrícula nº 3725891, Diretora do APH Móvel;
e) Marcos Antônio Fonseca, matrícula nº 30705002, Coordenador das CRU's de SC;

f) Sandra Mariza de Brida, matrícula nº 37730802, Coordenadora de Farmácia.
Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar a partir da data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855766

PORTARIA nº 966 de 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, § 2º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 741 de 12 de junho de 2019 e conforme o Art. 4, inciso II, do Decreto nº 1.860/2022, **RESOLVE DESIGNAR**, de acordo com o art. 38, da Lei nº 6.745/85, conforme processo nº SES 172424/2022, **ANDRÉIA MULLER PEREIRA**, mat. nº 397723-4-01, Gerente de Enfermagem, para responder, cumulativamente, pelo cargo de **DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSÉ DR. HOMERO DE MIRANDA GOMES**, nível FG-1, da SES, em substituição ao titular, Daywson Pauli Koerich, matrícula nº 375618-1-03, durante o usufruto de férias, no período de **08/09/2022 a 17/09/2022**.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 855789

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 107231/2022** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **SEPAT MULTI SERVICE LTDA**, CNPJ nº 03.750.757/0001-90, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 2.119,91 por descumprimento do Contrato nº 382/2020 – Edital nº 517/2020.

Cod. Mat.: 855814

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2021TR000453.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Beneficência Camiliana do Sul, mantenedora do Hospital São Bernardo, com sede no município de Quilombo. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: "Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência": O prazo do Convênio nº 2021TR000453 fica prorrogado até 30 de janeiro de 2023, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 08 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Antônio Mendes Freitas, pelo Hospital.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2022TR000745.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Fundação Médica Assistencial do Trabalhador Rural de Nova Erechim, com sede no município de Nova Erechim. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: "Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência": O prazo do Convênio nº 2022TR000745 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2022, tendo em vista o disposto no Art. 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais especificamente para que a Conveniente possa executar objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 14 de setembro de 2022. **SIGNATÁRIO:** Aldo Baptista Neto, pela SES e Alfredo Carlos Merigo, pela Fundação.

Cod. Mat.: 855826

PORTARIA nº 976 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no art. 106, Parágrafo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 741, de 12 de Junho de 2019;
CONSIDERANDO que o tempo atual de análise de amostras em processos licitatórios corresponde uma parte significativa do tempo total de aquisição e a necessidade de ações que visem a redução do tempo de aquisição, evitando a interrupção do abastecimento das unidades SES/SC, o Banco de Marcas (BM) configura-se uma ferramenta que visa a otimização do tempo de processo de compra, devido ao histórico de registros de avaliações de amostras, **RESOLVE**:
Art. 1º - Normatizar nos processos de aquisição de bens, no qual haja avaliação de amostras, o cadastro de marcas de insumos para abastecimento da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) será realizado na plataforma digital <http://sistemases.saude.sc.gov.br/marcas/listaPublica>.
Art. 2º - O BM SES/SC pode ser utilizado para gerar um catálogo de marcas aprovadas e reprovadas que permite embasar a administração nos processos de compras públicas SES/SC.
§ 1º Os insumos serão avaliados e o resultado definido por meio de Formulário de Análise de Qualidade Técnica (FAT), conforme portaria específica.
§ 2º Caberá a equipe técnica da Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC) a inserção de dados na plataforma BM.
Art. 3º - As marcas aprovadas serão reavaliadas em caso de alteração nas características do produto, como por exemplo: composição, apresentação e/ou registro.
§ 1º Em caso de queixa técnica e/ou evento adverso durante a utilização do produto, o mesmo poderá ser reprovado pela área técnica da DPGC.
Art. 4º - A reprovação da marca ficará vigente pelo prazo de cinco anos.
§ 1º Se comprovado por parte do fabricante a melhoria e/ou correção necessária do produto, o mesmo poderá ser reavaliado antes do prazo estipulado no Art. 4º.
Art. 5º - O fornecedor que possuir a marca do produto qualificada na SES/SC obriga-se a comunicar formalmente à DPGC, as eventuais alterações de fabricação e fusões de empresas que levem a alterações na nomenclatura da marca.
Art. 6º - A Listagem Pública de Marcas Aprovadas estará disponível para consulta na plataforma BM.
Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855892

PORTARIA nº 951 de 09/09/2022.

CONCEDER PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO, de acordo com o Decreto nº 1863/13 e conforme processo nº SES 107705/2021, à servidora **ALICE HENRIQUE DOS SANTOS SUMAR**, matrícula nº 673048-5-01, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, no Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes/HRSJ-HMG, para continuar frequentando curso de pós-graduação stricto sensu, em nível de Doutorado em Ciências Médicas, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, no período de **02/10/2022 a 02/04/2023**, com afastamento parcial de 03 (três) dias na semana.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde.

Cod. Mat.: 855905

PORTARIA nº. 968 – 15/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos do Decreto nº. 1860/2022, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde emitido pela Gerência de Perícia Médica da Secretaria de Estado da Administração em 19/07/2022 e conforme processo SES 93248/2022, resolve **REMOVER** a servidora **SIRLENE TIVES**, matrícula nº. 0957446-8-01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada no Hospital Infantil Joana de Gusmão - HIJG, nível GEPRO-SES-11/D, para atuar na Escola de Saúde Pública de Santa Catarina - ESPSC, a contar de 23/10/2022.

ALDO BAPTISTA NETO
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 855909

PORTARIA nº 977 de 16/09/2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, de acordo com o disposto no



Assinaturas do documento



Código para verificação: **O5M7D5M8**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 09/09/2024 às 15:11:26

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)



ROBERTA WILL (CPF: 009.XXX.329-XX) em 09/09/2024 às 15:35:33



Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:01:25 e válido até 13/07/2118 - 15:01:25.


(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfTzVNN0Q1TTg=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **O5M7D5M8** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Listagem de Compra Direta

 Início /  Compra Direta

 Compra Direta

Novo

Filtros

Número

1116

Código PSES

Ano

2024

Data Abertura

Objeto

Buscar

Limpar

Mostrar

10

 registros por pagina

Pesquisar

Número	PSES	Modalidade	Objeto	Ano	Ações
1116	165670/2024	Compra Direta (CD)	Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares ? GEBER.	2024	<div>Editar</div> <div>Excluir</div>

Mostrar 1 até 1 do 1 registros

Anterior

1

Proximo



PORTAL
DE COMPRAS



Edital Dispensa com Cotação Eletrônica
1116/2024



Atualizado em:
01/08/2024 18:15:14

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: Os editais abaixo disponíveis estão sujeitos a alterações, as quais serão informadas nesta página, sendo de inteira responsabilidade do consulente, o acompanhamento e o acesso as novas modificações.
Essas publicações não possuem caráter legal.

Natureza: **Materiais**

Objeto

Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

Publicação/Expedição	Entrega Final da Proposta	Documento
09/09/2024	16/09/2024 14:00:00	SES 165670/2024

Situação	Abertura
Em Recebimento de Proposta	09/09/2024 18:15:00



GELIC - COMPRA DIRETA <compradireta@saude.sc.gov.br>

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 1116/2024 - ENCERRAMENTO EM 16/09/2024 ÀS 14:00 HORAS

1 mensagem

GELIC - COMPRA DIRETA <compradireta@saude.sc.gov.br>

9 de setembro de 2024 às 18:41

Cco: Pedro - X MED <faturamento1@xmed.com.br>, Zenicio Pires <comercialsc@xmed.com.br>, estoque3@xmed.com.br, Pró-Vascular - TELEVENDAS <provascular@provascular.com.br>, everson pereira <everson_lp@hotmail.com>, xavier@xmed.com.br, sac@medicalway.com.br, cardiotronic@cardiotronic.com.br, Licitações Cardiotronic <licitacao@cardiotronic.com.br>, vendas@avantcare.com.br, "Jusimed." <jusimed@jusimed.com.br>, contato@intermedicalbr.com

Boa tarde,

Segue em anexo a Cotação Eletrônica nº **1116/2024** para cotação de preços.

O acesso ao processo digital, pode ser realizado por meio do portal <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/atendimento>, link: "Consulta de processos" - **Processo SES 165670/2024**

COTAÇÃO EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, PROPOSTAS INICIAIS ENVIADAS POR E-MAIL NÃO SERÃO CONSIDERADAS PARA ESTE PROCESSO.**1 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:****1.1 – Cadastro simplificado:**

1.1.1 – A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção "Não tenho cadastro".

1.1.2 – A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <https://youtu.be/MtlLX39_ryg>

2- PROPOSTA

2.1 - A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

2.1.1 – As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <<https://youtu.be/8JL8qgARORs>>

2.1.2 – Após cadastrar a proposta, os participantes poderão registrar lances, até o prazo limite estabelecido em edital.

2.1.3 – Ao final do prazo, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema.

2.1.4 – Documentos de qualificação técnica, quando exigidos em termo de referência, também deverão ser apresentados junto à proposta final.

ENCERRA O RECEBIMENTO DOS LANCES EM 16/09/2024, ÀS 14:00 HORAS.**Atentar-se para a validade da proposta para - 60 dias (sob pena de desclassificação)**

Atenciosamente,

--



Franciele Garcia

Núcleo de Compra Direta - NUCOM

Diretoria de Aquisição e Contratos – DIAC

Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES

Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8911



Cotação Eletrônica 1116-24.pdf

1785K



GELIC - COMPRA DIRETA <compradireta@saude.sc.gov.br>

COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 1116/2024 - ENCERRAMENTO EM 16/09/2024 ÀS 14:00 HORAS

1 mensagem

GELIC - COMPRA DIRETA <compradireta@saude.sc.gov.br>

12 de setembro de 2024 às 12:07

Para: qualidade@intermedicalbr.com

Boa tarde,

Segue em anexo a Cotação Eletrônica nº **1116/2024** para cotação de preços.
O acesso ao processo digital, pode ser realizado por meio do portal <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/atendimento>, link: "Consulta de processos" - **Processo SES 165670/2024**

COTAÇÃO EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, PROPOSTAS INICIAIS ENVIADAS POR E-MAIL NÃO SERÃO CONSIDERADAS PARA ESTE PROCESSO.

1 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**1.1 – Cadastro simplificado:**

1.1.1 – A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção "Não tenho cadastro".

1.1.2 – A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <https://youtu.be/MtILX39_ryg>

2- PROPOSTA

2.1 - A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

2.1.1 – As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <<https://youtu.be/8JL8ggAR0Rs>>

2.1.2 – Após cadastrar a proposta, os participantes poderão registrar lances, até o prazo limite estabelecido em edital.

2.1.3 – Ao final do prazo, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema.

2.1.4 – Documentos de qualificação técnica, quando exigidos em termo de referência, também deverão ser apresentados junto à proposta final.

ENCERRA O RECEBIMENTO DOS LANCES EM 16/09/2024, ÀS 14:00 HORAS.

Atentar-se para a validade da proposta para - 60 dias (sob pena de desclassificação)

Atenciosamente,

--



Franciele Garcia

Núcleo de Compra Direta - NUCOM

Diretoria de Aquisição e Contratos – DIAC

Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES

Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8911



Cotação Eletrônica 1116-24.pdf

1785K

Agente de contratação (17/09/2024 14:13:56): Iniciaremos a confecção da grade de preços e posterior encaminhamento para parecer técnico.

Agente de contratação (17/09/2024 14:13:43): Agradecemos a participação.

Sistema (17/09/2024 10:59:38): Um arquivo foi anexado pelo participante X MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Nome do arquivo: Proposta Eletrônica 1116 2024 Processo SES 165670 2024.pdf

Agente de contratação (16/09/2024 14:43:28): Fico no aguardo da proposta assinada. Até amanhã.

Agente de contratação (16/09/2024 14:42:40): ok

Sistema (16/09/2024 14:37:59): Um arquivo foi anexado pelo participante X MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. Nome do arquivo: COTACAO ELETRONICA 1116 2024 SES.pdf

Agente de contratação (16/09/2024 14:24:56): Favor anexar o restante da documentação solicitada.

Agente de contratação (16/09/2024 14:24:26): Ok! prazo concedido.

Participante X MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

(16/09/2024 14:14:43): Solicito prorrogação da proposta assinada, até amanhã terça-feira dia 17 de setembro até as 11:30. Motivo: Disponibilidade do sócio.

Agente de contratação (16/09/2024 14:05:00): Prazo para recebimento da documentação: 1 hora.

Agente de contratação (16/09/2024 14:04:34): Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, conforme atividade exercida, especifica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União, podendo ser complementada com documento obtido a partir da página da ANVISA); Para os objetos que, de acordo com os regulamentos vigentes, forem dispensados da obrigatoriedade de Licença de Funcionamento Sanitária e Autorização de Funcionamento, deverão ter justificativas apresentadas pelo fornecedor;

Agente de contratação (16/09/2024 14:04:24): 2º arquivo - Documentos de qualificação técnica : Licença de Funcionamento Sanitária vigente, conforme atividade exercida, especifica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local).

Agente de contratação (16/09/2024 14:04:16): 1º arquivo – Proposta: CNPJ de faturamento; Dados cadastrais e dados bancários para pagamento; Validade da proposta: 60 dias (prazo mínimo); Assinatura do representante legal da empresa (assinatura digital ou física); Fabricante; marca; RMS; apresentação do produto ofertado (quantidade na embalagem ou caixa).

Agente de contratação (16/09/2024 14:04:09): ATENÇÃO! ENCAMINHAR DOIS ARQUIVOS:

Agente de contratação (16/09/2024 14:03:58): Empresa XMED, classificada como único cotador o sistema está disponível para recebimento da sua proposta e documentação de qualificação técnica.

Sistema (16/09/2024 14:02:21): O Agente de Contratação abriu a negociação do item 1. Participante com melhor lance e apto para negociar: X MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Agente de contratação (16/09/2024 14:01:57): Boa tarde!

Sistema (16/09/2024 14:00:00): A disputa de lances foi encerrada conforme data e hora configuradas para o seu encerramento

Agente de contratação (16/09/2024 13:39:43): Na data limite de cadastro de propostas, todos participantes deverão permanecer online para a negociação.

Agente de contratação (10/09/2024 15:24:43): Na data limite de cadastro de propostas, todos participantes deverão permanecer online para a negociação.

Agente de contratação (10/09/2024 15:24:37): O Sistema abrirá as propostas automaticamente, no horário estabelecido em edital.

Agente de contratação (10/09/2024 15:24:30): Sugerimos a leitura do descritivo técnico do Edital publicado no portal de compras do Estado de Santa Catarina. O mesmo está disponível para consulta pública no portal SGP-e, por meio da consulta ao processo SES 165670/2024, link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/atendimento>

Agente de contratação (10/09/2024 15:24:00): Senhores participantes. O sistema encontra-se disponível para recebimento de lances, até a data final estipulada em Edital.

[Voltar](#)



X MED Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda.

À Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina 80.673.411/0001-87

Cotação Eletrônica Nº 1116/2024 – Processo SES 165670/2024

Proponente: X Med Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda - CNPJ: 05.409.930/0001-17

Rua Estados Unidos, 1931 – Boa Vista – Curitiba – PR. – CEP. 82540-030

Fone: (41) 3014-5316 Contato: Marcelo Fernando de Oliveira comercial4@xmed.com.br

Proposta de Preços

Item	Código	Descrição	UN.	Marca / Fab.	Procedência	QT	Registro MS	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	6678	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada, para aspiração de átrio esquerdo, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação do produto, procedência, tipo e data de esterilização, data fabricação, validade, nº do lote e registro no MS	Peça	Medtronic / Auto Suture	Importado (EUA)	144	10349001156	621,29	89.465,76

Valor Total dos Produtos: R\$ 89.465,76

Valor total da proposta: R\$ 89.465,76 (oitenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos).

Obs:

- Validade da Proposta: 60 dias.
- Modalidade do Frete: CIF
- Dados Bancários: Banco do Brasil - AG: 1622-5 - C/C: 27188-8
- Prazo de Entrega: 10 dias
- Prazo para Pagamento: 30 dias

Curitiba, 16 de Setembro de 2024.

X MED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Geraldo Xavier

Sócio Proprietário / RG 4.089.068-8 / CPF 626.389.209-91

Rua Estados Unidos, 1931 - Boa Vista - CEP 82540-030 - Curitiba - PR

Fone: (41) 3014-5316 - contato@xmed.com.br

www.xmed.com.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Licença Sanitária

Informações
Reclamações

156

ou 0800-644-0041

DISTRITO SANITARIO BOA VISTA

Nº 02.430/2024

A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, com base na Lei Municipal nº 9000/96 artigo nº 39, concede a presente Licença Sanitária a:

Razão Social X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Nome Fantasia X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR

Endereço RUA ESTADOS UNIDOS 1931 BOA VISTA

CNPJ: 05.409.930/0001-17 Processo nº 000166542024

Insc. Munic.

Técnico VISA 47644 - 25992

Ramo(s) de Atividade Econômica:

COMÉRCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MÉDICO, CIRÚRGICO, HOSPITALAR E DE LABORATÓRIOS / COMÉRCIO ATACADISTA DE PRÓTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA / COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR; PARTES E PEÇAS / COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS

ATIVIDADE LICENCIADA: DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE.



CURITIBA, 30 de agosto de 2024

Validade: até 30/08/2026 e enquanto satisfizer as exigências da legislação em vigor. **Manter em local visível ao público**



ANEXO

EMPRESA: CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI
ENDEREÇO: R PRESIDENTE HERMES DA FONSECA 438 QUADRA 73 LOTE 09
BAIRRO: JARDIM PRESIDENTE CEP: 74353170 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 16.917.181/0001-55
PROCESSO: 25351.236059/2018-12 AUTORIZ/MS: 1.17659.9
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: D. DA SILVA GARCIA - EPP
ENDEREÇO: RUA LOMAS VALENTINAS, 80
BAIRRO: SANTA MARIA CEP: 09560260 - SÃO CAETANO DO SUL/SP
CNPJ: 28.746.366/0001-23
PROCESSO: 25351.126379/2018-65 AUTORIZ/MS: 1.17672.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: MARIA DA GLORIA M GLINS - ME
ENDEREÇO: AV CONSELHEIRO FURTADO, Nº 2890
BAIRRO: CREMACAO CEP: 66040100 - BELÉM/PA
CNPJ: 27.862.999/0001-34
PROCESSO: 25351.203996/2018-91 AUTORIZ/MS: 1.17616.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

EMPRESA: TRANS TOUR ENVIAR E RECEBER LTDA
ENDEREÇO: RUA AMARO CAVALHEIRO, Nº 28
BAIRRO: PINHEIROS CEP: 05425010 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.509.995/0001-71
PROCESSO: 25351.174027/2018-16 AUTORIZ/MS: 1.17671.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: INSUMOS
FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO

EMPRESA: WLMC TRANSPORTES RODOVIARIOS EIRELI EPP
ENDEREÇO: ESTRADA VELHA DE ITU, 1200
BAIRRO: JARDIM ALVORADA CEP: 06612250 - JANDIRA/SP
CNPJ: 11.476.664/0003-00
PROCESSO: 25351.046294/2018-02 AUTORIZ/MS: P07XW7H1L2M1 (8.16562.3)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: MAX LIMPEZA LTDA - EPP
ENDEREÇO: Rua Marechal Hermes da Fonseca nº 578
BAIRRO: Piedade CEP: 54400333 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
CNPJ: 08.848.709/0001-53
PROCESSO: 25351.198519/2018-05 AUTORIZ/MS: PL0882049YW1 (8.16473.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: CARVALHO & BITTENCOURT LTDA ME
ENDEREÇO: ROD BR 316 S/N KM 19
BAIRRO: CANUTAMA CEP: 68795000 - BENEVIDES/PA
CNPJ: 03.786.121/0001-07
PROCESSO: 25351.265581/2018-10 AUTORIZ/MS: P1735668WX4W (8.16588.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: Supermed Comércio e Importação de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda.
ENDEREÇO: Avenida Tower Automotive, 300, Galpão 26
BAIRRO: Laranja Azeda CEP: 07430350 - ARUJÁ/SP
CNPJ: 11.206.099/0004-41
PROCESSO: 25351.248724/2018-11 AUTORIZ/MS: P13XL8M197LY (8.16587.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: MORENA MOCA CONFECÇOES LTDA - ME
ENDEREÇO: AV ALBERTO PASQUALINI Nº 1552 SALA 01
BAIRRO: CURTUME CEP: 99200000 - GUAPORÉ/RS
CNPJ: 07.511.303/0001-18
PROCESSO: 25351.247313/2018-16 AUTORIZ/MS: P4Y6L8LY6301 (8.16574.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS

EMBALAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
FABRICAR: CORRELATOS
REEMBALAR: CORRELATOS

EMPRESA: JAGUAR TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA
ENDEREÇO: av. doutor vacyr gonçalves pereira, 496 - andar 1 sala 202
BAIRRO: centro CEP: 86170000 - SERTANÓPOLIS/PR
CNPJ: 26.706.885/0001-32
PROCESSO: 25351.222161/2018-31 AUTORIZ/MS: X48146H24LWW (8.16538.1)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: AJS COMERCIAL LTDA.
ENDEREÇO: RUA FELINO BOMFIM, 57
BAIRRO: CENTRO CEP: 49530000 - RIBEIRÓPOLIS/SE
CNPJ: 27.839.404/0001-20
PROCESSO: 25351.208339/2018-31 AUTORIZ/MS: 15919LYY8734 (8.16585.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: ROMEIRO & ROMEIRO COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME
ENDEREÇO: AV PRESIDENTE VARGAS, 118 - LOJA 18
BAIRRO: CENTRO CEP: 28540000 - CORDEIRO/RJ
CNPJ: 03.596.357/0001-72
PROCESSO: 25351.105987/2018-36 AUTORIZ/MS: P5434975LHWY (8.16561.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: ALLIANCARE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA HOLANDA, 675
BAIRRO: VILA MARIANA CEP: 14075240 - RIBEIRÃO PRETO/SP
CNPJ: 27.197.986/0001-98
PROCESSO: 25351.153232/2018-48 AUTORIZ/MS: LW81W46864Y4 (8.16586.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: SANTO REMEDIO - COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR EIRELI - ME
ENDEREÇO: AVENIDA ADAO WELKER Nº 104
BAIRRO: CENTRO CEP: 99740000 - BARÃO DE COTEGIPE/RS
CNPJ: 28.643.008/0001-95
PROCESSO: 25351.198645/2018-51 AUTORIZ/MS: L0X1158M3L03 (8.16476.7)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: KLEY HERTZ DISTRIBUIDORA LTDA
ENDEREÇO: AV TALMA RODRIGUES RIBEIRO, 147, GALPÃO 02, MÓDULO A/B/E/F, SALA 9
BAIRRO: PORTAL DE JACARAÍPE CEP: 29173795 - SERRA/ES
CNPJ: 14.408.399/0005-82
PROCESSO: 25351.247305/2018-61 AUTORIZ/MS: PX1Y187W6041 (8.16573.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: odonto & medic de montes claros ltda
ENDEREÇO: av. cula mangabeira, 593
BAIRRO: CEP: - MONTES CLAROS/MG
CNPJ: 09.132.375/0001-80
PROCESSO: 25351.222166/2018-63 AUTORIZ/MS: PH487MW4474L (8.16537.8)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS

EMPRESA: J. J. C. COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA EXPEDICIONARIOS VICENTINOS 90/92 SALA 3C
BAIRRO: CENTRO CEP: 11310510 - SÃO VICENTE/SP
CNPJ: 28.395.843/0001-53
PROCESSO: 25351.222189/2018-78 AUTORIZ/MS: 3Y9122L69579 (8.16535.1)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS

EMPRESA: GERARDO MAJELA LIMA CAVALCANTI - ME
ENDEREÇO: Rua Professor Dias da Rocha, 1511 - sala 13

BAIRRO: Aldeota CEP: 60170285 - FORTALEZA/CE
CNPJ: 29.133.158/0001-11
PROCESSO: 25351.222099/2018-87 AUTORIZ/MS: M7X18871MH5X (8.16536.4)
ATIVIDADE/CLASSE
COMERCIALIZAR: CORRELATOS

EMPRESA: JSL S/A
ENDEREÇO: Avenida Saraiva,400
BAIRRO: Brás Cubas CEP: 08745900 - MOGI DAS CRUZES/SP
CNPJ: 52.548.435/0027-08
PROCESSO: 25351.244242/2018-91 AUTORIZ/MS: XLM2YL2H4554 (8.16578.0)
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: MAXIMUS COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL EIRELI
ENDEREÇO: RUA CARLOS STABENOW, 434, FUNDOS 02
BAIRRO: CENTRO CEP: 29615000 - LARANJA DA TERRA/ES
CNPJ: 27.353.640/0001-31
PROCESSO: 25351.172880/2018-01 AUTORIZ/MS: 3.07983.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: M3 INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA PEDRO ANTONIO FAYAL, 99
BAIRRO: SÃO JOÃO CEP: 88305010 - ITAJAÍ/SC
CNPJ: 29.244.453/0001-45
PROCESSO: 25351.248397/2018-05 AUTORIZ/MS: 3.07997.5
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: HIMALAIA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA
ENDEREÇO: RUA AMÉRICA,1200
BAIRRO: INDUSTRIAL CEP: 92990000 - ELDORADO DO SUL/RS
CNPJ: 00.131.299/0001-13
PROCESSO: 25351.129178/2018-10 AUTORIZ/MS: 3.07999.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: TRANSPORTADORA GERBI LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA POLONIA, 126
BAIRRO: SILVESTRE CEP: 13901002 - AMPARO/SP
CNPJ: 44.695.088/0001-89
PROCESSO: 25351.256886/2018-22 AUTORIZ/MS: 3.07998.9
ATIVIDADE/CLASSE
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.

EMPRESA: SINTESE SOLUÇÕES EM FORNECIMENTO DE PRODUTOS DIVERSOS LTDA - ME
ENDEREÇO: AV. GOVERNADOR NILO COELHO, Nº 20 - GALPAO 08
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 53520810 - ABREU E LIMA/PE
CNPJ: 14.563.405/0001-42
PROCESSO: 25351.144285/2018-78 AUTORIZ/MS: 3.08000.6
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

Total de Empresas : 24

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.659, DE 28 DE JUNHO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 04 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

ANEXO

EMPRESA: EXECUTIVA DISTRBUIDORA LTDA
ENDEREÇO: AV ANHANGUERA, QD. 74, LT. 09/11, Nº 5674, ED. PALÁCIO DO COMÉRCIO, SALAS 707 E 709
BAIRRO: CENTRO CEP: 74043906 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 05.870.616/0001-37



TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: IMPROMEDH COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI
ENDEREÇO: AVENIDA CORONEL COLARES MOREIRA, ED. OFFICE TOWER, 01, SALAS 1107 E 1108
BAIRRO: JARDIM RENASCENÇA CEP: 65075441 - SÃO LUÍS/MA
CNPJ: 06.111.465/0001-04
PROCESSO: 25014.015946/2007-27 AUTORIZ/MS:
PH853WMH8XL4 (8.04327.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO

EMPRESA: BIOMM SA
ENDEREÇO: AV REGENT, Nº 705, LOTE 15 AO 21 PARTE GLEBA 28
BAIRRO: ALPHAVILLE-LAGOA DOS INGLESES CEP: 34018000 - NOVA LIMA/MG
CNPJ: 04.752.991/0001-10
PROCESSO: 25351.437908/2015-28 AUTORIZ/MS:
P254754XH261 (8.12445.4)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: AMAZON FISIOCARE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO E HOSPITALARES LTDA-ME
ENDEREÇO: AV RÔMULO MAIORANA, Nº 700 - SALA 1308
BAIRRO: MARCO CEP: 66093672 - BELÉM/PA
CNPJ: 11.756.312/0001-46
PROCESSO: 25351.390752/2014-31 AUTORIZ/MS:
P1WXLLX3296M (8.10668.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: LINHA MEDICA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ENDEREÇO: RUA DOUTOR ANCIETO VAREJÃO, 466
BAIRRO: CANDEIAS CEP: 54420310 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
CNPJ: 35.716.141/0001-90
PROCESSO: 25019.001614/2004-32 AUTORIZ/MS:
W7025HMLHM5X (8.02238.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: SHUTTLE LOGISTICA INTEGRADA LTDA
ENDEREÇO: RUA ORLANDO MOTTA Nº 150, PARTE A, QUADRA C
BAIRRO: JARDIM ALVORADA CEP: 06612260 - JANDIRA/SP
CNPJ: 04.711.147/0001-40
PROCESSO: 25351.022541/2006-33 AUTORIZ/MS:
P844H36HL415 (8.02902.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATO

EMPRESA: DINAMICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA RIO PURUS 1087
BAIRRO: NOSSA SENHORA DAS GRACAS CEP: 69053050 - MANAUS/AM
CNPJ: 12.544.921/0002-85
PROCESSO: 25351.439900/2017-36 AUTORIZ/MS:
P86WM87YY595 (8.15660.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: TRAUFIX MEDICAL PRIME MATERIAIS MEDICOS LTDA - ME
ENDEREÇO: ALAMEDA TERRACOTA, 250 - CONJUNTO 1204
BAIRRO: CERAMICA CEP: 09531190 - SÃO CAETANO DO SUL/SP
CNPJ: 12.639.633/0001-23
PROCESSO: 25351.112620/2011-38 AUTORIZ/MS:
PH7W5Y4HWW6L (8.07531.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: MEGAFARMA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
ENDEREÇO: RUA RAMIRO VELOSO, Nº 111
BAIRRO: VILA BRASÍLIA CEP: 39400151 - MONTES CLAROS/MG

CNPJ: 17.461.173/0001-00
PROCESSO: 25351.179034/2014-44 AUTORIZ/MS:
U1HM30M74X79 (8.10397.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: ONCONNECT - IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA - ME
ENDEREÇO: RODOVIA GOVERNADOR MARIO COVAS, Nº 1941, KM 281 3
BAIRRO: PADRE MATHIAS CEP: 29157100 - CARIACICA/ES
CNPJ: 12.542.523/0001-49
PROCESSO: 25351.230841/2012-46 AUTORIZ/MS:
P86W0X84555L (8.08537.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: X MED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA ESTADOS UNIDOS 1931
BAIRRO: BOA VISTA CEP: 82560040 - CURITIBA/PR
CNPJ: 05.409.930/0001-17
PROCESSO: 25023.020149/2005-47 AUTORIZ/MS:
KWH44M895M6W (8.02654.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO

EMPRESA: ARTHROM COMERCIO DE IMPLANTES ORTOPEDICOS LTDA.
ENDEREÇO: Avenida Presidente Castelo Branco, 580
BAIRRO: Jardim Presidente CEP: 86061335 - LONDRINA/PR
CNPJ: 03.664.933/0001-71
PROCESSO: 25023.170070/2003-48 AUTORIZ/MS:
P55370M4WH39 (8.01618.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: PROMEDON BELO HORIZONTE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA.
ENDEREÇO: RUA DOS OTONI, 735 SALAS 907 A 909
BAIRRO: SANTA EFIGÊNIA CEP: 30150274 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 09.235.608/0001-70
PROCESSO: 25351.106458/2009-51 AUTORIZ/MS:
G6682255XX65 (8.05241.1)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: BIOSIGMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA
ENDEREÇO: RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 502
BAIRRO: CENTRO CEP: 15910000 - MONTE ALTO/SP
CNPJ: 12.051.059/0001-98
PROCESSO: 25351.439844/2013-52 AUTORIZ/MS:
P5MX71WY6834 (8.09676.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: ONCONORTE LTDA - EPP
ENDEREÇO: RUA LUIZ FERNANDO NOBRE Nº 480, SALA A B
BAIRRO: CENTRO CEP: 67030140 - ANANINDEUA/PA
CNPJ: 14.497.468/0001-48
PROCESSO: 25351.013995/2018-57 AUTORIZ/MS:
PM2YH6474972 (8.16138.0)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: CARDIOTRONIC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA MENINO DEUS, Nº 155
BAIRRO: CENTRO CEP: 88020210 - FLORIANÓPOLIS/SC
CNPJ: 05.375.586/0001-92
PROCESSO: 25024.000155/2008-64 AUTORIZ/MS:
K3H44H9904YY (8.04701.3)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS
TRANSPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: ENDO MEDIC COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI
ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 55 SL 304
BAIRRO: CENTRO CEP: 89010500 - BLUMENAU/SC
CNPJ: 29.309.088/0001-00
PROCESSO: 25351.057508/2018-68 AUTORIZ/MS:
8XX17LY04686 (8.16253.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: CISCRE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA
ENDEREÇO: RUA MURILO CAMPOS CASTRO, Nº 84
BAIRRO: FAZENDA SANTA CÂNDIDA CEP: 13087541 - CAMPINAS/SP
CNPJ: 07.014.318/0001-70
PROCESSO: 25351.722153/2009-69 AUTORIZ/MS:
G166HH52X28L (8.05848.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: NUVAX COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA BARALDI, 894 - SALA 02
BAIRRO: CENTRO CEP: 09510005 - SÃO CAETANO DO SUL/SP
CNPJ: 04.086.606/0001-42
PROCESSO: 25351.484918/2013-71 AUTORIZ/MS:
K7W32WL7H00M (8.09783.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: DANONE LTDA
ENDEREÇO: AV. PORTUGAL, 400, GALPÃO 6A PARTE SALA P31
BAIRRO: ITAQUI CEP: 06696060 - ITAPEVI/SP
CNPJ: 23.643.315/0067-89
PROCESSO: 25351.380331/2016-77 AUTORIZ/MS: 0851463H54Y6 (8.15102.8)
ATIVIDADE/CLASSE
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPORTAR: CORRELATOS
IMPORTAR: CORRELATOS

EMPRESA: YVMED PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES EIRELI - ME
ENDEREÇO: AVENIDA AUXILIAR UM, Nº 1766, CONJUNTO FERNANDO COLLOR
BAIRRO: TAÍCOCA CEP: 49160000 - NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE
CNPJ: 21.949.562/0001-56
PROCESSO: 25351.346744/2015-80 AUTORIZ/MS:
6M318Y78L139 (8.12242.2)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: Lake Comercio de Produtos Médicos Ltda
ENDEREÇO: Av Circular nº 1192, Qd. 26, Lt 6E, Sala 13
BAIRRO: Setor Pedro Ludovico Teixeira CEP: 74823020 - GOIÂNIA/GO
CNPJ: 06.246.178/0001-01
PROCESSO: 25351.054347/2012-81 AUTORIZ/MS:
PHX583Y45HL8 (8.08394.9)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: TRES PHARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA SIDEROSE, Nº 1060
BAIRRO: CAIÇARA CEP: 30775120 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 26.401.571/0001-21
PROCESSO: 25351.480353/2017-89 AUTORIZ/MS:
3081248193ML (8.15602.5)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATOS
DISTRIBUIR: CORRELATOS
EXPEDIR: CORRELATOS

EMPRESA: BIOTECNICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA WASHINGTON RIBEIRO, Nº 200
BAIRRO: DISTRITO IND. MIGUEL DE LUCA CEP: 37072030 - VARGINHA/MG
CNPJ: 02.534.069/0001-20
PROCESSO: 25351.009463/00-70 AUTORIZ/MS: 8.00273.1
ATIVIDADE/CLASSE



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO



Código de Verificação

Publicado em: 20/09/2024 | Edição: 22358 | Matéria nº: 1024947

PORTARIA GGG N° 001/2024

O **GRUPO GESTOR DE GOVERNO (GGG)**, no uso das competências que lhe são conferidas pelo artigo 106, §2º, I da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019 e,

RESOLVE:

Art. 1º. Vedar, a partir desta data, todo e qualquer processo de dispensa de licitação (“por emergência”) amparado no art. 75, inc. VIII, da Lei nº 14.133/2021, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, e no art. 29, inc. XV, da Lei nº 13.303/2016, no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes.

Parágrafo único. A vedação de que trata o *caput*, excepcionalmente, poderá deixar de ser aplicada a casos específicos, mediante justificativa expressa do titular do órgão ou entidade requisitante, vedada a delegação de competência, mediante prévia análise do Grupo Gestor de Governo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, data da assinatura digital.

Cleverson Siewert
Secretário de Estado da Fazenda
Presidente do Grupo Gestor de Governo
Vânio Boing
Secretário de Estado da Administração
Marcelo Mendes
Secretário de Estado da Casa Civil designado
Márcio Luiz Fogaça Vicari
Procurador-Geral do Estado
Danieli Blanger Pinheiro Porporatti
Secretária do Gabinete do Governador do Estado
Edgard Novuchy Pereira Usuy
Secretário de Estado do Planejamento
Moisés Diersmann
Presidente do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS
GERÊNCIA DE AQUISIÇÃO

Florianópolis, na data da assinatura digital

DESPACHO

À DPGC

Prezados,

Considerando Portaria GGG nº 001/2024, que veda, a contar de 20 de setembro “todo e qualquer processo de dispensa de licitação (por emergência) amparado no art. 75, inc. VIII, da Lei nº 14.133/2021, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, solicitamos justificativa para enquadramento na excepcionalidade disposta no parágrafo único da referida portaria, a saber *“A vedação de que trata o caput, excepcionalmente, poderá deixar de ser aplicada a casos específicos, mediante justificativa expressa do titular do órgão ou entidade requisitante, vedada a delegação de competência, mediante prévia análise do Grupo Gestor de Governo.”*

Atenciosamente,

Hanna Karine S. J. Barcelos
Diretora de Aquisições e Contratos
(assinado digitalmente)



Assinaturas do documento



Código para verificação: **D4QG800Y**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **HANNA KARINE DOS SANTOS JACQUES BARCELOS** (CPF: 584.XXX.069-XX) em 23/09/2024 às 18:16:44
Emitido por: "SGP-e", emitido em 03/04/2019 - 17:00:16 e válido até 03/04/2119 - 17:00:16.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfRDdRRRZgwMFk=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **D4QG800Y** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**Formulário Justificativa Dispensa de Licitação amparado no art.75, inc VIII – Portaria
GGG no.001/2024**

Processo SGPe	Processo SES 00165670/2024
Unidade demandante	Unidades hospitalares SES
Tipo (judicial ou regular)	Regular
Objeto	Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER
Valor estimado total	R\$ 307.552,32
Justificativa *	Itens sem Ata de Registro de Preço disponíveis, sem saldo em Autorização de Fornecimento e com estoque zerados para atendimento da demanda, sendo considerado essencial no atendimento hospitalar.
Histórico de editais frustrados, se houver	Item 1- cód 71382039- edt: 353/22 – PSES 7108/2022; edt: 1332/22 - PSES 70837/2022; edt: 1858/22 - PSES 136367/2022; edt: 2494/22 - PSES 182448/2022; edt: 133/23 – PSES 236747/2022; edt: 1191/23 - PSES 91754/2023; edt: 298/24 – PSES 244767/2023 Item 2- cód 71382015 edt: 498/22 - PSES 6344/2022; Edt: 1301/22 - PSES 66896/2022; edt: 2065/22 - PSES 164613/2022; edt: 20/23 - PSES 219568/2022; edt: 739/23 - PSES 44369/2023; edt: 1572/23 - PSES 129596/2023; edt: 235/24 – PSES 12266/2024
Licitação em curso	Item 1- cód 71382039 Edital 895/24 - PSES 177892/2024 – frustrado dia 24/09/2024 – aguardando resultado de outros itens – não homologação impede a aquisição amparada no Art. 75, inc VIII Item 2- cód 71382015 Edital 877/24 - PSES 174329/2024 – deserto dia 23/09/2024 – aguardando resultado de outros itens não homologação impede a aquisição amparada no Art. 75, inc VIII

- Os quantitativos solicitados são os mínimos necessários para atendimento da situação emergencial



Assinaturas do documento



Código para verificação: **8J8Q6F3V**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CRYSTIAN GONÇALVES MARTINS (CPF: 888.XXX.369-XX) em 24/09/2024 às 19:31:51

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:34:43 e válido até 13/07/2118 - 13:34:43.

(Assinatura do sistema)



ANDERSON L. KRETZER (CPF: 017.XXX.789-XX) em 24/09/2024 às 19:42:33

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:17:14 e válido até 13/07/2118 - 13:17:14.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfOEo4UTZGM1Y=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **8J8Q6F3V** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



DESPACHO INFORMATIVO SOBRE AQUISIÇÕES

Em atendimento ao disposto no **Art. 75, inciso VIII¹, da Lei Federal n.º 14.133/2021**, que trata da não recontração, via dispensa de licitação por situação emergencial, de empresa que já tenha sido contratada anteriormente, no período de 01 (um) ano.

Informa-se que, em pesquisa realizada no Sistema de Contratos e Compra Direta – SCCD, tanto pelo código CIASC (**item 1: 71382039**) como também pelo **CNPJ nº 05.409.930/0001-17** da empresa **X MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, participante da **cotação eletrônica nº 1116/2024 SES nº 110496/2024**, foram localizadas às seguintes contratações para o referido fornecedor:

EMPRESA	GRUPO/CLASSE	DESCRIÇÃO	INCISO	PESQUISA CNPJ	PESQUISA PELO CÓDIGO CIASC
X MED	6678	Cânula de Vent em silicone com ponta aramada, para aspiração de átrio esquerdo, estéril, embalagem unitária, contendo dados de identificação do produto, procedência, tipo e data de esterilização, data fabricação, validade, nº do lote e registro no MS	VIII	nada consta	nada consta

1 - VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso. (grifo nosso)

Florianópolis – SC, 17 de setembro de 2024

[Assinado digitalmente]
Roberta Will
Gerente de Aquisição
Diretoria de Aquisição e Contratos

[Assinado digitalmente]
Franciele Garcia
Técnico em Atividades Administrativas
Núcleo de Compra Direta



Assinaturas do documento



Código para verificação: **D82ELU94**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FRANCIELE FÁTIMA DOS SANTOS GARCIA (CPF: 039.XXX.259-XX) em 25/09/2024 às 17:33:35

Emitido por: "SGP-e", emitido em 12/04/2024 - 13:42:52 e válido até 12/04/2124 - 13:42:52.

(Assinatura do sistema)



ROBERTA WILL (CPF: 009.XXX.329-XX) em 25/09/2024 às 17:35:45

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:01:25 e válido até 13/07/2118 - 15:01:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfRDgyRUxVOTQ=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **D82ELU94** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Saúde
Superintendência de Gestão Administrativa - SGA
Diretoria de Aquisição e Contratos – DIAC

GRADE DE PREÇOS

Responsável	Franciele Garcia
PSES	165670/2024
Cotação	1116/2024
Data	17/09/24

Empresa	1
Itens	X MED
1	R\$ 621,29
2	X

Valor Total da Proposta	R\$ 89.465,76
-------------------------	----------------------

OBS: Se necessário adequar quantitativo.

Red. SES/DIAC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 3664-8739/ (48) 3664-8742/8911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



Assinaturas do documento



Código para verificação: **97VP28QB**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 25/09/2024 às 17:34:47

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfOTdWUDI4UUU=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **97VP28QB** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ENCAMINHAMENTO DE COMPRA DIRETA PARA PARECER TÉCNICO

PSES Nº 165670/2024
COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 1116/2024

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia/higiene, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – **GEBER**.

Á: DPGC

Encaminhamos o referido processo para a emissão de Parecer Técnico por profissional da área relativa ao objeto.

O PARECER TÉCNICO deverá ser emitido em um novo documento, intitulado PARECER TÉCNICO. Não serão aceitos Pareceres emitidos na GRADE DE PREÇOS ou outras folhas já existentes no processo.

Na emissão do Parecer Técnico devem ser observados os seguintes aspectos:

- a) Observar as Propostas e a Grade Comparativa de Preços;
- b) **Verificar se o material cotado corresponde ao solicitado;**
- c) Se algum preço for considerado inexequível ou excessivo, deverão ser indicadas as fontes consultadas;
- d) Caso o parecer recaia sobre a cotação que não for o menor preço elaborar justificativa fundamentada;
- e) Se o proponente oferecer mais de uma opção, porém com mesmo preço, deverá ser mencionada no parecer a marca que melhor atende as necessidades da SES, deixando claro a marca de opção;
- f) Para itens que não possa haver fracionamento de embalagem, deverá ser mencionado o quantitativo próximo acima que culmine com o fechamento da respectiva embalagem;
- g) Quando couber, fazer menção no Parecer Técnico sobre os documentos de qualificação técnica solicitados;

O Parecer deve ser datado, assinado e conter a identificação do profissional responsável por sua elaboração.

Solicitamos, ainda, que o Parecer seja emitido e encaminhado ao Núcleo de Compras o mais breve possível a fim de que a aquisição/contratação seja concretizada dentro do prazo de validade da proposta.

OBS 01: Favor analisar alíneas de “a” até “g”, para emissão de parecer conclusivo.

OBS 02: Após emitir o parecer técnico, elaborar a planilha de Análise de Orçamento, considerando apenas as propostas aprovadas pela área técnica. Quando aplicável.

OBS 03: Não retirar esta folha do processo.

Florianópolis, 17 de setembro de 2024.

[Assinado digitalmente]

Magali Rodrigues

Técnica em Atividades Administrativas
Diretoria de Aquisição e Contratos - DIAC

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



Assinaturas do documento



Código para verificação: **6P9V85MN**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 25/09/2024 às 17:34:47

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfNlA5Vjg1TU4=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **6P9V85MN** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Processo SES 00165670/2024 Vol.: 1

Origem

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/DIAC/GEAQI/NUCOM - Núcleo de Compra Direta
Responsável: MAGALI RODRIGUES
Data encam.: 25/09/2024 às 17:41

Destino

Órgão: SES - Secretaria de Estado da Saúde
Setor: SES/DPGC/NAENF - Núcleo de Acompanhamento e Gestão de Materiais de Enfermaria e Cirurgia

Encaminhamento

Motivo: Para parecer
Encaminhamento: Encaminhamos PSES para parecer técnico e análise dos documentos de qualificação técnica.



PARECER TÉCNICO
PARECER TÉCNICO Nº 31-24-SES-DPGC-NAENF-PT04

Data: 26-09-24
PSES: 165670-24
EDITAL: 1116-24
OBJETO: AQUISIÇÃO ENFERMARIA E CIRURGIA

ITEM	CÓDIGO	EMPRESA	MARCAS	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
01	071382039	XMED	AUTO SUTURE MEDTRONIC ESTADOS UNIDOS RMS 10349001156	Aprovado	Conforme Banco de Marcas

OBS: Não é necessário ajustar o quantitativo.

Informamos que o banco de marcas é de domínio público, através do link:
<http://sistemases.saude.sc.gov.br/marcas/listaPublica.xhtml>. Caso seja de interesse do fornecedor, este poderá consultar o código do item pretendido, visualizando os motivos de aprovação/reprovação/queixa técnica.

Maribel C. Weschenfelder
Enfermeira-ÁREA TÉCNICA
NAENF/ DPGC/SES



Assinaturas do documento



Código para verificação: **MK284S1M**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIBEL CRISTINA WESCHENFELDER (CPF: 587.XXX.810-XX) em 26/09/2024 às 12:05:52

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/07/2019 - 14:03:20 e válido até 30/07/2119 - 14:03:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfTUyODRTMU0=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **MK284S1M** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

Data: 26-09-2024
PSES: 165670-24
Edital: 1116-24

ITEM	CÓDIGO	EMPRESA	DOCUMENTO AVALIADO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
01	071382039	XMED	Licença de Funcionamento Sanitária	ADEQUADO	Vigente
			Autorização de Funcionamento	ADEQUADO	Vigente

Maribel Weschenfelder
Enfermeira
SES/DPGC/NAENF
[assinado digitalmente]



Assinaturas do documento



Código para verificação: **00RK1Q2W**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIBEL CRISTINA WESCHENFELDER (CPF: 587.XXX.810-XX) em 26/09/2024 às 12:05:52

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/07/2019 - 14:03:20 e válido até 30/07/2119 - 14:03:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfMDBSSzFRMlc=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **00RK1Q2W** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.409.930/0001-17 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/11/2002
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	
---	--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.45-1-02 - Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R ESTADOS UNIDOS	NÚMERO 1931	COMPLEMENTO *****
--------------------------------	----------------	----------------------

CEP 82.540-030	BAIRRO/DISTRITO BOA VISTA	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
-------------------	------------------------------	-----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO GESTAO@XMED.COM.BR	TELEFONE (41) 3014-5316
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/04/2004
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 27/09/2024 às 14:24:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 05.409.930/0001-17

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:14:28 do dia 19/08/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/02/2025.

Código de controle da certidão: **9118.CDA0.6278.D83A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034590097-41

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.409.930/0001-17**

Nome: **X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 08/01/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 11.524.747

CNPJ: 05.409.930/0001-17

Nome: X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 14:02 do dia 19/08/2024.

Código de autenticidade da certidão: 4A736D8FF93243D03A2E9EBD72F6CACC21

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 17/11/2024 – Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.409.930/0001-17

Certidão nº: 56905077/2024

Expedição: 19/08/2024, às 14:21:53

Validade: 15/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.409.930/0001-17**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
FERNANDA GALLASSINI
KARINA BAVARO ALVES

PEDIDO DE CERTIDÕES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO

TITULAR

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-906

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CIVIL
VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATÓRIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA
FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS
GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de
AÇÕES DE FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação
contra:

X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO
HOSPITALAR LTDA. #

CNPJ.05.409.930/0001-17

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de
29/12/62) a 20/08/2024 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 22 de agosto de 2024 .

LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
Escrevente Juramentado

Emitida por: LUIZ
Lei nº19.803 de 21/Dez/18
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R\$ 42.95)

*** Se impressa, verificar sua autenticidade no <http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica> usando o código 8F3DE4C5 ***

Digitally signed
by JOSE BORGES
DA CRUZ
FILHO:31628532
904
Date:
2024.08.22
10:58:12 BRT

1º
OFÍCIO DISTRIBUIDOR

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.409.930/0001-17
Razão Social: X MED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Endereço: R ESTADOS UNIDOS 1931 / BOA VISTA / CURITIBA / PR / 82540-030

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 23/09/2024 a 22/10/2024

Certificação Número: 2024092319491206018254

Informação obtida em 27/09/2024 15:02:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

CPF/CNPJ: **05.409.930/0001-17**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 14:20:41 do dia 27/09/2024 , com validade até o dia 27/10/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: BxeTeOBOUZgvZxiouKUL

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 27/09/2024 14:23:21

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**
CNPJ: **05.409.930/0001-17**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Responsável pela Iluminação Pública: Município 156

Classificação:
B3 Comercial, Servicos, Outras Atividades / Com Ata

Tipo de Fornecimento:
Trifasico /150A

Nome: X MED COMERCIO DE MATERIAL
MEDICO HOSPITALAR LTDA
Endereço: R Estados Unidos, 1931 - Boa Vista -
Boa Vista
CEP: 82540-030
Cidade: Curitiba - Estado: PR
CNPJ: 05409930/0001-17
I.E.:9027080496

UNIDADE CONSUMIDORA

241946

▲ CÓDIGO DÉBITO AUTOMÁTICO ▲

DATAS DE
LEITURAS

Leitura anterior
12/03/2024

Leitura atual
10/04/2024

Nº de dias
29

Próxima Leitura
10/05/2024



NOTA FISCAL No. 95657396 - SÉRIE 3 / DATA DE EMISSÃO: 11/04/2024

Consulte Chave de Acesso em:
<https://nf3e.fazenda.pr.gov.br/nf3e/NF3eConsulta?wsdl>
Chave de Acesso
4124 0404 3688 9800 0106 6600 3095 6573 9610 2873 9298
Protocolo de Autorização: 1412400018218471 - 11/04/2024 às 08:35:19+00:00

REF: MÊS / ANO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
04/2024	02/05/2024	R\$1.181,93

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados à prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.
Períodos Band.Tarif.: Verde:13/03-10/04

Itens de fatura	Unid.	Quant.	Preço unit (R\$) com tributos	Valor (R\$)	PIS/ COFINS	ICMS	Tarifa unit. (R\$)	Tributo	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	268	0,387836	103,94	4,26	18,71	0,302140	ICMS	199,06	18%	35,83
ENERGIA ELET CONSUMO	kWh	1.288	0,392585	505,65	20,43	96,07	0,302140	ICMS	968,05	19%	183,93
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	268	0,421455	112,95	4,62	20,33	0,328370	COFINS	854,75	4,1028%	35,06
ENERGIA ELET USO SISTEMA	kWh	1.288	0,426685	549,57	22,21	104,42	0,328370	PIS	854,75	0,8866%	7,58
ENERGIA INJETADA TE 04/2024	kWh	-46	0,387609	-17,83	-0,73	-3,21	0,302140				
ENERGIA INJETADA TE 04/2024	kWh	-222	0,392658	-87,17	-3,53	-16,56	0,302140				
ENERGIA INJETADA TUSD 04/2024	kWh	-46	0,345435	-15,89	-0,79	0,00	0,328370				
ENERGIA INJETADA TUSD 04/2024	kWh	-222	0,345631	-76,73	-3,83	0,00	0,328370				
CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPIO	UN	1	107,440000	107,44							
TOTAL				1.181,93	42,64	219,76					

HISTÓRICO DE CONSUMO / kWh		
CONSUMO FATURADO	Nº DIAS FAT.	
ABR24	1556	29
MAR24	1650	32
FEV24	1538	29
JAN24	1418	30
DEZ23	1677	32
NOV23	1028	30
OUT23	1186	29
SET23	942	32
AGO23	1007	30
JUL23	928	30
JUN23	818	32
MAI23	868	29
ABR23	1085	30

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const Medidor	Consumo kWh
0400673579	CONSUMO kWh	TP	31468	33024	1	1556
0400673579	GERAC kWh	TP	13175	13443	1	268

Reservado ao Fisco

PERÍODO FISCAL: 11/04/2024

975D.D5EA.CACE.451A.3AE7.2768.FB25.5DF0

REAVISO DE VENCIMENTO

Em atendimento à Lei 12.007/2009, a Copel Distribuição S. A. declara, pela presente, que as faturas de energia elétrica desta unidade consumidora e de sua responsabilidade, vencidas em 2023, encontram-se devidamente quitadas. Esta declaração substitui os comprovantes de pagamento das faturas vencidas em 2023, salvo aqueles contestados judicialmente e ou derivados de grandezas não faturadas.
Unidade Micro/Minigeradora no SCEE. ATENÇÃO: O aumento de potência de geração à revelia enseja em suspensão imediata do fornecimento (REN ANEEL 1000 Art. 353).
Demonstrativo de saldos SCEE desta Unidade Consumidora. Saldo Mês no (TP) Todos os Períodos 0, Saldo Acumulado no (TP) Todos os Períodos 0, Saldo a Expirar Próximo Mês no (TP) Todos os Períodos 0.
INCLUSO NA FATURA PIS R\$7,58 E COFINS R\$35,06 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.

UNIDADE CONSUMIDORA	MÊS REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
241946	04/2024	02/05/2024	R\$1.181,93



Número da fatura: FAT-01-20246192873929-74

PIX

836400000110 819301110006 001010202461 192873929744





COPEL

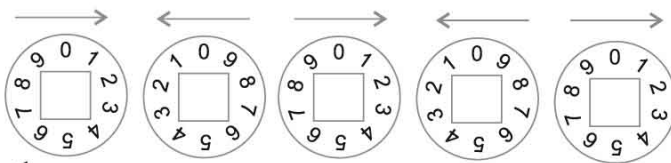
Pura Energia

Precisou da Copel? **Manda um whats!**  **41 3013-8973**

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

As Informações Suplementares referentes a Histórico de pagamentos, Medição e faturamento, Composição de valores de tarifa, Juros multas e acréscimos, Indicadores de continuidade e limites aplicáveis, estão disponíveis para emissão em www.copel.com e nos canais de atendimento.

EM CASO DE DÚVIDAS, ANOTE AQUI A LEITURA DO MEDIDOR



No medidor de ponteiros, inicie a leitura da direita para a esquerda

DATA DA LEITURA ____/____/____



Acesse a
Agência Virtual
da COPEL

Baixe o
Aplicativo
da COPEL



ANDROID



IOS

Copel: 0800 51 00 116

Site: www.copel.com

Ouvidoria Copel: 0800 64 70 606

Site: www.copel.com/ouvidoria

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: 167

Ligação gratuita de telefones fixos e móveis



Cuide bem do seu melhor amigo!
Prenha seu cão no dia da leitura.
Isso garante a segurança do nosso
pessoal e a sua tranquilidade.
(Lei nº 121/1999 Lei da Posse Responsável)



X MED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
R Estados Unidos, 1931 - Boa Vista
Boa Vista
CEP: 82540-030 - Curitiba - PR



DÉBITO AUTOMÁTICO

É SEGURO, FÁCIL E TRANSPARENTE.

Com o site copel.com, aplicativo, whatsapp e PIX Copel,
você vai ter tempo e energia sobra para curtir o seu dia.

DÉBITO AUTOMÁTICO: É MAIS PRÁTICO E SEGURO!



Contrato nº 217/2024 – SES 28383/2024

A quem interessar possa,

X MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.409.930/0001-17, com sede na Rua Estados Unidos, nº 1931, Bairro – Boa Vista, Curitiba – PR – CEP: 82540-030, nos termos do artigo 1º, Parágrafo único, inciso I, da Lei nº 17.983 de 19 de agosto de 2020, apresenta:

Relação de sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física.

- GERALDO XAVIER, portador do CPF nº 626.389.209-91
- VILMA CARDOSO, portador do CPF nº 584.771.879-91

Curitiba, 14 de junho de 2024

Documento assinado digitalmente
gov.br VILMA CARDOSO
Data: 14/06/2024 11:08:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vilma Cardoso
Diretora Adm.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES
RESULTADO DA COTAÇÃO

A Secretaria de Estado da Saúde - SES comunica o resultado da Dispensa de Licitação com Cotação Eletrônica nº 1116/2024.

Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

Item(ns): 2 - Deserto

Item(ns): 1 - X MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, valor cotado: R\$ 89,465.76.

Valor total cotado: R\$ 89,465.76.

Processo SGP-e: SES 165670/2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SES
EXTRATO DO RESULTADO

A Secretaria de Estado da Saúde - SES comunica o resultado da Dispensa Licitação nº 1116/2024. Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER. Item(ns): 2 - Deserto, Item(ns): 1 - X MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, Valor Adjudicado: R\$ 89.465,76. Valor Total Adjudicado: R\$ 89.465,76. Processo SGP-e: SES 165670/2024.



GELIC - COMPRA DIRETA <compradireta@saude.sc.gov.br>

INFORMATIVO À DPGC - COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 1116/2024 - PSES 165670/2024

1 mensagem

GELIC - COMPRA DIRETA <compradireta@saude.sc.gov.br>

27 de setembro de 2024 às 17:13

Para: DPGC <dpgc@saude.sc.gov.br>

Prezados,

Boa tarde!

Solicitamos análise e manifestação quanto à necessidade de reliciar o item 2, visto que na 3ª Cotação Eletrônica nº 1116/2024, encartada no processo SES nº 165670/2024, o referido item restou NÃO COTADO.

Atenciosamente,

--

**Franciele Garcia**

Núcleo de Compra Direta - NUCOM

Diretoria de Aquisição e Contratos – DIAC

Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES

Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8911

 **Resultado 1116-24.pdf**
86K



RESULTADO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA

1. REFERÊNCIA: Processo SES nº 165670/2024 – Cotação eletrônica nº 1116/2024

2. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia, através de Dispensa Licitação para atendimento emergencial das unidades hospitalares e administrativas da SES e gerenciadas pela Gerência de Bens Regulares – GEBER.

3. NÃO COTADO

Item: 2.

4. ADQUIRIR PELO CRITÉRIO DE: ÚNICO COTADOR

Item: 1.

Obs.: O item será adquirido conforme planilha de precificação (p. 53), parecer técnico (p. 297) e qualificação técnica (p. 298) dos autos.

5. ADJUDICAR A EMPRESA ABAIXO, COMO SEGUE:

Empresa 01: X MED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Item: 1 R\$ 621,29

6. VALOR TOTAL DA COMPRA: R\$ 89.465,76 (oitenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos).

7. CONFERÊNCIA DO PROCESSO:

Informo que fizemos a conferência dos valores do(s) objeto(s) do processo referido acima e concluímos que:

() O objeto deste processo deverá ser adquirido pelo art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

() O objeto deste processo deverá ser adquirido pelo art. 75, inciso III da Lei 14.133/2021.

(x) O objeto deste processo deverá ser adquirido pelo art. 75, inciso VIII da Lei 14.133/2021.

Florianópolis, 03 de outubro de 2024.

[Assinado digitalmente]

Magali Rodrigues

Técnica em Atividades Administrativas

Diretoria de Aquisição e Contratos - DIAC

Red. SES/DIAC/GEAQI/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



Assinaturas do documento



Código para verificação: **EW60T49G**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 03/10/2024 às 18:59:50

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNjU2NzBfMTY3NzM2XzlwMjRfRVc2MFQ0OUc=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00165670/2024** e o código **EW60T49G** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.